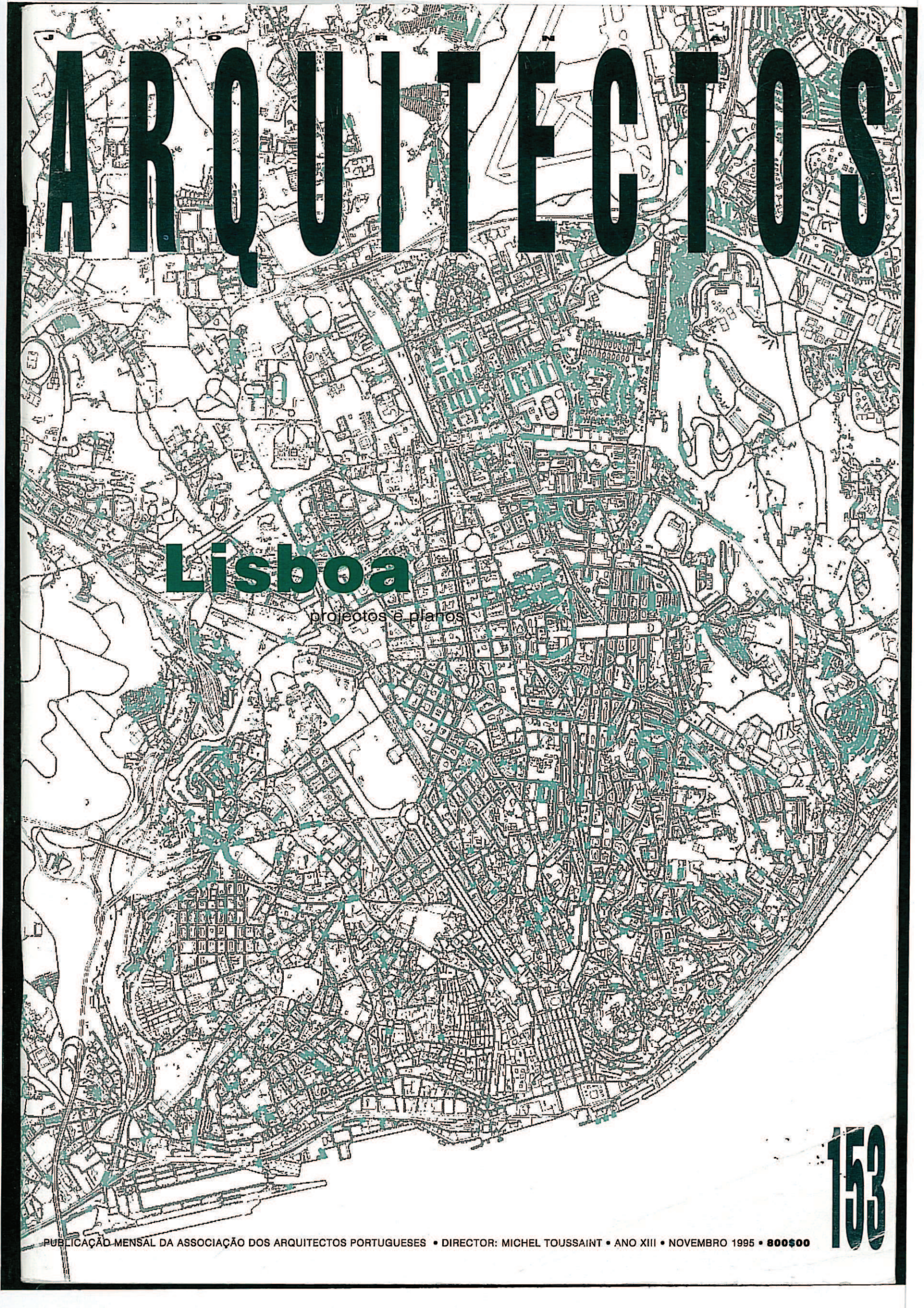


ARQUITECTOS



Lisboa

projectos e planos

153

ESTE É O TOP-MÓVEL MAIS DESEJADO DO MOMENTO.

Clap! Clap!
Venha mais um
modelo!

São
as
secretárias de topo
Levira. Dignas de
uma passerelle.
Elegantes,
finas,
arredondadas.

Não é só uma questão
de moda. É uma preocupação
estética que resiste ao tempo. Funcional,

eficiente,
design puro!

Inspirado

nas

formas
delicadas
da própria
natureza.
Natureza
bem
disposta,
claro!



Levira

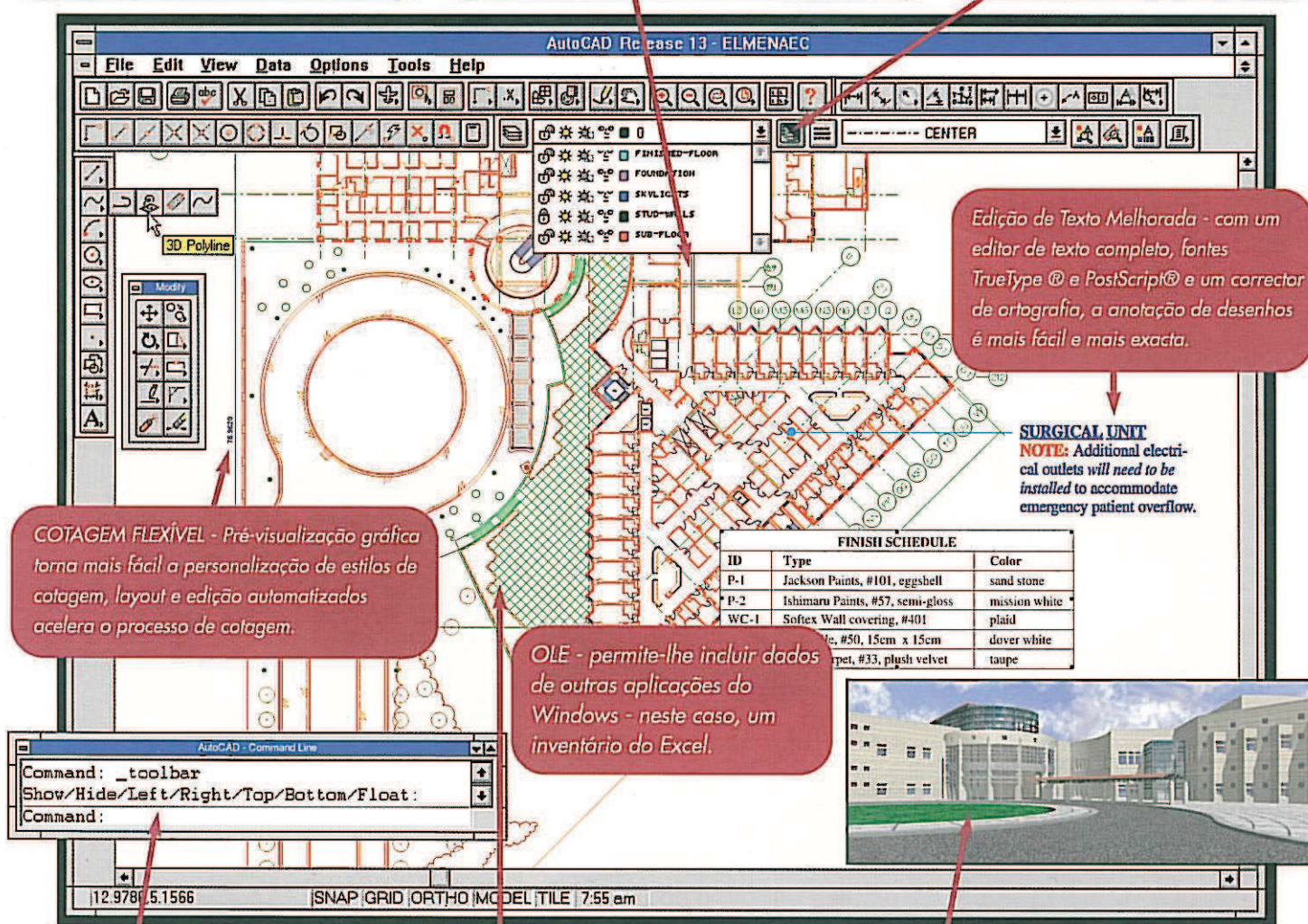
DECIDA-SE PELA BOA DISPOSIÇÃO.

Apresentação do AutoCAD Versão 13. O AutoCAD mais poderoso de sempre.

INTERFACE INTUITIVO - aumenta a sua pericia em Windows, dando-lhe acesso imediato (através de barras de ferramentas e ajudas) às características que geralmente mais utiliza.

MULTILINHAS & LINHAS-TIPO - utilize a característica de linha paralela múltipla para desenhar paredes e limpar intersecções automaticamente. Melhora a qualidade de desenho com linhas-tipo que podem incorporar formas e texto.

BARRA DE FERRAMENTAS COM PROPRIEDADES DE OBJECTOS - acesso rápido a propriedades de objectos tais como layers e linhas-tipo. Permite-lhe alterar parâmetros directamente a partir da barra de ferramentas.



O novo AutoCAD® Versão 13 tem mais capacidades, novas características e melhoramentos do que aquelas que lhe podemos apresentar aqui. E está disponível através de uma licença multiplataforma para Windows™, Windows NT® e MD-DOS®. Que mais poderia Desejar? Que tal um demonstrativo gratuito? Para o obter contacte o "Dealer



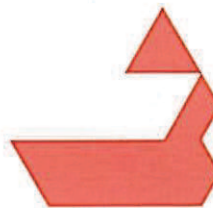
Autodesk

Autorizado Autodesk® mais próximo de si ou a Micrograf através do telefone (02) 937 91 77 ou do fax (02) 937 91 76

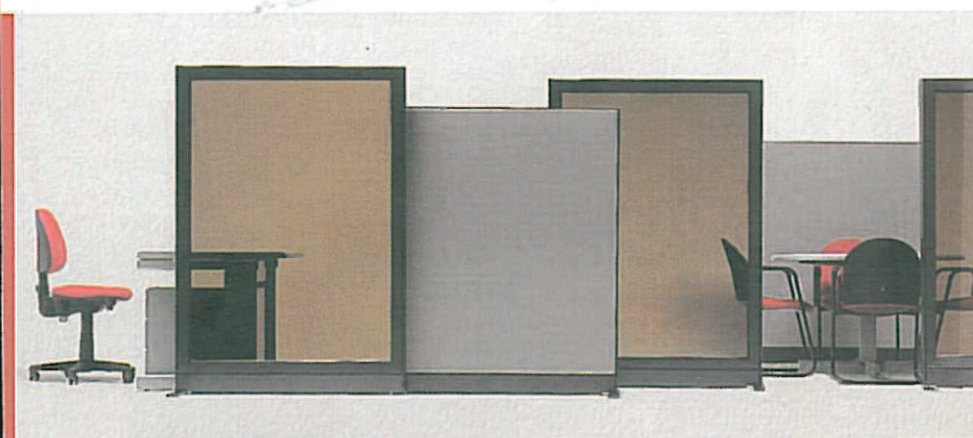
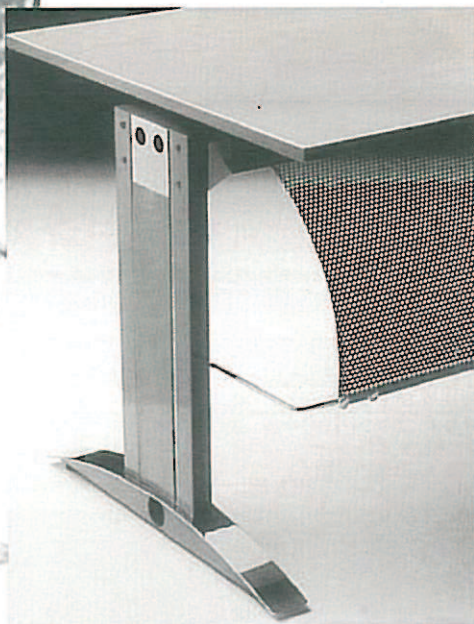
MICROGRAF
Distribuidor único
AutoCAD + 3DStudio

© Copyright 1994 Autodesk, Inc. All rights reserved. Autodesk, the Autodesk logo, and AutoCAD are registered trademarks, and AutoVision is a trademark, of Autodesk, Inc. MS-DOS and Windows NT are registered trademarks, and Windows is a trademark, of Microsoft Corporation. All other brand names, product names, or trademarks belong to their respective holders. Elmendorf Air Force Base Medical Facility 2D architectural, engineering, and construction drawings created by Anderson DeBartolo Pan (ADP). Site plan and landscape design created by Dowd Engineers for Anderson DeBartolo Pan (ADP). 3D extrusions and AutoVision rendering created by Autodesk Marketing Support.

LONGRA



A CULTURA DO ESPAÇO



LISBOA - Praceta Coelho Seabra, 6 - Damaia - 2720 Amadora
Tel. 497 22 42 / 490 12 85 / 497 48 88 Fax. 490 06 34

PORTO - Rua do Bonjardim, 689 - 4000 Porto
Tel. 208 79 83 Fax. 208 64 72



Radiadores Roca, soluções para todos os estilos

Roca e Aquecimento Central são duas palavras inseparáveis. Depois de muitos anos a tratar dos mais diversos sistemas de aquecimento central, com todo o profissionalismo e entusiasmo, a Roca goza de um nível técnico inquestionável em todo o tipo de instalações. Por isso, a Roca tem as soluções mais adequadas para

que em sua casa disponha do máximo conforto com o mínimo consumo.

Roca

Roca Cerâmica e Comércio, S.A.

LISBOA

Rua José Duarte Lexim, Lote 6
2675 Odivelas
Tel. (01) 937 55 39 - 937 76 67
Fax (01) 937 54 05

LEIRIA

Aptdo. 575 Madalena
2400 Leiria
Tel. (044) 92711 - 92203
Fax (044) 92373

PORTO

Rua do Freixo, 259
4300 Porto
Tel. (02) 530 01 28 - 530 00 41
Fax (02) 530 03 31

Clarabóia Universal, ambientes mágicos de luz



Quem nunca sentiu o fascínio da luz captada por uma clarabóia? Claridade que lembra a infância. Ambientes mágicos de luz. Mas no vasto mundo das clarabóias há diferenças fundamentais. As clarabóias da Braas, representadas exclusivamente em Portugal pela



são verdadeiramente inovadoras pela sua universalidade, adaptando-se na perfeição a qualquer tipo e modelo de telha ou material para telhados inclinados.

O caixilho com estrutura em PVC reforçado, preparado para enfrentar o mau tempo e a acção dos raios U.V.A., permite, pelas suas características e reduzido peso, uma fácil colocação em obra. O avental, de um material plástico flexível e reforçado por uma malha metálica, molda-se manualmente e sem necessidade de ferramentas, adoptando o perfil de qualquer telha ou placa, garantindo uma total estanquidade do conjunto.

A tampa, em policarbonato transparente, é de uma tal robustez que a protege contra golpes e rupturas, mantendo-se inalterável com o tempo. Esta clarabóia universal encontra-se disponível em vermelho, castanho e antracite.

Se pretender informações mais pormenorizadas, envie este cupão devidamente preenchido para:

Lusoceram -
Empreendimentos Cerâmicos SA.
R. Castilho, 39-8º A/D-1200 LISBOA
☎ (01) 386 43 06 - Fax: 386 07 40

☐ Agradecia que me enviassem informações mais pormenorizadas sobre as Clarabóias Universais.

☐ Agradecia que me enviassem documentação sobre: _____

☐ Pretendo a visita de um vosso técnico para demonstração deste produto.

Colar o cupão num Bilhete Postal e não esquecer de mencionar o nome e morada do remetente

Garantia total fornecida pela **LUSOCERAM**



PÇ. CONS. SILVA TORRES • CAMINHA
Banco Nu • Floreira Tram



LARGO CENTRAL DE OURIQUE
Banco Tram R • Luminária Farol Universal • Papeleira Dénia



MARINA DE VIANA DO CASTELO



altamira
INOVAÇÃO E DESIGN

DIVISÃO DE EQUIPAMENTO CULTURAL E URBANO

Rua Viriato, 23 - D 1050 Lisboa Telef.: 01 - 315 27 59 • Fax: 01- 352 66 68
Rua Monte Cativo, 324 4050 Porto Telef.: 02 - 830 08 85/7 • Fax: 02- 830 08 91



d line

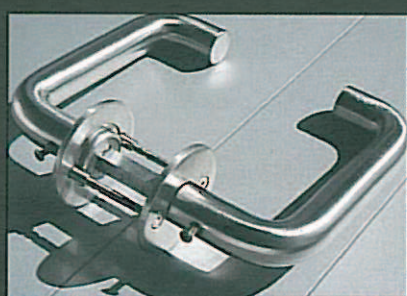
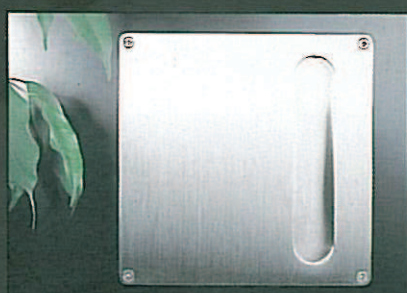
Knud Holscher Design

d line é uma gama de ferragens de alta qualidade que vai ao encontro de todos os requisitos da construção para portas, janelas e quartos de banho – interiores em geral.

os puxadores **d line** passaram pelos testes mais exigentes, i.e. – teste de maior dificuldade e de maior renome em Inglaterra. Resultado foi a aprovação PSA MOB.

A gama de produtos é fabricada na Dinamarca e apresentada em aço inox acetinado e polido e latão polido.

d line é desenhada pelo Professor Arq.º Knud Holscher.



DISTRIBUIDOR EM PORTUGAL:



CARVALHO, BATISTA & C.º, LDA.
FERRAGENS - FERRAMENTAS - CUTELARIAS

Rua do Almada, 79-83, 1º
Apartado 4784 - 4013 Porto Codex
Tel (02) 32 41 16 (4 linhas) - Fax (02) 31 96 11
Show-Room: Rua do Almada 85/89

Formica 50 Anos

ESPAÑHOLA, S.A.

'líder'

A nossa vontade de servir
posiciona-nos no nível que
corresponde ao "Líder" que se
afana para representar a
vanguarda do desenho



promovendo ideias...



investigando produtos...



oferecendo soluções...

ESTAS SÃO AS
PREMISSAS QUE NOS
PROJECTAM PARA O
FUTURO

Como prelúdio para festejar o nosso 50 Aniversário, oferecemos
a Coleção Cinquentenário.



FORMICA ESPAÑHOLA,
S. A. mantém
rigorosamente na
fabricação de Laminados
Decorativos de Alta
Pressão, o cumprimento
de Norma vigente ISO de
Qualidade homologada.

FORMICA OLHANDO PARA O FUTURO

Formica Española, S. A. - Txomin Egileor, 54 - Galdácano-Vizcaya



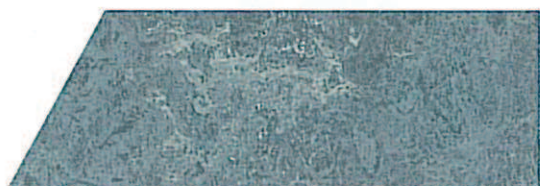
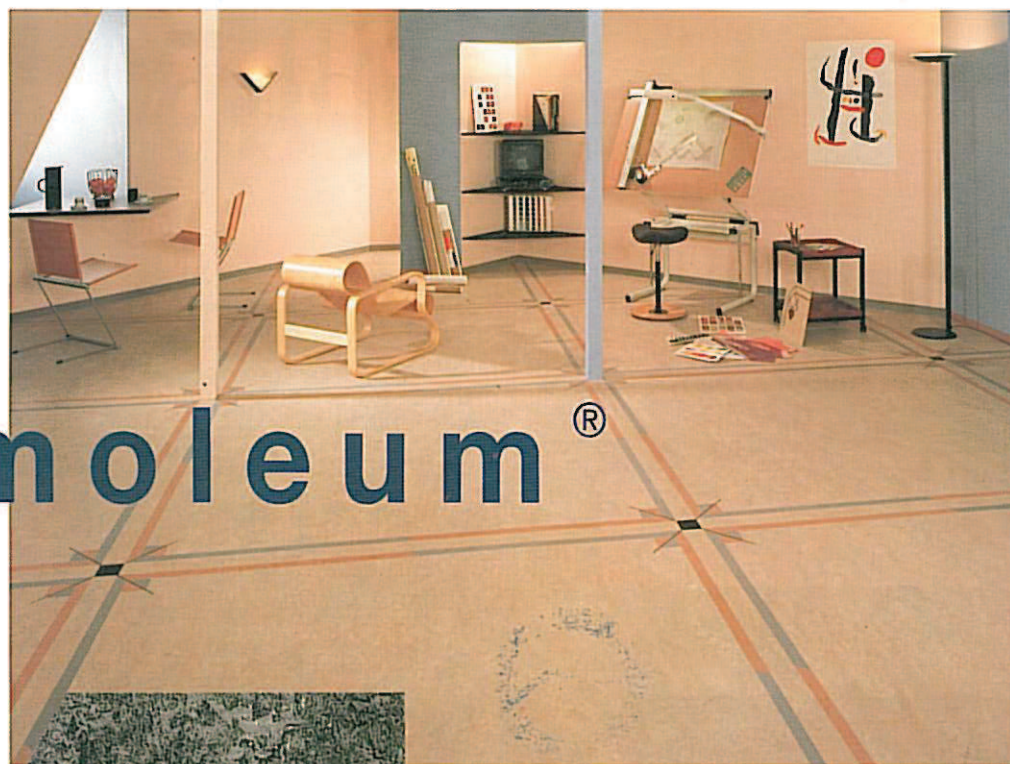
DISTRIBUIDOR PARA PORTUGAL

SARDINHA & LEITE, S. A.

SEDE: Rua de Voltinha - Apartado 66 - 4415 CARVALHOS CODEX
Tel. (02) 786 01 00 BAL - Fax (02) 786 01 09

Estrada Nacional, n.º 10, km. 129,6 - Apartado 230 - 2615 ALVERCA DO RIBATEJO - Telefone (01) 957 84 00 BAL

marmoleum®



O **MARMÓLEO** é a primeira opção para locais de muito trânsito, onde resistência, durabilidade, higiene e um ambiente agradável são as prioridades.

O **MARMÓLEO** é um revestimento para chão homogêneo, resiliente e robusto. Está disponível em três espessuras (que vão desde a espessura normal à destinada a tráfego intenso).

O **MARMÓLEO** faz parte de um sistema completo com compostos de nivelamento, colas, rodapés pré-formados Marmoform, cantos côncavos e convexos e o cordão de soldar Marmoweld, para obter uma superfície totalmente impermeável e conseguir efeitos decorativos surpreendentes. Para tornar este programa realmente completo há um sistema de limpeza e manutenção para cada situação.

O **MARMÓLEO** com as suas 68 cores contemporâneas é um desafio para os designers.

O **MARMÓLEO** é biodegradável sendo inteiramente manufacturado com componentes naturais.



Rua Sá da Bandeira, 342 - 4000 PORTO
Telef.: 32 43 02 / 32 44 50 Fax: 56 54 53

Rua D. Estefânia, 163-C - 1000 LISBOA
Tel.: 54 60 10 / 353 34 50 Fax: 353 32 96

EDITORIAL

ARQUITECTOS

Há mais de um ano que no JA se pensou organizar vários números temáticos em torno de algumas das principais cidades portuguesas, a começar por Lisboa.

Para a cidade capital todo um mundo de aproximações era possível. Por isso imaginou-se um conjunto completo de entrevistas e artigos, a apresentação de vários Planos de Urbanismo e Arquitectura e até de realizações concretas, construídas quer pela mão da autarquia quer pela iniciativa privada, apresentando também vozes críticas.

No entanto chegou-se à conclusão que a pequena equipa do JA não tinha a capacidade para tamanho fôlego, com o ritmo mensal de saída e a perturbação do atraso constatado no início do ano de 1995.

Deste modo a ambição reduziu-se, o que fez cortar nas entrevistas já realizadas, não solicitar mais colaborações escritas ou apresentar esses casos construídos. Fica assim um conjunto de abordagens e a apresentação de alguns Planos desenvolvidos por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e um raríssimo caso, por cá, de elaboração de estudos alternativos de crítica às propostas avançadas por uma autarquia.

Fica aqui também registado o agradecimento ao Arq. Vasco Massapina que estabeleceu a ponte entre o JA e a CHL e à Dra. Teresa Craveiro (CHL) que disponibilizou todo o apoio para a realização deste número, bem como aos autores dos Planos, estudos e artigos apresentados e aos entrevistados.

Michel Toussaint

14

Viaduto sobre a Av. 24 de Julho

17

Passadiço do Bom Sucesso

20

Baluarte do Livramento

24

P. P. do Eixo Urbano Luz/Benfica

27

Interior do Quarteirão nas Av. Novas

30

Planos do Vale de Alcântara e Casal Ventoso

32

P. P. Quarteirão da antiga Garagem Militar

35

Espaço Urbano do Largo de Sapadores

38

Plano de Pormenor Bom Sucesso

42

Plano de Pormenor de Pedrouços

48

Plano de urbanização da Zona Ocidental

50

P. P. do Aterro da Boavista

56

Martim Moniz'95

64

Sugestões para o Aterro da Boavista

68

Sugestões para o Martim Moniz

72

Lisboa e o Interesse Público

74

Razões e princípios para a preservação da Baixa

78

O Azulejo dos Arquitectos II



NOVEMBRO DE 1995

Director Michel Toussaint • Chefe de Redacção Margarida Colaço • Conselho Redactorial - Núcleo Executivo • Michel Toussaint • Margarida Colaço • Adjunta da Redacção Ana Silva Dias • Representante CDN Carlos Guimarães • Representante CDRS Luís Manuel Pereira • Representante CDRN João Paulo Rapagão • Escolas e Investigação - FAUL • FAUP José Salgado • Lusíada José Aguiar • ESBAP Artur Moreira Gonçalves • FCTU Coimbra José António Bandeirinha • LNEC António Reis Cabrita - Críticos Alexandre Alves Costa • Duarte Cabral de Melo • José Manuel Fernandes • João Belo Rodeia • Manuel Graça Dias • Manuel Mendes • Manuel Tainha • Nuno Portas • Pancho Miranda Guedes • Pedro Vieira de Almeida • Troufa Real • Victor Consiglieri • Secretária de Redacção Fátima Cecílio • Colaboraram neste número: Os autores dos Projectos/Planos apresentados, João Appleton, Luís Fernandes Pinto • Fotografia Miguel Reis • Relações Públicas, Marketing e Publicidade Maria de Lurdes Melo • Redacção e Administração Edifício Banhos de S. Paulo - Trav. do Carvalho, 21/25 - 1200 Lisboa, Tel: 343 24 54/9, Fax: 343 24 51 • Direcção Gráfica Pedro Silva Dias • Paginação Catarina Barros e Sousa • Execução Gráfica Costa & Valério, Lda., Trav. Convento de Jesus, nº 4-1º, 1200 Lisboa, Tel: 395 18 18/60 45 53/395 26 75 • Tiragem 7 000 exs. • Depósito Legal 27626/89 • ISSN 0870 - 1504 0 AAP • Propriedade da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP)

Excertos de conversas em torno de Lisboa

Do imenso material gravado resultante de três entrevistas, por mim realizadas em Julho de 1994, ao Dr. Jorge Sampaio, ao Eng^o Fonseca Ferreira e ao Arq. Bruno Soares, na altura e respectivamente Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Director de Planeamento Estratégico e coordenador da execução do Plano Director Municipal de Lisboa, alguns excertos são agora publicados.

Escolhi afirmações significativas, mas com pena minha, muitíssimo fica por revelar do pensamento os três responsáveis (um político e dois técnicos) por uma viragem na gestão camarária que correspondeu à passagem de uma postura marcada por um certo horror ao Planeamento e Projecto, para uma aposta em construir para a cidade uma malha apertada de vários tipos de Planos e Regras para o Projecto, cujo resultado, como é evidente, só será possível avaliar daqui a alguns anos.

No entanto o registo completo dessas entrevistas ficará guardado na Biblioteca da AAP para quem estiver interessado.

Fragmentos de uma entrevista com Jorge Sampaio: *Política, Urbanismo/Arquitectura e Participação*

Jornal Arquitectos: Uma das coisas que eu gostaria de perguntar-lhe, é que já está no segundo mandato e terá já uma experiência larga do que é administrar esta cidade. O que retira dessa experiência? **¶** Jorge Sampaio: Pode-se referir em dois pontos. A primeira que eu julgo que teve uma aceitação maior durante o primeiro mandato, e espera-se que se possa prosseguir neste, e que é os eleitos locais numa cidade como esta têm, digamos, necessidade de ter como visão, que nós procurámos assumir um relacionamento crescentemente mais forte com a população em geral e com os intervenientes na cidade e com os fazedores de opinião e com aqueles que podem contribuir para a sua modernização embora a palavra seja equívoca. Portanto a meu ver algumas realizações nesse domínio foram positivas, essa é a face positiva que me interessa realçar neste momento, embora julgo eu que haja uma profunda dificuldade ancestral em matéria de participação quer do ponto de vista da forma como a administração em geral concebe isso, quer como os próprios interessados que vêem a Câmara, sob uma forma muito tradicional, normalmente uma espécie de polícia das licenças e não propriamente um interlocutor e um instrumento fundamental para a renovação duma cidade.

A parte mais difícil e a mais complexa tem a ver com a incompatibilidade que julgo notória e crescente entre aquilo que são as necessidades de uma cidade capital, como esta, e os quadros legais e financeiros em que se move. Essa contradição vai ser, a meu ver, crescente, visto que as exigências das pessoas são hoje maiores, felizmente. Não estou a dizer que são individualistas, porque também são em boa parte, mas são maiores do ponto de vista da qualidade urbana, do meio ambiente, etc, mesmo que isso apareça de forma difusa e muito individualizada e às vezes muito corporativa. Mas uma rapidez que é exigida de resposta sofre dificuldades por estar cercada por um quadro legal doutro tempo que produz ele próprio ineficácia, por haver um conjunto burocrático local e nacional extremamente pesado, e de haver uma grande dificuldade de meios financeiros, em grande parte porque a cidade capital mereceria, sem prejuízo das outras, um tratamento que derivaria precisamente da sua existência como cidade capital. Estas duas faces são eventualmente superáveis no futuro. A primeira, a face participativa de que ressalto o Conselho do Plano Estratégico e todas as iniciativas que à volta desse Conselho se podem fazer, como interface entre a Câmara e a chamada sociedade em geral teve emanações positivas. A segunda é um esforço

11

muíto grande que não é resolúvel entre nós, é problema de opinião pública, é problema de alteração política, é problema de alteração legislativa, e isso como sabe é uma batalha muito grande. A Câmara normalmente apanha com as responsabilidades e apanha simultaneamente com irresponsabilidade ou omissão dos outros e com o silêncio dos outros, incluindo nisto a própria sociedade, isto cria um caldo de cultura difícil de gerir. Estas são já duas longas observações. Poderia fazer outras mas faço estas. ¶ **Eu ia-lhe perguntar se, para além desses problemas do quadro legal, financeiro e dessa contradição que me falou, não será também um problema da cidade de hoje?** ¶ Eu nem sequer estava a ir para essa teorização. Evidentemente que temos que nos preocupar muito com isso. Simplesmente aí, eu devo dizer-lhe que estando hoje nas cidades ou nas grandes cidades, nas médias também, mas nas grandes em especial, nas capitais, todo um conjunto sério de problemas que têm a ver com a evolução ou com a regressão da sociedade em geral, eu olho para isso sempre de uma perspectiva mais positiva, quer dizer, este conteúdo urbano é também a área espaço e a área pessoa, onde há mais condições para fazer coisas. Há que saber acompanhar o crescendo dos problemas, a marginalização, dualidade social, toxicodependência, habitação degradada ou ausência de, emprego em regressão, tudo isto que faz hoje infelizmente o xadrez ou o microcosmo do que isto é, por outro lado é aqui que se concentram mais energias e mais capacidades susceptíveis de serem portadoras de inovação e de criatividade e é aí com certeza que é apaixonante procurar fazer ou procurar influenciar de uma forma ou de outra uma síntese positiva e operativa que faça avançar as coisas. Esse lado é profundamente aliciante. É evidente, o chamado processo de urbanização no sentido mais lato do termo, deve ser visto como um processo de qualificação das pessoas e qualificação do espaço e não como a sua regressão. Há forças profundas nesse sentido contrário e em sentido de ruptura que nem sempre estaremos em condições de poder evitar. ¶ **O que eu estava a falar é um pouco dos instrumentos da própria Câmara para actuar.** ¶ Por isso mesmo é que eu disse de início que os instrumentos são alguns mas que a meu entender escassos quanto à rapidez, escassos contra a simplicidade e escassos contra os meios, não tenho sobre isso a mais pequena dúvida. O que eu tenho como atitude, é uma atitude dupla, nós devemos procurar reivindicar e para isso é preciso uma participação acrescida, fomentá-la, um estatuto diferente, um conjunto de coisas nestes vários domínios que tenho referido que sejam diferentes, isto é um processo longo, como se diz agora um processo inter-activo, com tudo o que é a favor e tudo quanto é contra, mas simultaneamente as pessoas são eleitas não apenas para isso. São eleitas com certeza para protagonizarem a necessidade de alterações mas também são eleitas para obter resultados e esse é um peso estimulante, difícil mas estimulante, e portanto estes dois caminhos têm que ser percorridos em paralelo. Ninguém nos avaliaria positivamente se passássemos a vida aos gritos e ninguém nos avaliaria positivamente se passássemos a vida em silêncio e também ninguém nos avaliaria positivamente se não procurássemos ir avançando com o que está disponível, tentando ultrapassar estas condicionantes, enfim essas coisas difíceis. ¶ **E neste caso de inter-acção com a população, com as forças vivas, as várias pessoas que possam ter voz, ou que não têm tido voz...** Uma das coisas que eu reparei por exemplo foi que no próprio Planeamento, há de vez em quando nalguns casos, um certo diálogo. Estou a lembrar-me por exemplo no caso do Plano Director houve uma exposição e houve de facto o chamado debate público. No caso do Plano da Avenida também houve, fez-se uma exposição antes do Plano ser formalizado, pareceu-me uma acção muito interessante, mas, por exemplo noutros planos não se fizeram. Alguma razão para isso? ¶ Acho que não vejo nenhuma razão específica, vejo pela diferença de grau das coisas, aí estávamos a tratar quer de uma área extremamente significativa a todos os títulos na cidade. No Plano Director obviamente como instrumento de base, essa discussão, comparativamente a outros no País, foi de facto maior, mais digna e vai continuar com certeza. Eu sou a favor das discussões alargadas. Não julgo que cheguemos muito longe em coisas de pequena dimensão, de ajustes vários, noutras acho que se deveria até ter discutido mais, sinceramente. Os processos de planeamento são infelizmente lentos e os instrumentos disponíveis para fazer introduzir a Economia no Urbanismo que é uma sua vertente indispensável, são escassos no ponto de vista da acção das autarquias. Acho que temos que avançar mais nessa área da discussão. Não tenho aí nada de especial a dizer. (...)

É evidente que se os arquitectos protagonizam algumas polémicas acabando por ter uma voz se calhar excessiva para o seu número e para a profissão que representam, mas eu penso que também há um outro problema aí, é que de facto não há uma Cultura Architectónica, se quiser, Popular, não existe. As escolas primárias e secundárias não falam da Architectura nem do Urbanismo, se quiser. Não há nada de fomentado nisto... As pessoas afastam-se desses problemas. ¶ Nisso aí estou de acordo. ¶ Eu penso que também há um problema de cultura popular que deveria ser fomentado nesse campo, é um aspecto absolutamente esquecido e eu acho que isso se reflecte também neste problema da discussão. É claro que eu penso que haverá outras formas de discutir as coisas. Isso é um problema que também é novo em Portugal, no fim de contas estamos em 20 anos de Democracia, não é muito tempo para que de facto as coisas possam ser abertas e discutidas de outro modo. E provavelmente as pessoas sentem os problemas mais quotidianos e locais mais próximos delas... ¶ Isto é relativamente perverso. Eu passo a vida a dizer, e é uma convicção profunda que eu tenho, que não pode haver, nem há, uma estética oficial, uma architectura oficial. Eu vejo as propostas que se fazem numa perspectiva até de dialéctica com a cidade e com os gostos, vejo isso como uma coisa muito interessante, não me choca nada que haja uma coisa arrojada ou que haja

uma coisa que suscite o debate e que depois obviamente se perceba que tem uma dimensão e tem uma estratégia, tem uma provocação, mas que ela seja sustentável, digamos assim. O que eu acho é que, e aí estou de acordo consigo, se as entidades mais ligadas a tudo isso, as Escolas, as Universidades, a Educação, por aí fora, não abrem para também essa discussão, nós curiosamente, e é a perversidade disto, não tendo e sendo profundamente anti-estética oficial, cultura/arquitectura oficial, acabamos por receber e ser os condicionados, enquanto opinião pública, por uma espécie de valores daqueles que mais falam, ou daqueles que são mais visíveis e sem nos darmos conta estamos confrontados com uma, como quem diz, estético-arquitectura oficial, como se fosse essa a única coisa possível como solução urbana ou solução urbanística, o que é também uma perversidade do debate reduzido e do debate não alargado, daquilo que chamava, não sei se é possível chamar assim, Cultura Arquitectónica Popular. Eu como vejo sempre as mesmas pessoas a dizer as mesmas coisas, e como não vejo depois a contradição a isso, acabo por verificar que ficam predominantes como os únicos valores possíveis da Estética, do Urbanismo, do Espaço Urbano, etc, o que duas ou três pessoas dizem em locais habituais e jornais. Isso não pode esgotar a dimensão da Arquitectura nem do Urbanismo, nem de nada. O que eu vejo é imenso silêncio ao lado, e portanto nós ficamos normalmente sósinhos a decidir, outras vezes devíamos fomentar mais os debates, estamos de acordo, mas que diabo!!! há-de haver mais gente que não tem necessariamente a mesma leitura dos acontecimentos que os "calistos" têm e os habitualmente participantes. Isto é só um desabafo que eu aproveito a sua presença para ter, e de alguma maneira não me importo que isso venha na revista, o que eu sinto sobre isto. (...)

Uma pergunta uma resposta de Fonseca Ferreira

JA: O Plano Estratégico é uma certa novidade em Portugal. Foi desenvolvido com alguns objectivos e penso que também com a ideia de uma certa flexibilização da planificação. Nomeadamente nas acções da Câmara, privilegiando uma certa coordenação dos diversos agentes. E, ao mesmo tempo, propôr algumas acções muito concretas. Não sei se nos quer explicar melhor o Plano Estratégico (Plano Director). Sobretudo aos leitores fora de Lisboa. E depois discutirmos alguns objectivos, o que se fez entretanto também, e o que se está a passar. ¶ FF: O Plano foi aprovado em Junho de 92 e apresentado publicamente em Outubro de 92. O Plano Estratégico tem antecedentes. Relativamente à entrada deste executivo na CML em Janeiro 90 e os antecedentes são fundamentalmente a campanha eleitoral de 89; editámos nessa altura uma brochura chamada "Lisboa Capital Atlântica da Europa". Era uma brochura onde depois de um processo intenso de debate e de reflexão entre Junho e Dezembro de 89, um debate enriquecido, diga-se, também, ou pela principal lista opositora a Marcelo Rebelo de Sousa. Eu acho que era um desafio a situação da cidade e a falta de reflexão sobre a cidade e de estratégias para o futuro de Lisboa. Foi de facto um período de debate rico, esse de finais de 89. No nosso caso, em termos de reflexão mais funda e independentemente do programa operacional que foi apresentado também e que nós chamámos "50 medidas" imediatas para a cidade, o que chamámos "Programa de Acção Estratégica" e que previa fundamentalmente um conjunto de objectivos e estratégias de duas naturezas. Uma com objectivos gerais, pondo o acento tónico nas questões da identidade de Lisboa, e outra nas questões da modernização da cidade, que acho ter sido a tónica de fundo desse programa, mas numa modernização com solidariedade e coesão social. E depois traduziram-se estes objectivos para a cidade em 7 zonas, que nós chamámos 7 dimensões mais do que 7 zonas. A 1ª dimensão era a metropolitana, encarando Lisboa como uma cidade inserida num complexo urbano-metropolitano em que as relações funcionais, diria sociais, etc., são muito fortes. Tudo aquilo que se passa em Lisboa de profundo e estrutural tem que ter em conta essa realidade, ao nível dos transportes, da habitação, do ambiente, etc. E isto foi a base do Plano Estratégico, de tal modo que o Plano, o institucional feito pela CML manteve como objectivo global "Lisboa Capital Atlântica da Europa", ou seja, o que nós queremos dizer com isto, que nem sempre se tem entendido ou muitas vezes é visto como um simples slogan. O que esta expressão traduz é fundamentalmente, para já, um objectivo de modernização, uma modernização num quadro simultaneamente europeu e simultaneamente atlântico, digamos, mantendo Lisboa com as suas especificidades históricas de ligação a outros continentes e a outros povos, mas hoje a cidade evolui claramente para um enquadramento europeu e de integração europeia, que é um dado que foi assumido. E é fundamentalmente isso "Lisboa Capital Atlântica da Europa", quer dizer, uma modernização da cidade, hoje um quadro europeu mas fazendo valer as suas especificidades e os seus valores histórico-culturais tradicionais. (...)

O Planeamento Estratégico, em termos técnicos, é a coisa mais simples que existe. Tem uma metodologia e uma técnica. Não utiliza nenhuma técnica complicada, que não seja acessível ao mais comum dos técnicos e dos políticos. Em contrapartida não é fácil a sua implementação, porque o problema da estratégia pressupõe acima de tudo bom senso, que é uma coisa que não se adquire na escola ou a que a escola não chega. O Plano Estratégico é fundamentalmente uma metodologia de flexibilização do Planeamento, dando menos importância ou acabando com o planeamento finalista, dando uma grande machadada no planeamento funcionalista e, acima de tudo, assumindo que hoje as coisas mudam rapidamente e, portanto, há que as equacionar. (...)

JA: Gostaria que falasse um pouco das linhas base do Plano Director Municipal de Lisboa, metodológicas ou de organização do próprio Plano, da própria solução, do modelo, que possa começar a fazer perceber a estrutura base do Plano. ¶ **BS:** Em relação às várias questões que me pôs, todas elas podem ser temas de conversas. Metodologia, processo de elaboração, modelo, alguns aspectos que o Plano propõe são, relativamente inovadoras ou experimentais, digamos assim. Ainda estão por ser testados nos seus efeitos em relação aos objectivos que nos propusemos. Portanto há aqui uma série de matérias que podem ter interesse. Uma primeira questão que eu penso que é importante é a seguinte. O folheto que foi inicialmente divulgado, pode dar, uma imagem distorcida e um bocado mais convencional do que é este Plano, porque ele não é a planta nele contida, embora sendo, no fundo aquilo que nós chamamos de classificação do espaço urbano com base naqueles parâmetros convencionais dos usos, sítios e programas. Mas não é a proposta final do Plano que não é só isto. Este Plano teve que ser desagregado em quatro plantas que são fundamentais e que estão interligadas e só por delimitações técnicas é que não foram representadas numa única planta. Eu começaria por dizer se calhar exactamente ao contrário. É que o PDM é constituído por uma planta de componentes ambientais urbanos que é uma tentativa de avanço de introdução neste tipo de Planos de determinados elementos que normalmente não são considerados no Planeamento Urbanístico e na Gestão Urbanística. Assim as componentes elementares urbanas são importantíssimas para este PD ou tenta ser... ¶ **É uma componente de interpretação ecológica ou é mais vasta?** ¶ Não, é também, mas não só. A nossa ideia inicial, que aliás é um documento que é importante, porque foi um documento aprovado pela Câmara em Agosto de 1990, e foi o documento em que se propôs a metodologia de elaboração do PDM. Estivemos aí 2/3 meses a preparar isto e a discutir que tipo de Plano é que se deveria fazer, quais eram as condições em que se devia fazer o Plano, quais eram as linhas fundamentais desse plano e trabalhamos um bocado a ideia de que Lisboa deveria ter como peça de base do PDM também aquilo que chamamos a Carta do Ambiente Urbano. Numa altura, penso eu, em que aquele documento da Comunidade, a Carta Verde, não sei se já tinha saído se estava para sair. E ainda se fala muito pouco disso.

A gente não sabia bem como é que devia abordar estas questões das componentes ambientais e do ambiente urbano especificamente. A ideia que lançamos foi fazer uma carta do ambiente urbano, que devia ser não na perspectiva estritamente ecológica em termos de entender ambiente urbano, mas na perspectiva da cidade como um ambiente urbano construído artificial que tem as suas componentes fundamentais e tem determinados empregos que interessará preservar, defender e valorizar. ¶ **É um ambiente no sentido do cidadão?** ¶ É um ambiente no sentido do conforto, da segurança, da identidade da pessoa na cidade, em que o espaço público deveria ter um papel extremamente importante. Introduzir essa perspectiva do espaço público e da riqueza da cidade em termos de ambientes construídos e que não devem ser postos em causa, e que, nele em princípio, não se devem criar rupturas. Nós não sabíamos bem como é que se pegava nestas intenções. Trabalhamos um bocado nessa base, discutimos com várias pessoas e acabámos por introduzir no PDM aquilo que chamamos as componentes ambientais urbanas. Digamos que esse é um ponto de partida para lançar um conjunto de temas e um conjunto de questões que pensamos que têm que ser introduzidas no Planeamento e na Gestão Urbanística, e são tão diversas como uma estrutura ecológica urbana, por exemplo conjuntos urbanos singulares, entendidos como espaços próprios da cidade, constituídos pelo espaço público e pelos elementos construídos à volta e dentro desse espaço, e de entender que há elementos da cidade que são singulares e que são específicos e devem ser entendidos no seu conjunto, e não edifício a edifício ou rua a rua, ou ainda por exemplo, os logradouros da cidade, a atitude perante os espaços ainda não edificados. (...)

Também definimos uma figura que é o projecto urbano, que é relacionar a Arquitectura como o espaço urbano e não ser só um projecto de Arquitectura, haver uma relação entre espaço privado e espaço urbano em termos de projecto localizado a que não obriga ao Plano de Pormenor e os estudos de panorâmicas urbanas. ¶ **Isto implica de qualquer modo alguns estudos que a Câmara há-de fazer sobre esses espaços urbanos para poder estabelecer regras para dar orientações, etc...** Não havendo Plano de Pormenor o que é que substitui essa figura clássica? ¶ A maneira como este plano está organizado é a seguinte: eu diria que isto não é um Plano Director típico no sentido do Dec. Lei 69/90, um PDM para responder ao 69/90 não precisa de ser nada disto. Podia ser uma coisa mínima. Por exemplo o Plano de 67 cumpriu integralmente ou penso que cumpriu o 69/90. Ninguém poderia chumbar aquele plano como figura de PDM. Eu penso que este plano a que chegámos é um plano intermédio entre o PDM e o PG de Urbanização da Cidade. Está desenvolvido e detalhado ao nível de regras e de propostas e praticamente de PGU em certas áreas. (...)

A cidade ao mesmo tempo que está a ser transformada na zona central, é sobretudo na zona periférica que o construir de novo ainda existe. ¶ Há várias áreas. Fomos para um desenvolvimento do Plano que não é assimétrico, mas é diferenciado. Detalhámos bastante em algumas áreas ao nível do PGU e deixámos grandes margens noutras áreas. No método de elaboração deste Plano eu pensei ser fundamental aquilo que se definiu no documento inicial que foi elaboração, em simultâneo, em Lisboa, do Plano Estratégico, do PDM e o conjunto de Planos de Pormenor. Esse método permitiu repensar-nos um bocado esta cidade depois de um período histórico de grandes transformações. (...)

Viaduto sobre a Av. 24 de Julho

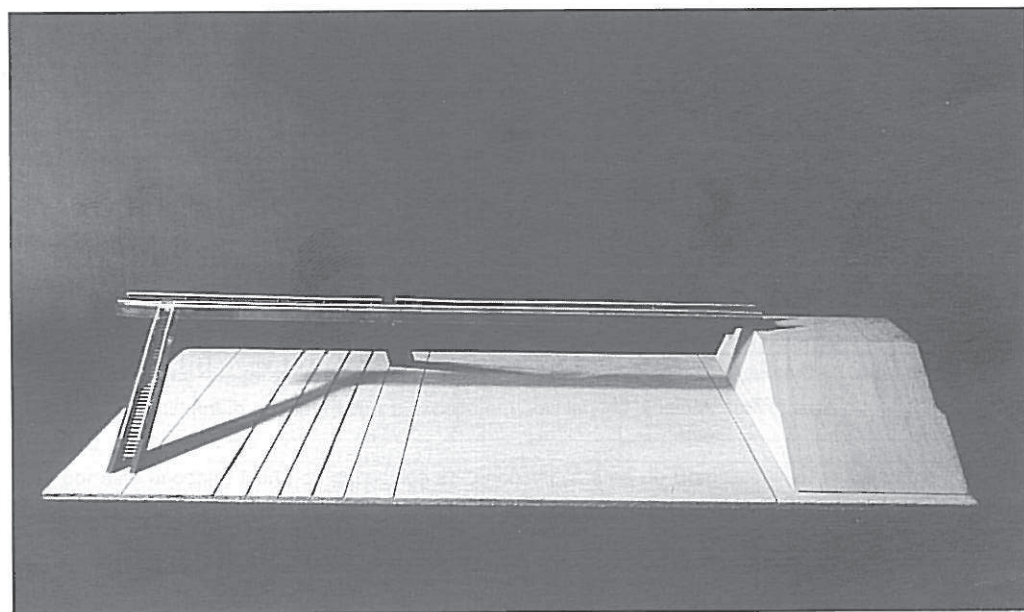
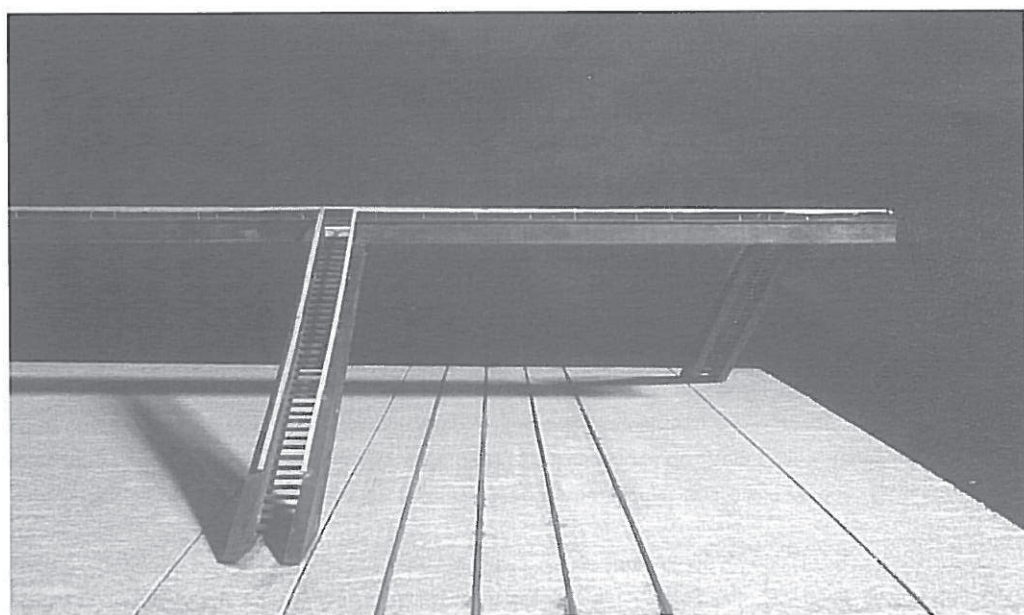
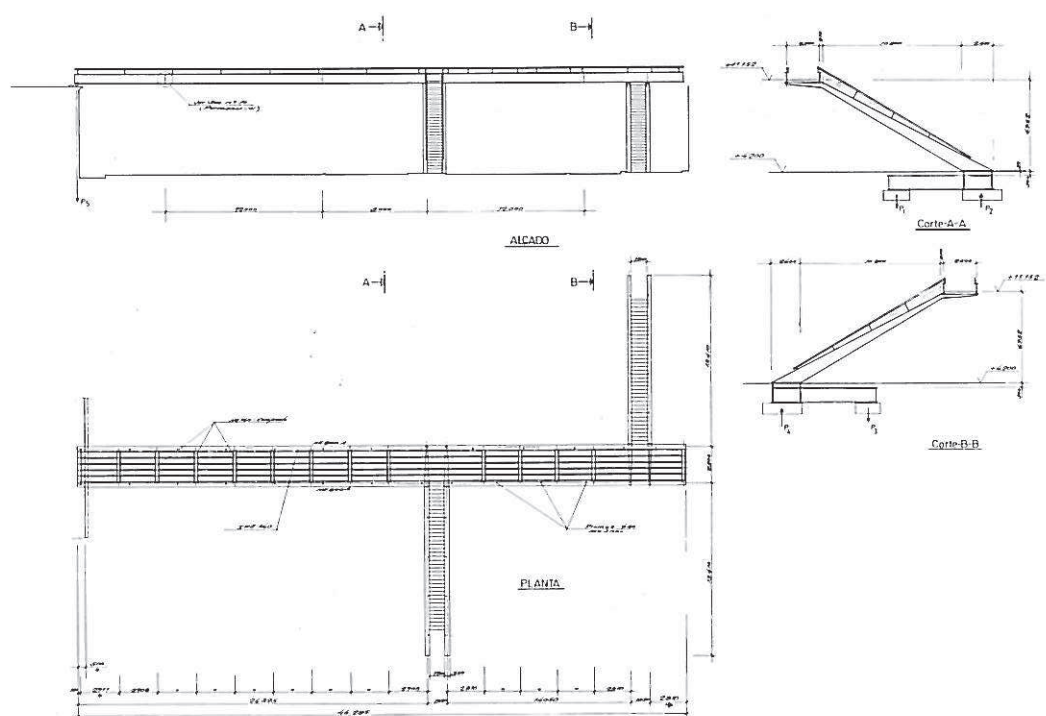
Eduardo Souto de Moura

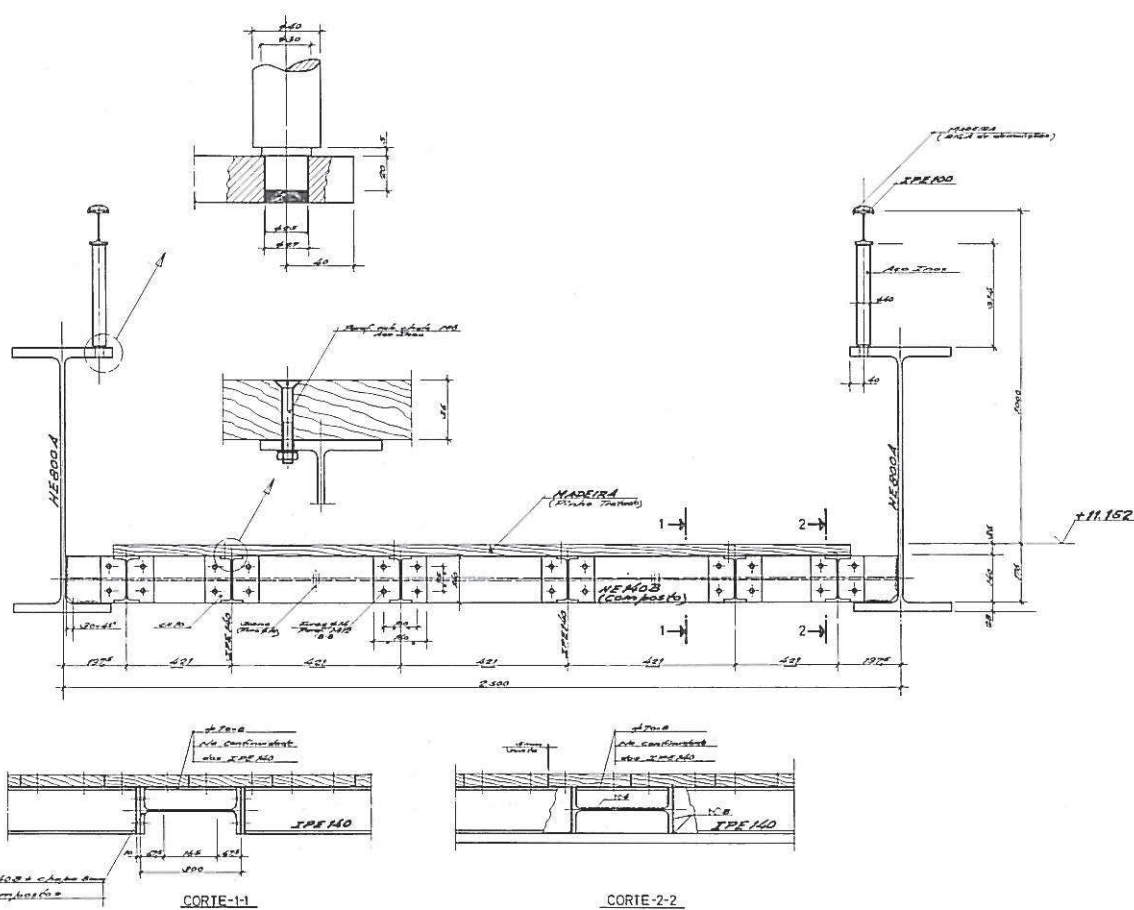
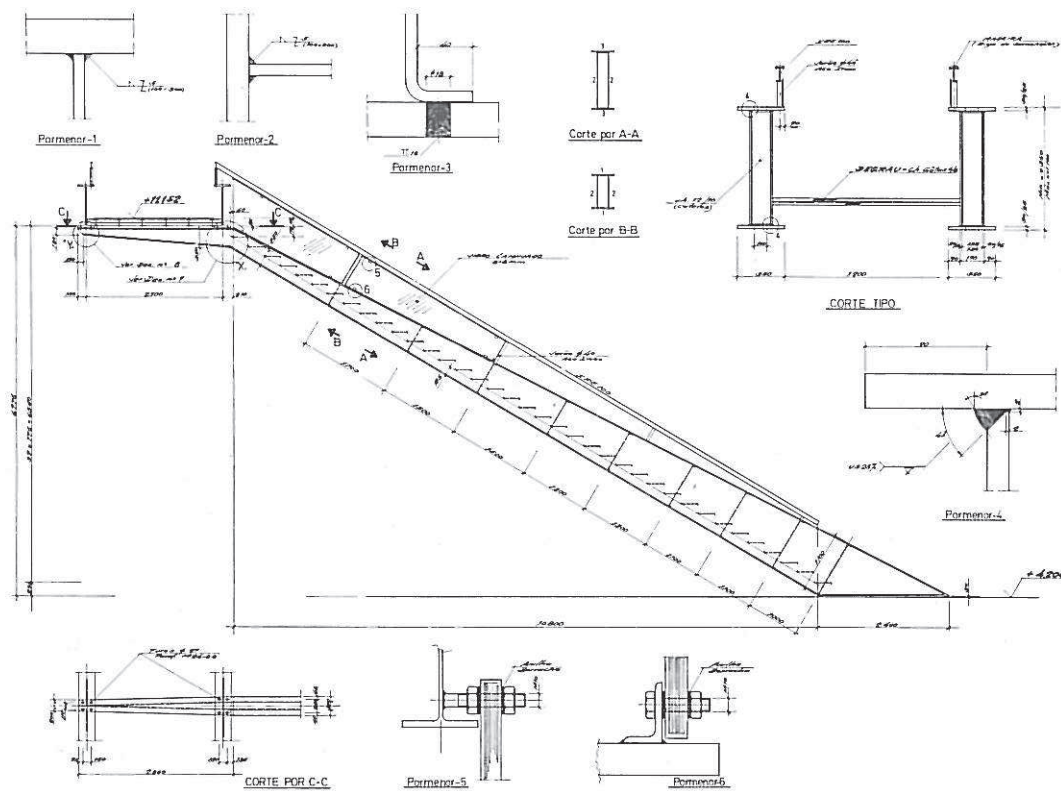
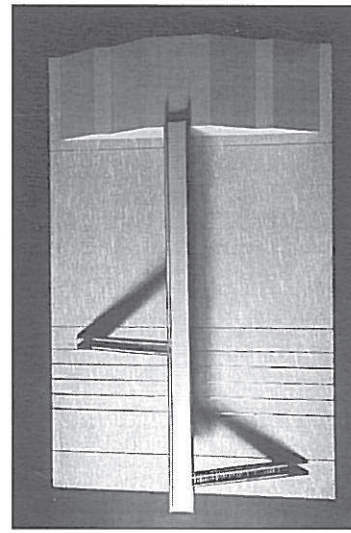
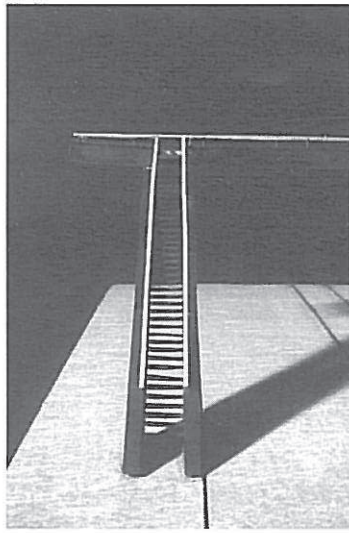
Colaboradores Filipe Pinto da Cruz, Pedro Mendes Estruturas Luis Durão Morada Av. 24 de Julho Localidade Lisboa Data do Projecto

1993 Fotografia Teresa Siza Bibliografia "Eduardo Souto Moura", Editorial Blau, 1994, pág. 180



Desenhar uma ponte devia ser um exercício obrigatório nas escolas de arquitectura. Penso que não deve haver outro tipo de construção que exija tanto rigor, coerência e depuração. Como dizia Aldo Rossi: "A Arquitectura é parente da Engenharia e como tal da Física". Neste caso o parente foi o Eng^o Luis Durão.





Passadiço do Bom Sucesso

Manuel Tainha

Estabilidade Veiga de Oliveira / Belar



- 0 Julgo ser esta a primeira vez que o município Lisboa atribui a um arquitecto o encargo de projectar uma peça urbana desta natureza. Julgo saber também que esta decisão municipal se deve ao reconhecimento de que nem por serem provisórios – o rebaixamento da via férrea e das Av^{as}. da Índia e de Brasília é um projecto ainda com vida – podem estas peças urbanas renunciar à qualidade. É sabido em que é que dá o provisório.

- 1 A construção, sobre a via férrea dos dois viadutos ligando a Av. da Índia com a Av. de Brasília resolveu o problema das viaturas criado pela supressão da passagem de nível do Bom Sucesso. Haveria em seguida que resolver o problema dos peões.

No Plano de Salvaguarda e Valorização de Ajuda-Belém, prevê-se a comunicação entre as duas margens das vias, por meio de uma passagem subterrânea (túnel), a implantar no alinhamento da velha rua do Baluarte do Bom Sucesso em direcção à Rua da Praia do Bom Sucesso, passando pelo arco da casa do séc. XIX, e seguindo pelo interior do Bom Sucesso até ao Centro Cultural de Belém / Praça do Império. Seria portanto o segmento subterrâneo de uma “promenade” pedonal, os estudos já feitos pelo PSV do Bom Sucesso confirmam este longo e interessante passeio “cultural”. O Plano de Pormenor do Bom Sucesso consagra e dá forma e figura a esta proposta.

Porém, dadas por um lado a morosidade natural e os problemas infraestruturais implicados na construção do túnel, e, por outro, a grande urgência em resolver o problema do atravessamento pedonal das referidas vias (ferro e rodo) a opção veio por si: passagem superior de peões.

- 2 A questão seguinte seria a da sua localização. Qualquer que esta fosse, a passagem não deveria estar longe da Av. da Torre, e deveria rodear-se de todas as condições para que não constituísse obstáculo à visão da Torre de Belém nem contribuísse de algum modo para o caos local.

O lugar escolhido por consenso foi assim o que se situa nas proximidades da “Vela Latina” (snak-bar); desenvolvendo-se a passagem aérea segundo uma direcção perpendicular aos eixos viários (ferro e rodo).

- 3 Escolhido o lugar e a direcção, a questão que se punha a seguir era do tipo e figura do objecto.

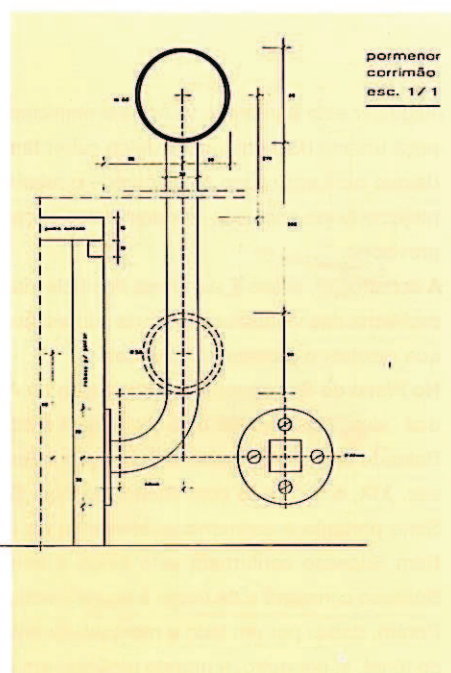
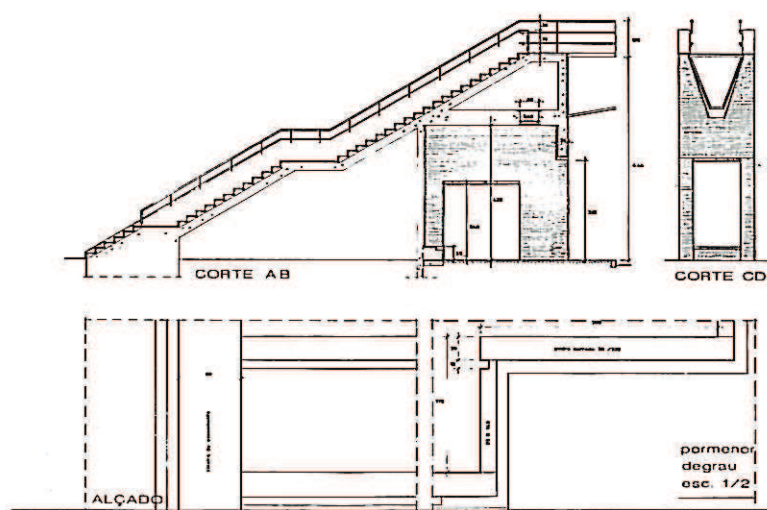
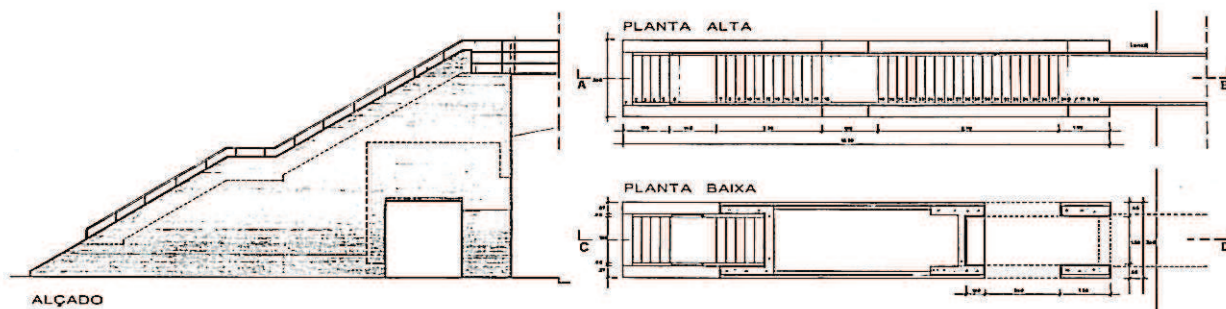
Dado que segundo tudo o indica, a passagem terá carácter provisório em função das indeterminações que pesam sobre as referidas vias ferro e rodo, tratar-se-ia sempre de uma ponte metálica, portanto de rápida e fácil montagem e desmontagem; tendo sobretudo em consideração que a sua construção não deveria interromper a livre circulação naquelas vias. Aliás as mesmas condições já haviam presidido à construção das passagens superiores existentes.

Quanto à figura do objecto, ela deveria revestir um desenho simples e discreto tendo em vista a singularidade paisagística, monumental e ornamental do sítio; condições estas que melhor se satisfariam:

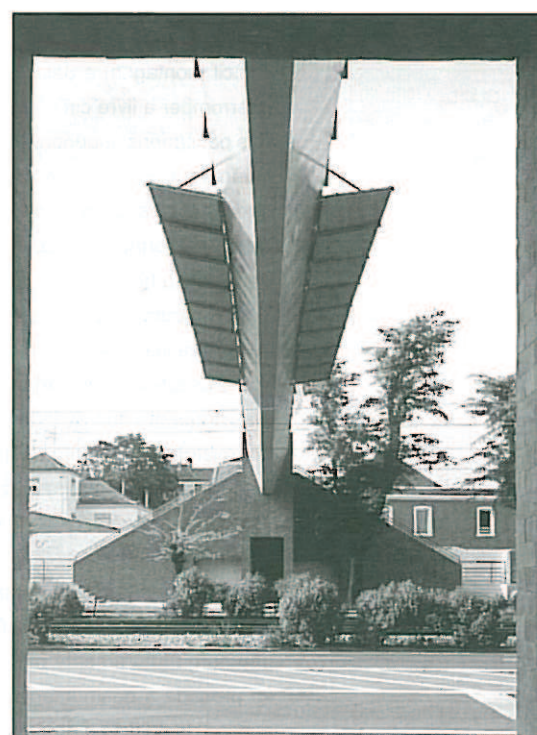
- a Com uma forma em arco delgado, muito abatido, e de um só vão, isto é: sem apoios intermédios nas margens da via férrea; e
- b sem o recurso, nos acessos, a sistemas de rampas que naturalmente iriam corromper a área de gravitação da passagem, dado o grande volume e desenvolvimento que comportariam. Portanto a escolha recaiu sobre acessos em escada, de ambos os lados.

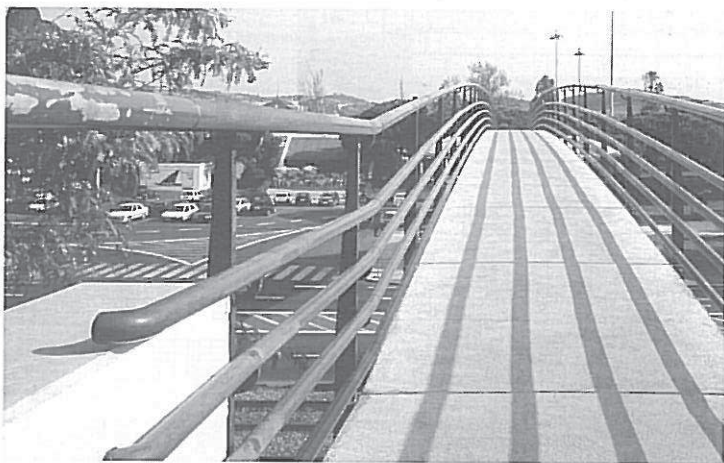
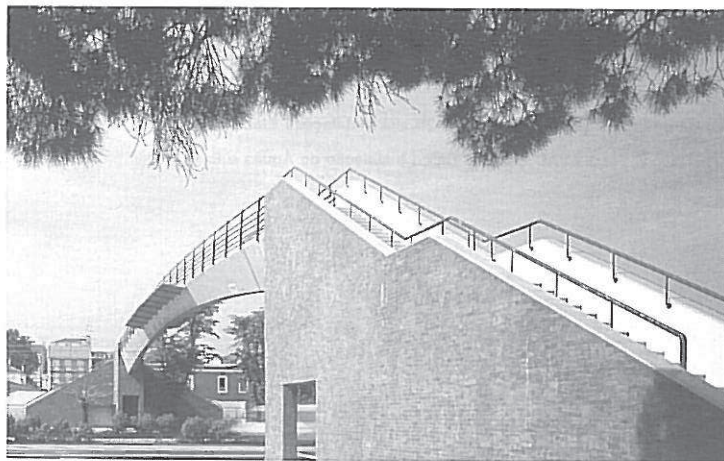
Mas enquanto que do lado Sul (Vela Latina) a escadaria se poderá desenvolver livremente e num só sentido, misturando-se com as grandes massas verdes e caminhos existentes, o mesmo já não poderia acontecer do lado Norte uma vez que para o acesso apenas se dispunha do passeio com cerca de 7 m de largura. Aí a solução consistiu então em desdobrar a escada em dois lances dirigidos em sentidos opostos e paralelos ao lancil.

Acontece que por este encontro Norte do passadiço se “encostar” à área do Bom Sucesso, actualmente em fase de estudos do seu Plano de Pormenor, foi possível prevêr a sua integração nas arquitecturas que irão surgir futuramente nessa orla (Sul) do Bom Sucesso; de modo a que, no dia em que eventualmente se proceda à desmontagem deste passadiço, a escadaria seja integralmente conservada e mantida em serviço do edifício a que então ficará aposta.



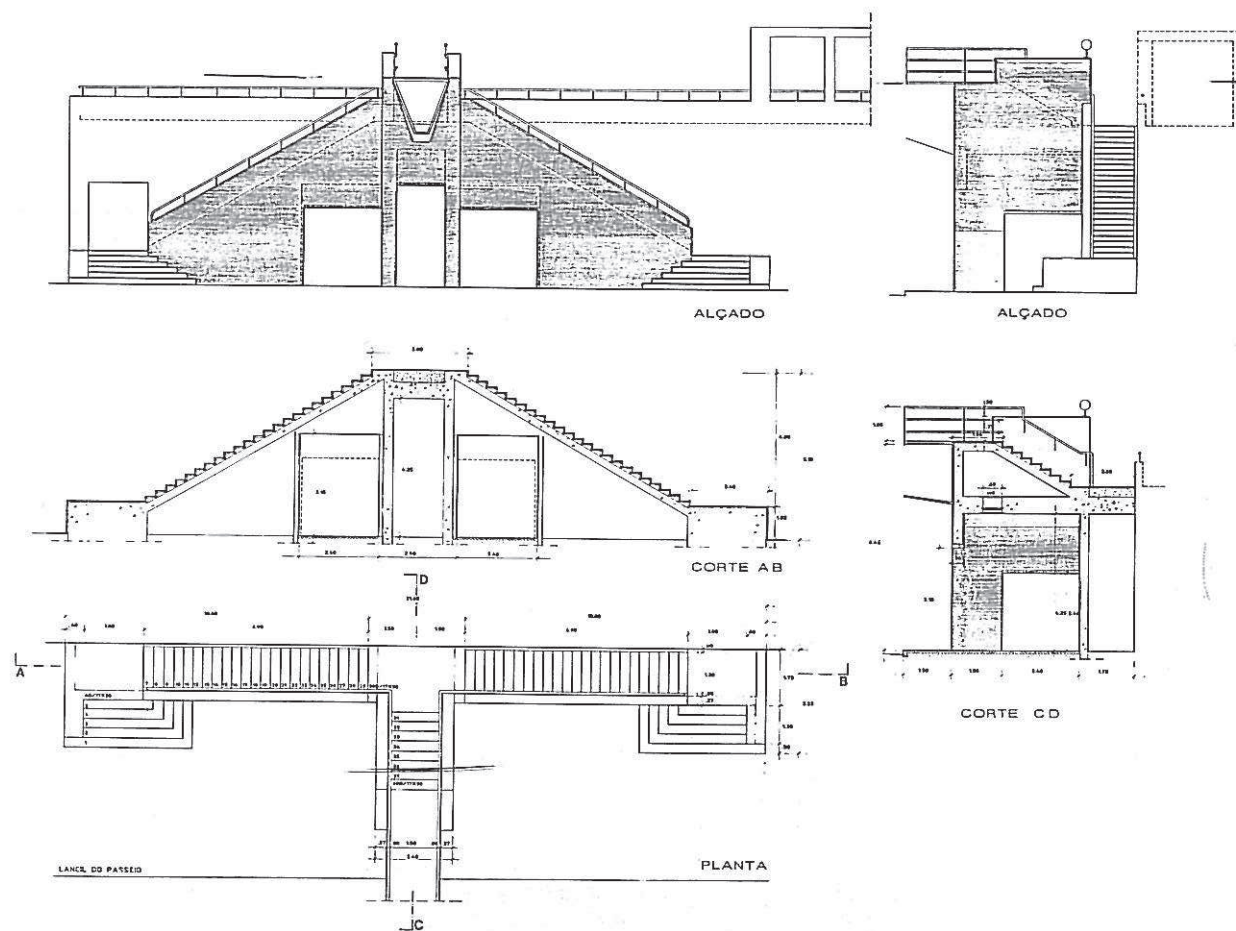
Passadiço do Bom Sucesso - Arranque Lado Sul





Fotografias: Rui Morais de Sousa

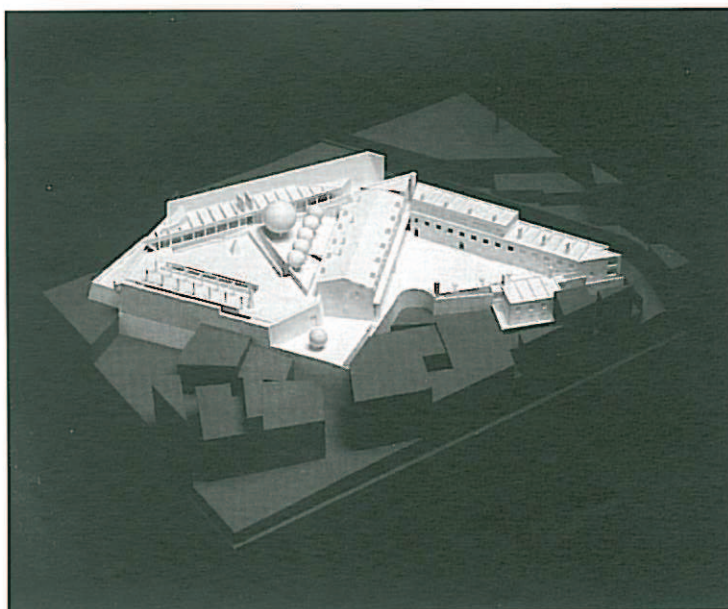
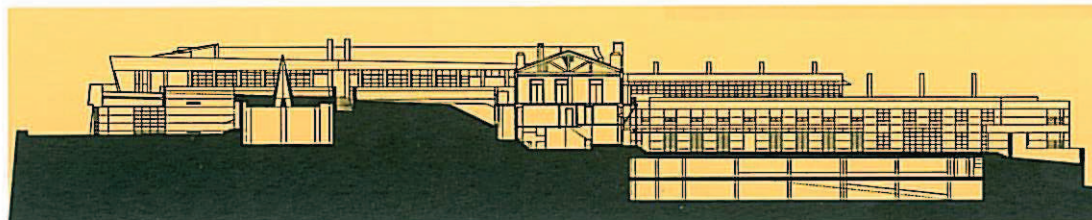
Passadiço do Bom Sucesso - Arranque Lado Norte



Baluarto do Livramento

Duarte Nuno Simões - EPUL/RASGO

Colaboradores João P. Santa-Rita, Nuno Simões Estruturas e Fundações Manuel Ganhão de Oliveira Instalações Eléctricas José Joaquim Nunes Petisca Instalações Mecânicas Joaquim Manuel Nunes Serra AVAC Olandino Calço Instalação de Águas e Esgotos Amândio Rio Tinto Arranjo de Espaços Exteriores Teresa Leal

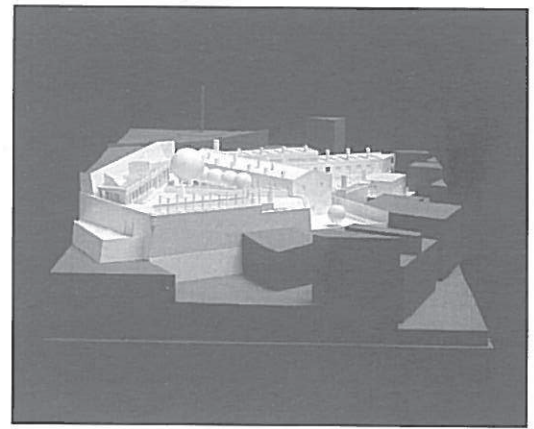


O primeiro objectivo para o enquadramento da operação a realizar no Baluarte do Livramento corresponde ao desejo de reabilitação do património e, a pretexto desta, lançar-se uma operação que redescobrimo-o, o devolva à cidade, servindo, simultaneamente, de arranque para a requalificação da zona.

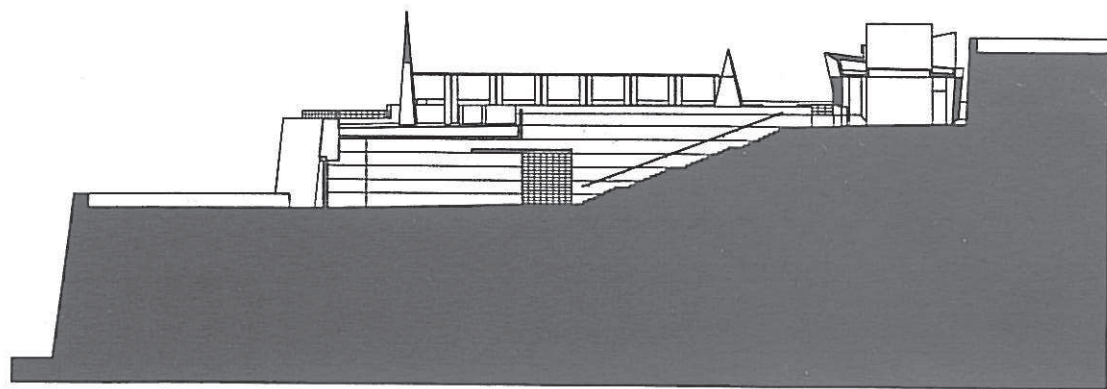
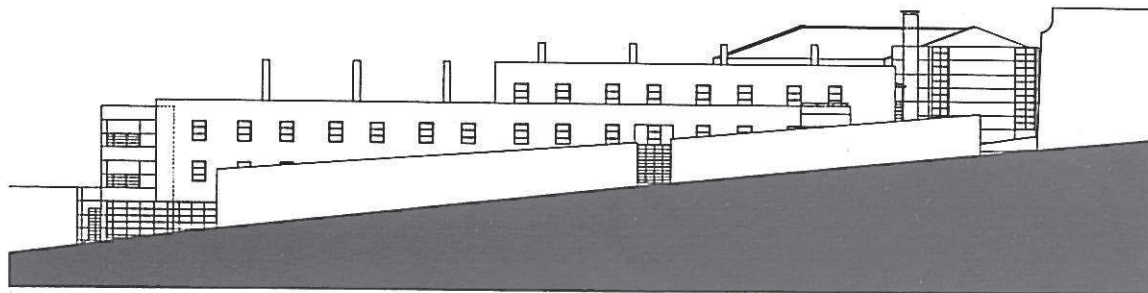
Assim, a operação integrará as seguintes funções: um espaço público de estar e contemplar, constituído por um jardim e miradouro, incluindo uma pérgola, um restaurante que se pretende de categoria, um museu dedicado ao conjunto de fortificações da Ribeira de Alcântara incluindo um posto de turismo, uma edificação que integra espaços destinados a comércio e ateliers, entrada superior para o restaurante e P.T., um centro de dia com jardim privativo, um conjunto muito variado de habitações e, finalmente, um parque de estacionamento subterrâneo.

No plano da organização espacial fixaram-se as características estruturantes e caracterizantes do conjunto, propondo-se uma organização espacial da plataforma 2, baseada em encaminhamentos que criam 3 perspectivas focalizadas sobre pontos relevantes e uma organização espacial da plataforma 4 que evoca os pátios lisboetas sendo, consequentemente, fechada sobre si própria.

Finalmente, decidiu-se afastar dos panos de muralha as construções novas, criando-se passagens entre uns e outras de modo que as muralhas possam ser vistas integralmente.

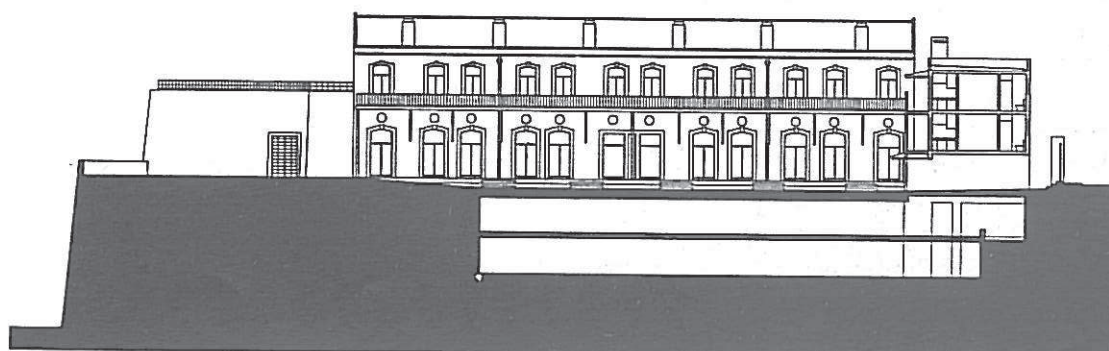


Alçado sobre a Calçada do Livramento



Corte CD

Corte EF

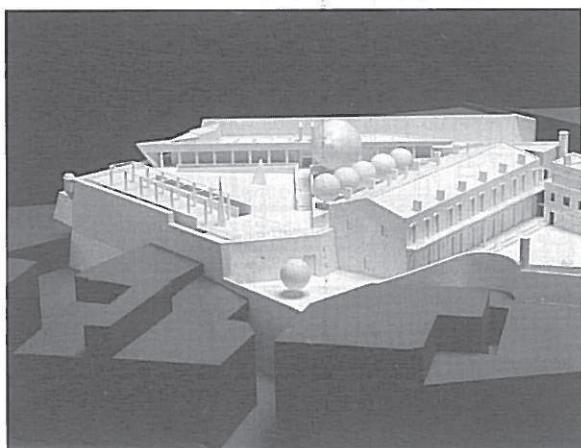


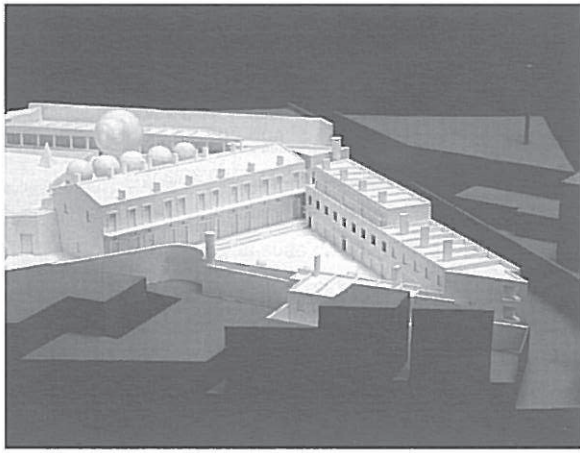


PISO -1
1 - Acesso Principal 2 - Estacionamento 3 - Habitação

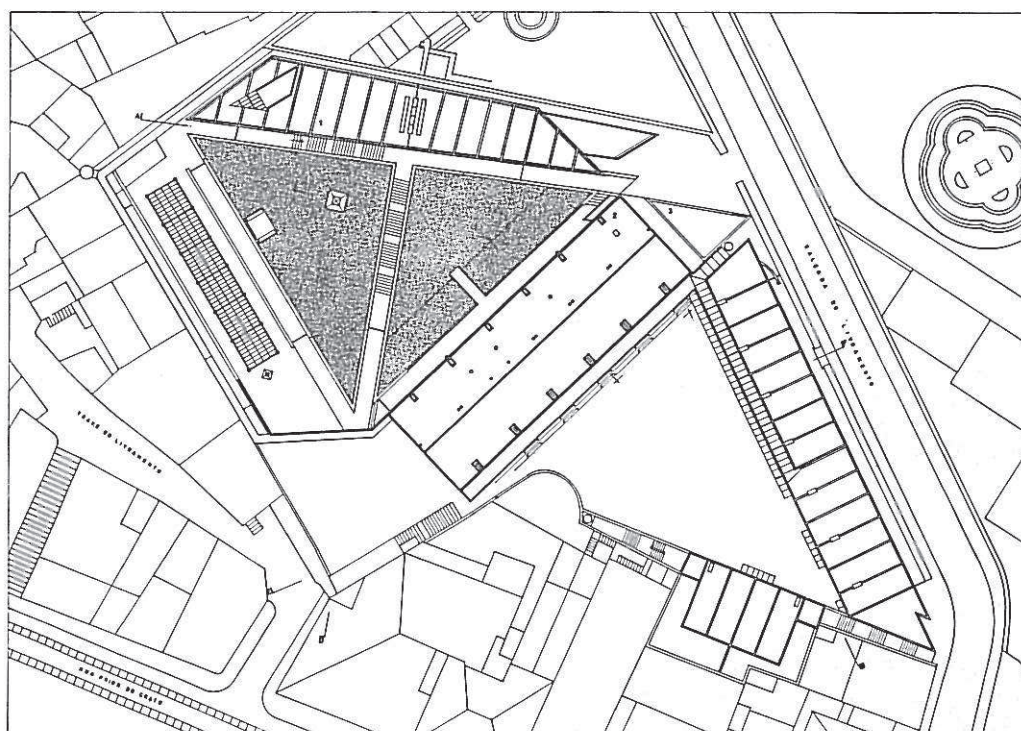


PISO 0
1 - Elevador 2 - Restaurante 3 - Área Técnica 4 - Museu do Baluarte 5 - Habitação (recuperação da Vila) 6 - Bloco de Acessos 7 - Unidades de Alojamento (Centro de dia) 8 - Habitação 9 - Acesso ao Estacionamento





PISO 1
1 - Acesso 2 - Lojas/Ateliers 3 - Posto de Transformação 4 - Centro de dia (recuperação da Vila) 5 - Bloco de Acessos 6 - Unidades de Alojamento (Centro de dia)



PLANTA DE COBERTURAS
1 - Unidade Lojas/Atelier 2 - Vila 3 - Bloco de Acessos

Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica

Pedro George

Planeamento Urbanístico Pedro George Gestão Urbanística e Infraestruturas Paulo V. D. Correia Infraestruturas de Saneamento Elisabete Arsénio Transportes,
Vias e Circulação Vítor Oliveira Arquitectura Paisagista Jorge Frazão Cancela Aspectos Jurídicos António Babo CML-DPE-Equipamentos Anabela Completo
Monteiro, Luísa Paiva, João Sequeira, Pedro Carneiro de Moura, Ivete Bernardes, Carlos Severo, Isabel Valadão Santos Acompanhado na CML-DPE por Teresa
Craveiro, Jorge Catarino



Num período em que tudo aponta para a possibilidade de Lisboa e a sua área metropolitana assumirem um novo papel no sistema europeu de cidades sente-se a premência de transformar essa esperança em realidade e guindar Lisboa a esse almejado lugar.

No domínio do planeamento e gestão urbanísticos impunha-se o abandono das práticas *ad hoc* em favor da elaboração de uma política urbanística coerente. As linhas mestras dessa política constavam no "Plano Estratégico/PDM", aprovado em sessão da CML de 14.8.90. No âmbito desse documento definiam-se ainda alguns planos prioritários, de entre os quais se destaca o Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica.

Seguindo o eixo de desenvolvimento Marquês de Pombal/Praça de Espanha/Sete Rios/Portas de Benfica/Amadora, esta área detém já hoje um importante potencial, graças à sua boa acessibilidade. Com efeito, além da Estrada de Benfica, corredor principal de transportes públicos metropolitanos e da renovada estação C. F. de Benfica, conta agora com o interface de transportes RN/Carris/Metro que lhe confere um acesso ao centro de Lisboa rápido e seguro, sobretudo após a execução das Avenidas Lusíada e da Pontinha e das estações de Metro de Carnide e Pontinha. A 2ª Circular propicia acesso à Auto-Estrada do Norte, Via Rápida de Loures e a todo o resto do centro e norte do país. Em função da acessibilidade existente e a criar, a área atrai uma série de actividades terciárias e comerciais com algum peso, assim como dois centros comerciais, um de grande dimensão (Colombo) e um médio (Fonte Nova), equipamentos de ensino superior e pelo menos uma dezena de agências bancárias.

A área em estudo (com 110 ha aproximadamente) é, já hoje, uma centralidade importante, e tem potencial para vir a ser um pólo estruturante de maior peso ainda, como alternativa de localização ao centro de Lisboa, para actividades terciárias e equipamentos de nível superior (vide Inst. Sup. de Comunicação Social).

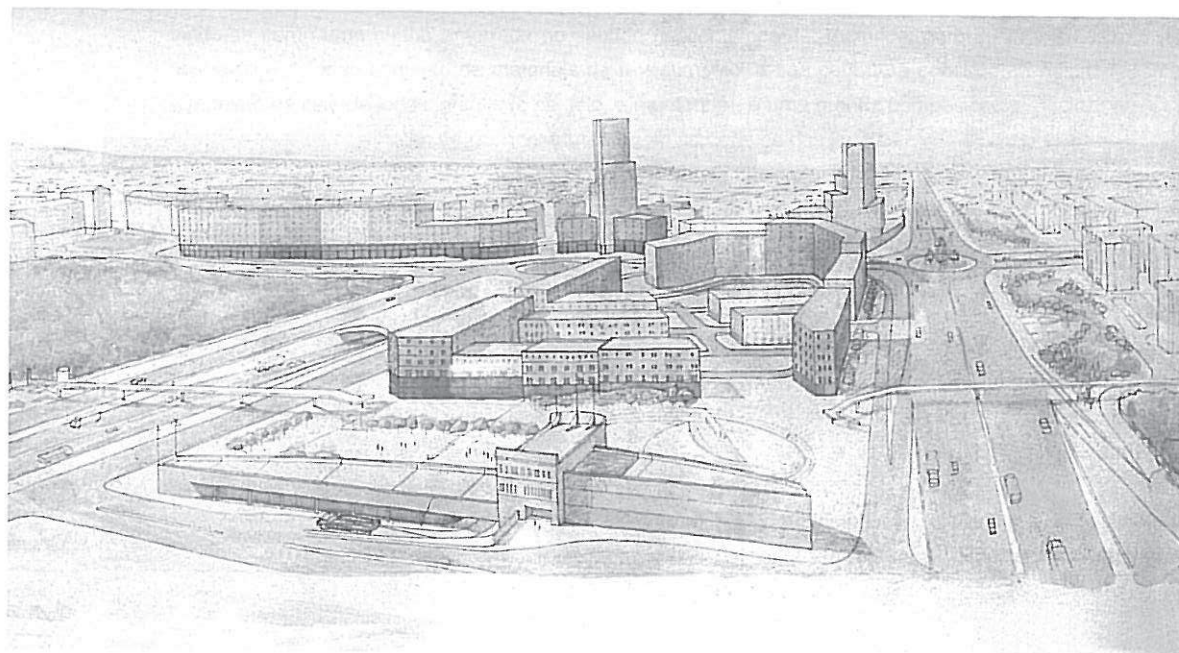
Objectivos

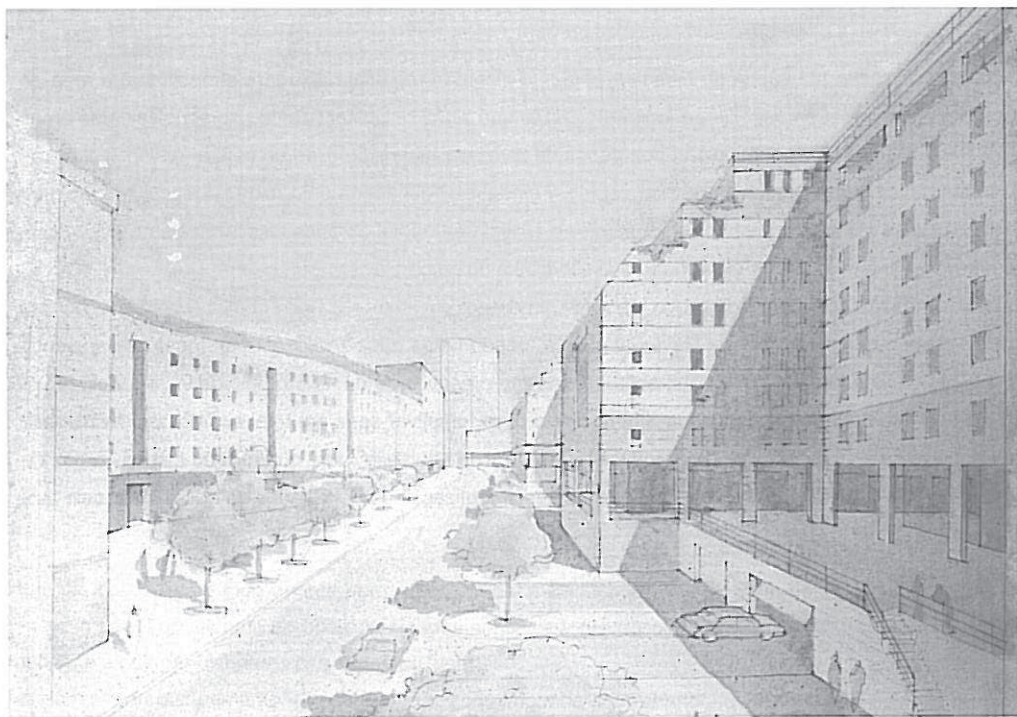
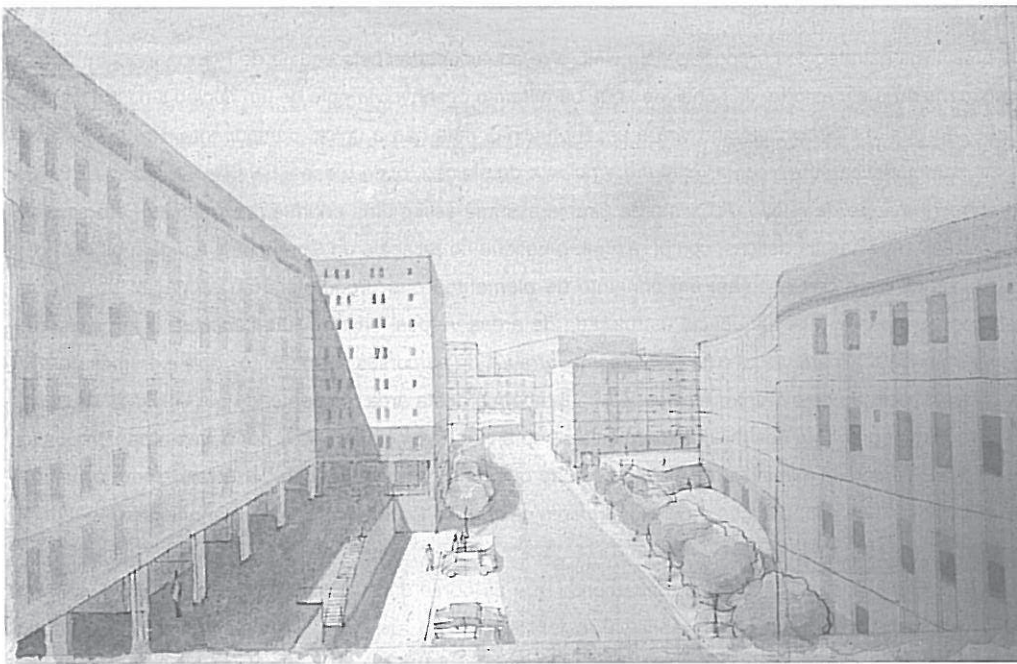
Os objectivos estratégicos propostos pela CML e re-equacionados pela equipa do Plano, apontam para a criação, na área em estudo, de condições que permitam o desenvolvimento de um núcleo terciário de qualidade, do qual o Centro Colombo virá a ser a principal, mas não a única, componente. Um núcleo com essas características deve contar com um ambiente de eleição, onde o espaço verde integrado no tecido urbano tenha lugar de relevo. A Quinta da Granja assume assim uma enorme importância. Este espaço, único pelas suas características, comporá, com o bosque do palacete do Conde de Carnide e os espaços exteriores da área das escolas, um conjunto de elementos que proporcionarão a ligação do Parque Periférico a Monsanto. A sequência estruturada de áreas verdes, embora não constitua o tão desejado "contínuo natural", ligará visual e funcionalmente, através de percursos pedonais, os dois extremos desses parques. A vocação de elo entre tecidos, que é também a desta área, é acentuada por soluções de desenho urbano integradoras dos tecidos marginais sempre que estes são tocados por novas áreas propostas pelo Plano. Tentou-se minimizar os efeitos de corte que a mudança de uso predominante pode, às vezes, introduzir. Neste campo, a acção da CML enquanto gestora da implementação do Plano revelar-se-á decisiva para o sucesso da empresa.

No que respeita à acessibilidade, é fundamental que as obras da rede viária principal (CRIL e Radiais) sejam realizadas tão breve quanto possível, estabelecendo-se assim as relações de ligação fácil tanto com o centro da Cidade como com a área complementar de Venda Nova/Falagueira, no concelho da Amadora, e com a Área Metropolitana de Lisboa em geral. Neste capítulo entende-se que a Avenida Lusíada deve ter configuração transversal e longitudinal tão urbana quanto possível, e não de via rápida de atravessamento (ainda que este seja possibilitado pela sua ligação à Av. da Pontinha), sob pena de constituir uma barreira no tecido urbano ao invés de um elemento de integração dos espaços urbanos que a marginam.

Pela sua localização na cidade de Lisboa e pela sua inserção regional na Área Metropolitana, a área do Plano pode e deve vir a constituir um pólo terciário, o que significa alterações de uso sensíveis nas áreas já edificadas e uma nova distribuição dos pesos relativos da habitação e do comércio, serviços e outros usos, nas novas construções. A área em estudo é ainda hoje dominada pelo uso residencial, com algum comércio e serviços (respectivamente 80%, 10% e 10% da área total de construção). Neste contexto, está programado um forte aumento percentual dos serviços e do comércio.

No âmbito regional, se a área do plano for considerada em conjunto e diálogo com a reestruturação dos usos da zona industrial da Venda Nova/Falagueira, sendo estas duas zonas estruturadas pela presença da CRIL e ligações radiais à CREL, acredita-se estar na presença de um futuro pólo de importância regional, estruturante de todo o eixo Lisboa-Sintra. Neste caso, efectivar-se-ia em total acordo com as disposições do PROTAML, ora em vias de aprovação, um "pólo de equilíbrio" para o centro de Lisboa, capaz de receber, em boas condições ambientais, parte da descentralização de actividades de que a metrópole tanto carece.





Remodelação de um interior de Quarteirão nas Avenidas Novas, Lisboa

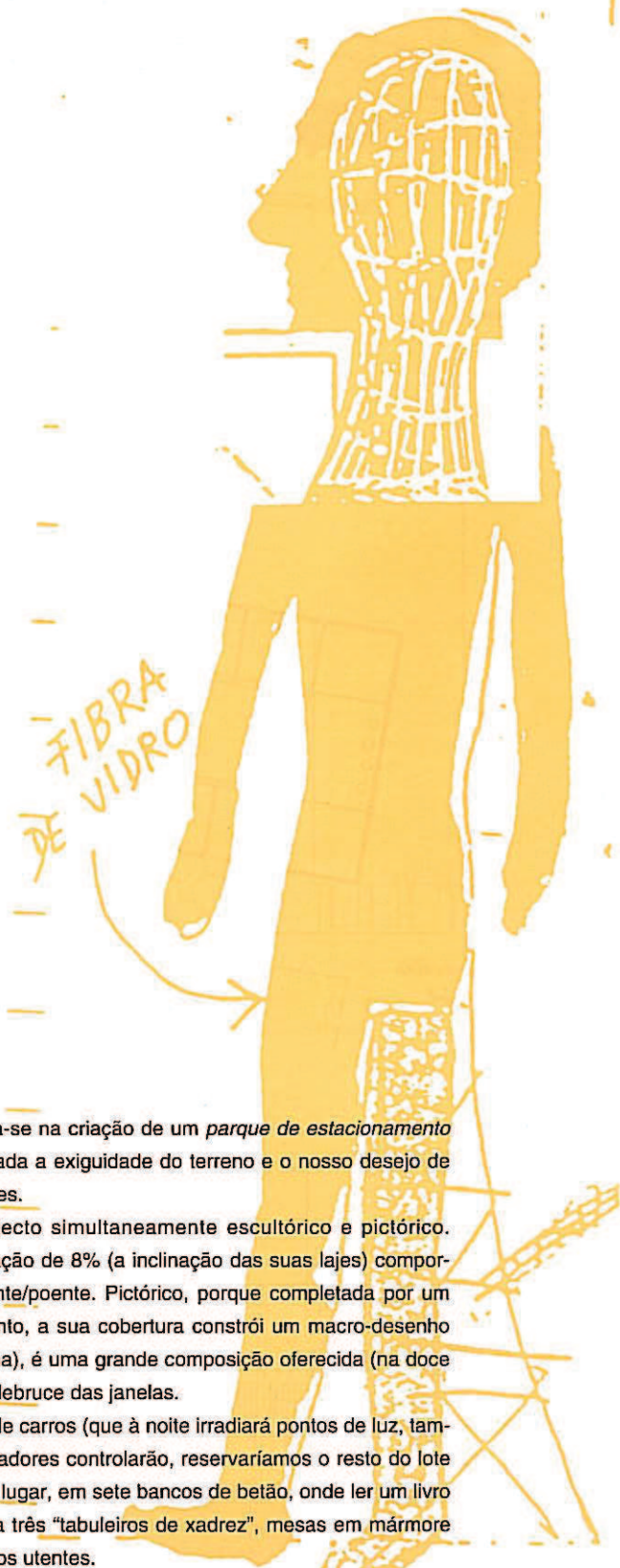
Manuel Graça Dias

Egas José Vieira

Colaboração Luís Torgal, João Almeida, Gonçalo Dias Estrutura Alberto Souza Duarte Instalações Eléctricas José Maria Frazão Ucha

Instalação Águas e Esgotos Alberto Souza Duarte Paisagismo Manuel Souza da Câmara Projecto de Arte António José Campos Rosado

Cliente Câmara Municipal de Lisboa Data do Projecto Janeiro a Dezembro 1991



A proposta de ocupação do interior do quarteirão, baseia-se na criação de um *parque de estacionamento de lugares cativos* (comprados pelos moradores) que, dada a exiguidade do terreno e o nosso desejo de não o ver totalmente preenchido, não excede os 48 lugares.

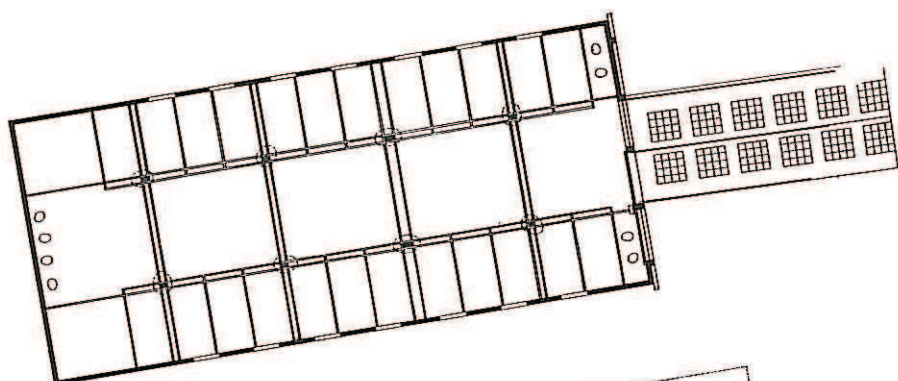
Este *parque de estacionamento* será, por si, um objecto simultaneamente escultórico e pictórico. Escultórico porque enfrentará o terreno, com uma inclinação de 8% (a inclinação das suas lajes) comportando-se como uma cunha enterrada no sentido nascente/poente. Pictórico, porque completada por um abstracto e colorido conjunto de materiais de revestimento, a sua cobertura constrói um macro-desenho que, além de sítio de jogos infantis (o castelo, a montanha), é uma grande composição oferecida (na doce rudeza dos seus contrastes de cor e textura) a quem se *debruce* das janelas.

Ocupando apenas metade do terreno com este arrumar de carros (que à noite irradiará pontos de luz, também eles entremeio da composição) que apenas os moradores controlarão, reservaremos o resto do lote para a plantação das necessárias árvores encontrando o lugar, em sete bancos de betão, onde ler um livro numa manhã de Junho antes de exames, ou o sítio para três "tabuleiros de xadrez", mesas em mármore branco e negro, sempre expostos à inteligente vontade dos utentes.

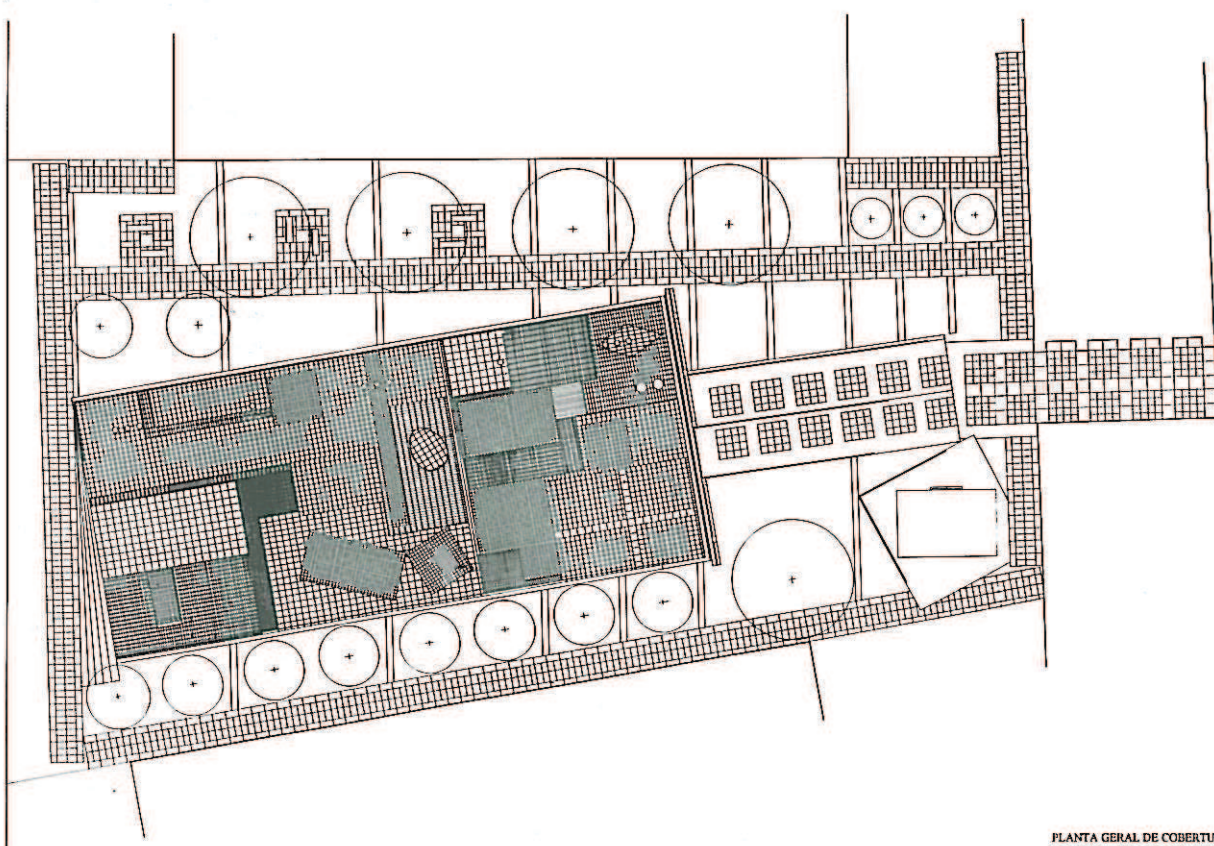
No antigo túnel escasso da entrada, outro tecto, luz e *algumas* baias, significarão o quarteirão com quatro nichos a preencher com esculturas de António José Campos Rosado: um culto presidente de Câmara (*José Elías García*, 1830/1891); os patriotas republicanos (*Defensores de Chaves*, 1912); um grande benemérito das artes e dos artistas (*Fausto de Queiroz Guedes*, *Visconde de Valmôr*, 1837/1898) e os engenheiros (*Gustave Eiffel*, 1832/1923).

Quatro símbolos modernos que celebrem estes nomes, qualquer coisa como uma entrada de palácio, em Roma onde, entre degraus de mármore e estuques *fushia*, repousam estátuas, perto de onde se param motorizadas.

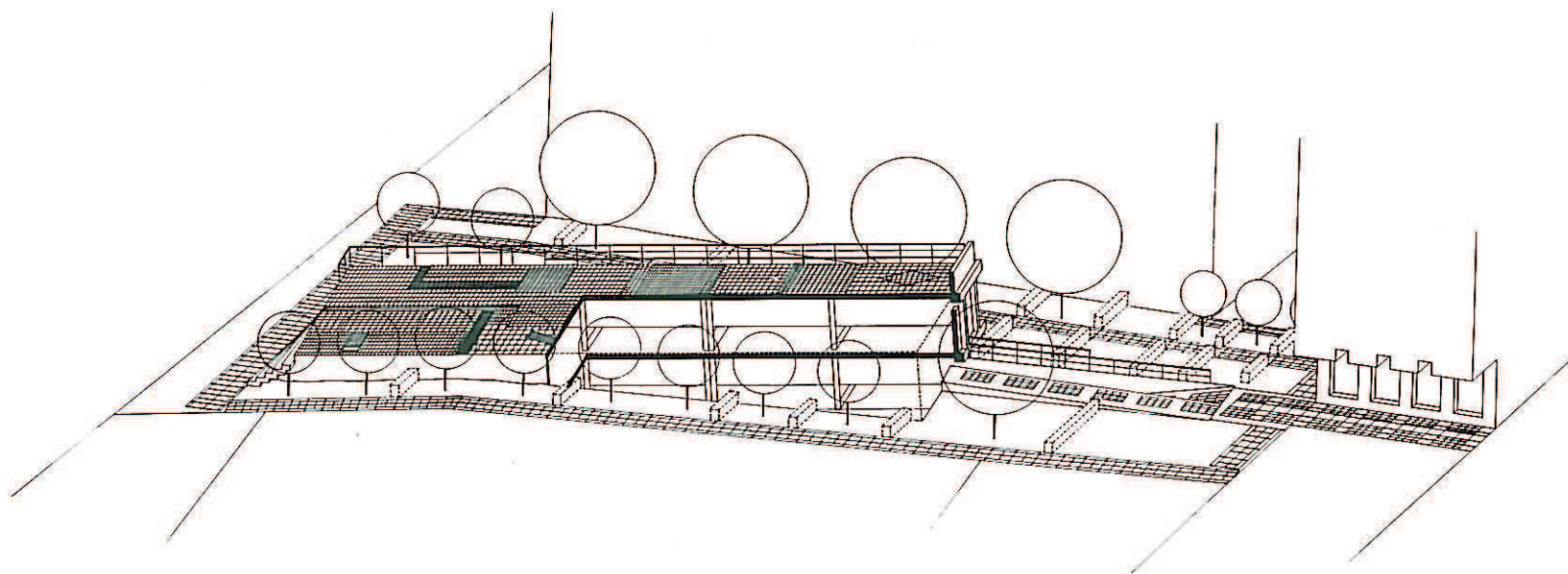
Lisboa precisa desta nobreza.



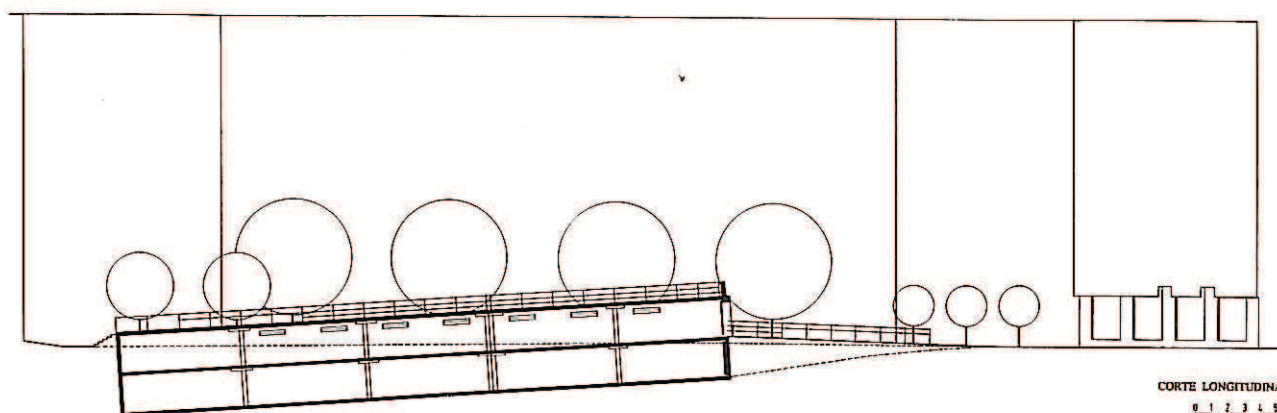
PLANTA
0 1 2 3 4 5m



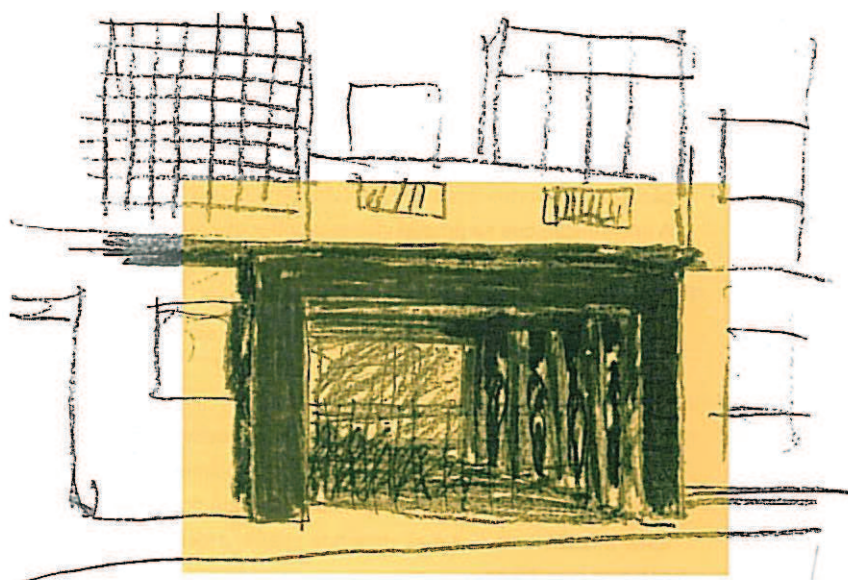
PLANTA GERAL DE COBERTURA
0 1 2 3 4 5m



CORTE PERSPECTIVADO
0 1 2 3 4 5m



CORTE LONGITUDINAL
0 1 2 3 4 5m



Plano de Urbanização do Vale de Alcântara e o Casal Ventoso

Leopoldo de Almeida

Planos P.U. do Vale de Alcântara e P. de Pormenor do Casal Ventoso, Av. de Ceuta (Norte); Pedreira-Alvito. A. do Carvalho- Sete Moinhos e Alcântara-Terra Cliente D.P. Estratégico - C.M. de Lisboa Data Início em Janeiro de 1992. Actualmente em fase de versão final Autor Hidrotécnica Portuguesa, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. Colaboradores Silva e Castro, Madalena Coutinho, António Nazareth, Vitor de Jesus, Henrique Silva, M. Constantino Redes de Energia eléctrica, iluminação pub. e Telecom P. Matosa Redes Abast. Água e águas residuais L. Casanova Colaboração Externa CESUR (IST) F. Nunes da Silva CISED Inquérito ao tráfego OA (Análises demográfica e social, estrutura funcional) Isabel Lemos, Dulce Santana, Paula Rodrigues Assessoria Jurídica Fernando Gonçalves



1 O Plano de Urbanização do Vale de Alcântara e o Casal Ventoso

A intervenção urbanística no Casal Ventoso faz parte de um conjunto de operações programadas no âmbito do Plano de Urbanização do Vale de Alcântara (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 18-PDM).

O PU abrange cinco zonas degradadas, objecto cada uma de Plano de Pormenor, inserindo-se a intervenção no Casal Ventoso em duas delas: o bairro e a Zona Norte da Av. de Ceuta. Para a primeira estabelece-se a sua reconversão, através do realojamento da população mais carenciada, renovação do sistema viário e expansão dos espaços públicos, instalação de equipamentos locais e reabilitação generalizada dos edifícios que permanecerão. Para a segunda área, expansão do bairro actual, prevê-se a instalação das famílias a realojar (PER).

Outras áreas de realojamento estão previstas inseridas naquela operação - Alvito e R. do Arco do Carvalho - abrangendo um total de 580 famílias a reinstalar no Vale. No PU, para além da renovação do Casal Ventoso, propõe-se também e da zona da Pedreira do Alvito e, ainda, a reabilitação de áreas consolidadas - Alvito, Sete Moinhos, Rua Arco do Carvalho e Rua D. Maria Pia.

2 A intervenção Urbanística no Casal Ventoso

O Casal Ventoso, com origem situada nos finais do século passado, é hoje um bairro fortemente degradado, isolado, de padrões urbanísticos muito baixos, habitado por uma população marginalizada, marcada pelo desemprego, fraco nível de qualificação profissional e insucesso escolar.

É de assinalar, por outro lado, a estabilidade demográfica, homogeneidade social e juventude da população, a par de fortes laços de associativismo e de solidariedade.

A intervenção que se propõe visa responder aos seguintes objectivos:

- Integração do bairro na malha urbana;
- Melhoria das condições habitacionais;
- Ampliação e diversificação dos equipamentos e serviços colectivos;
- Reforço da infraestruturação;
- Recuperação e extensão do espaço público.

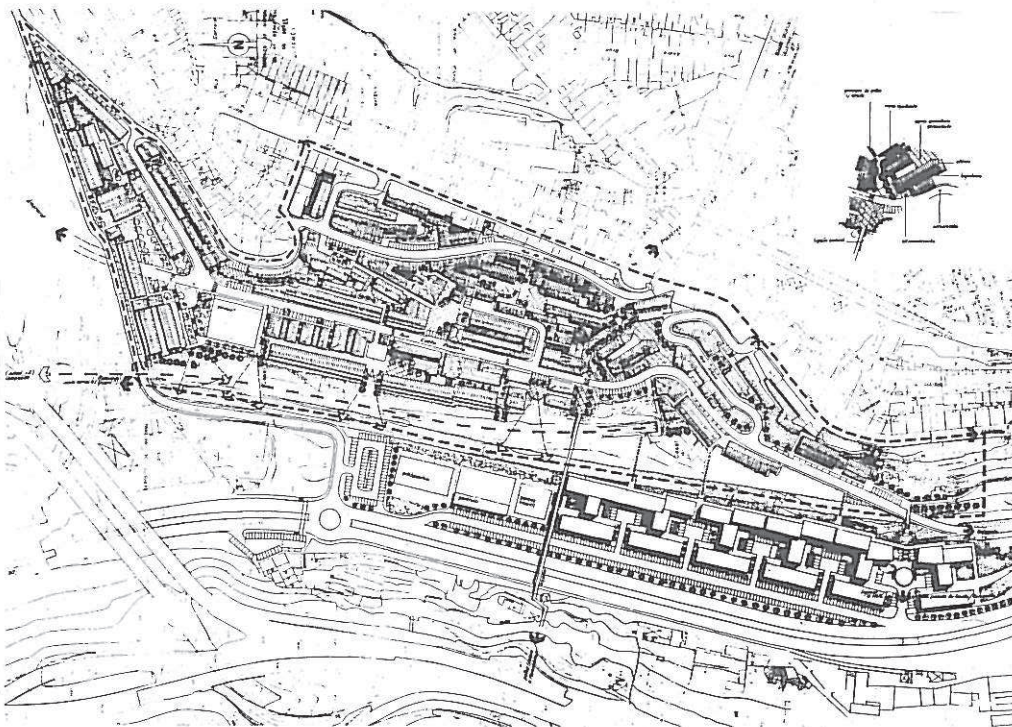
A intervenção assenta numa estratégia de reconversão, considerada "intermédia" face a estratégias do tipo "duro" (por ex: demolição do bairro e realojamento da população noutro local) ou "minimalista". É uma intervenção que visa atacar a questão de fundo do Casal Ventoso que é o da sua degradação, insalubridade e isolamento e que se pretende aberta, a desenvolver em ritmo e profundidade dependente da resposta da população.

No essencial, a intervenção - a desenvolver ao longo de 4 anos - abrange:

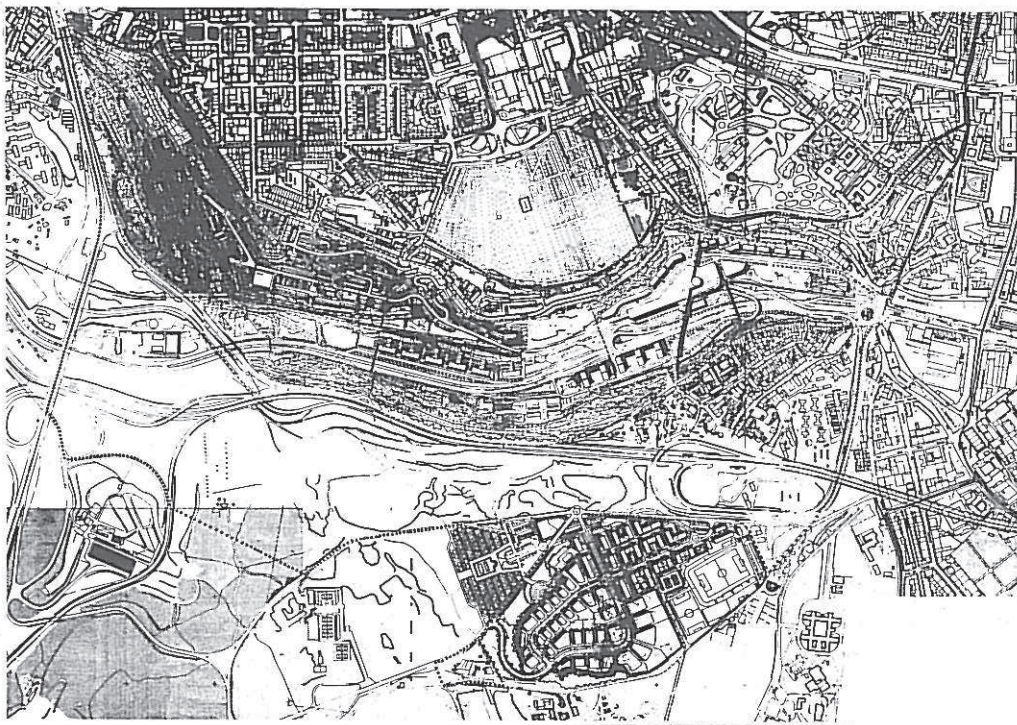
- a expansão do bairro, na Av. de Ceuta, envolvendo 287 fogos, comércio e equipamentos colectivos destinados, na sua maior parte, ao realojamento das famílias identificadas no âmbito da operação PER (237);
- a reconversão, gradual, do bairro através da afectação dos espaços libertos pelos desalojamentos a fins públicos (pequenos jardins e pracetas, ligações viárias, equipamentos);
- o apoio à reabilitação do parque habitacional que permanecerá e a melhoria da sua infraestruturação;
- o desenvolvimento dos equipamentos colectivos e o apoio às colectividades e Centro Social;
- a diversificação e intensificação das acções sociais;

Por outro lado, a proposta de extensão da rua principal do bairro (Costa Pimenta) até à Av. de Ceuta, a Sul e, a Norte, às Amoreiras, pela encosta de Sete Moinhos, terá como consequência, para além de reforçar as ligações entre o Vale e as Amoreiras, inserir o Casal Ventoso directamente na malha envolvente: é a abertura do bairro ao exterior.

Espera-se que o conjunto de medidas proposto seja suficientemente diversificado e doseado de molde a inverter as tendências de isolamento e degradação e a criar as condições para a eclosão de uma dinâmica interna, assente na mobilização dos moradores e suas associações, capaz de conduzir ao êxito da operação.



Plano de Pormenor do Casal Ventoso

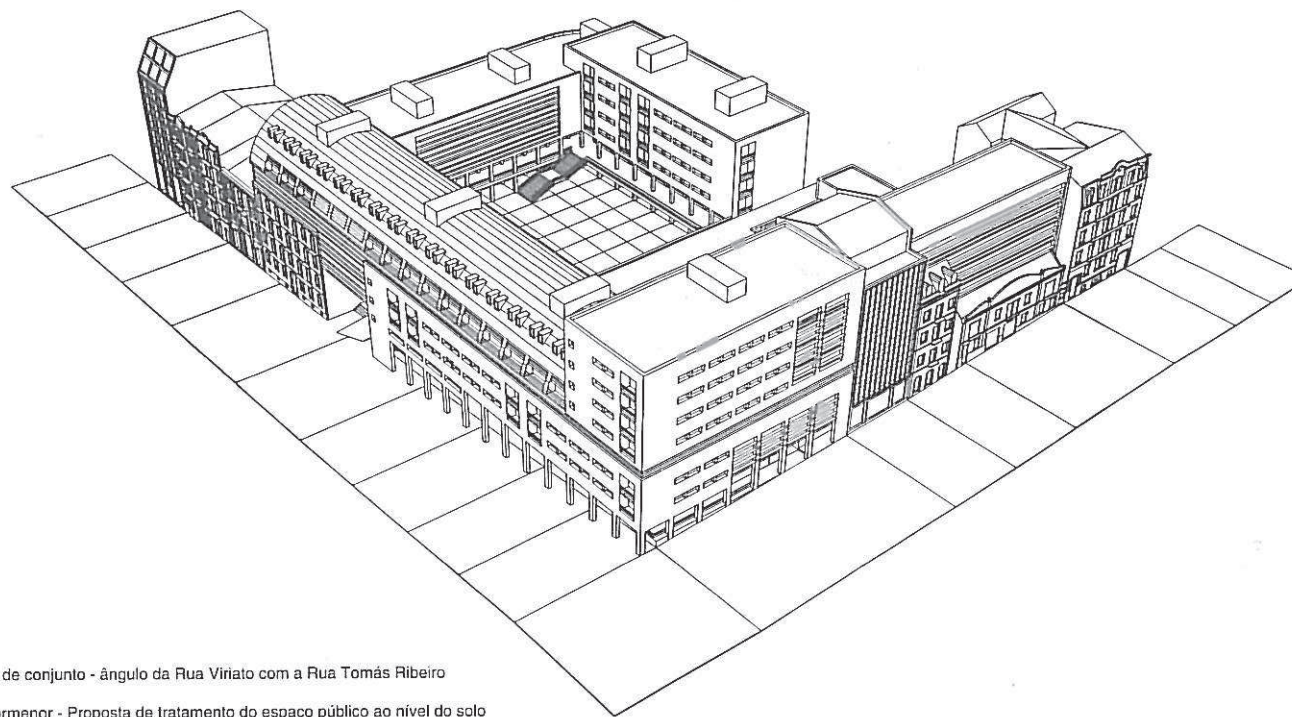


Plano de Urbanização do Vale de Alcântara

Plano de Pormenor do Quarteirão da Antiga Garagem Militar

José Manuel Ressano Garcia Lamas

Joaquim Luis da Costa Gomes, João Pedro Teixeira de Abreu Costa, Luís Manuel Morgado Santiago Baptista, Sofia Pereira dos Reis Rodrigues Pires



Perspectiva de conjunto - ângulo da Rua Viriato com a Rua Tomás Ribeiro

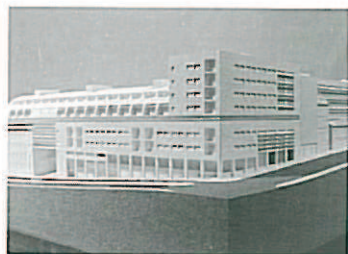
Plano de Pormenor - Proposta de tratamento do espaço público ao nível do solo

O Plano de Pormenor do Quarteirão da Antiga Garagem Militar foi elaborado em 1992/93, por encomenda conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e do I.P.E. - Investimentos e Participações Empresariais, S.A., para redefinir e permitir a criação de um novo conjunto urbano por renovação dos edifícios existentes nos terrenos da antiga garagem militar e da Companhia Portuguesa de Higiene resolvendo um conjunto de compromissos urbanísticos nesses terrenos. A área do plano, totalizando cerca de 6 ha, foi definida pelos dois lados das Ruas de S. Sebastião da Pedreira, Filipe Folque, Tomás Ribeiro e Viriato, e corresponde a um quarteirão de geometria irregular que resultou do acerto do Plano das Avenidas de Ressano Garcia com a "calçada" de S. Sebastião da Pedreira e os taludes e desníveis topográficos dessa zona. As propostas do plano centraram-se essencialmente no desenho urbano do conjunto imobiliário para os terrenos do I.P.E. e na valorização do património construído existente - edifícios de fins do séc. XIX e princípios do séc. XX - , assegurando a esta zona a manutenção das características do início das "avenidas" e a classificação e preservação das estruturas setecentistas da "Calçada" (Rua) de S. Sebastião da Pedreira. A outro nível, propôs-se a requalificação da zona com desenho de pormenor e melhoria do espaço urbano, a iluminação pública, a disciplina do estacionamento, o mobiliário urbano, etc., libertando os passeios e tratandos. Dentro do quadro das acções a empreender no âmbito do plano ressaltamos como muito importante toda a atenção consagrada ao espaço público - a rua, os passeios, os pavimentos, a arborização, o equipamento e o mobiliário urbano. Esta uma das linhas principais do urbanismo que se propõe, de requalificação da cidade, tanto ou mais importante do que as propostas sobre a volumetria e tecido edificado. Actualmente a área encontra-se num processo de desqualificação, que o plano propõe inverter. Como diagnóstico sobre a área de intervenção podemos, em síntese, estabelecer a seguinte conclusão - a área encontra-se num processo de desqualificação que se pode observar nos seguintes factores:

A - Desqualificação do espaço público

A desqualificação do espaço público verifica-se nos seguintes aspectos:

- degradação e destruição dos pavimentos;
- ocupação de modo indiscriminado da via pública e passeios por estaleiros de obras e restos desses mesmos estaleiros;



- invasão indiscriminada dos arruamentos e passeios por estacionamento selvagem, diminuindo a circulação e o "espaço de circulação e respiração" do peão;
- perda de arborização e degradação evidente da arborização existente;
- degradação dos edifícios antigos e consolidação de uma imagem de ruína no ambiente urbano;
- falta de qualidade arquitectónica das renovações imobiliárias mais recentes.

B - Desqualificação das construções

A desqualificação das construções verifica-se nos seguintes aspectos:

- degradação dos antigos edifícios, caminhando para a ruína;
- desqualificação das novas construções pela falta de qualidade dos projectos e ruptura volumétrica em relação às cêrceas existentes.

C - Desqualificação funcional

A desqualificação funcional verifica-se nos seguintes aspectos:

- excessiva terciarização do parque edificado;
- perda de habitação e envelhecimento do parque habitacional;
- não introdução de funções qualificadoras do espaço nas áreas de comércio e serviços

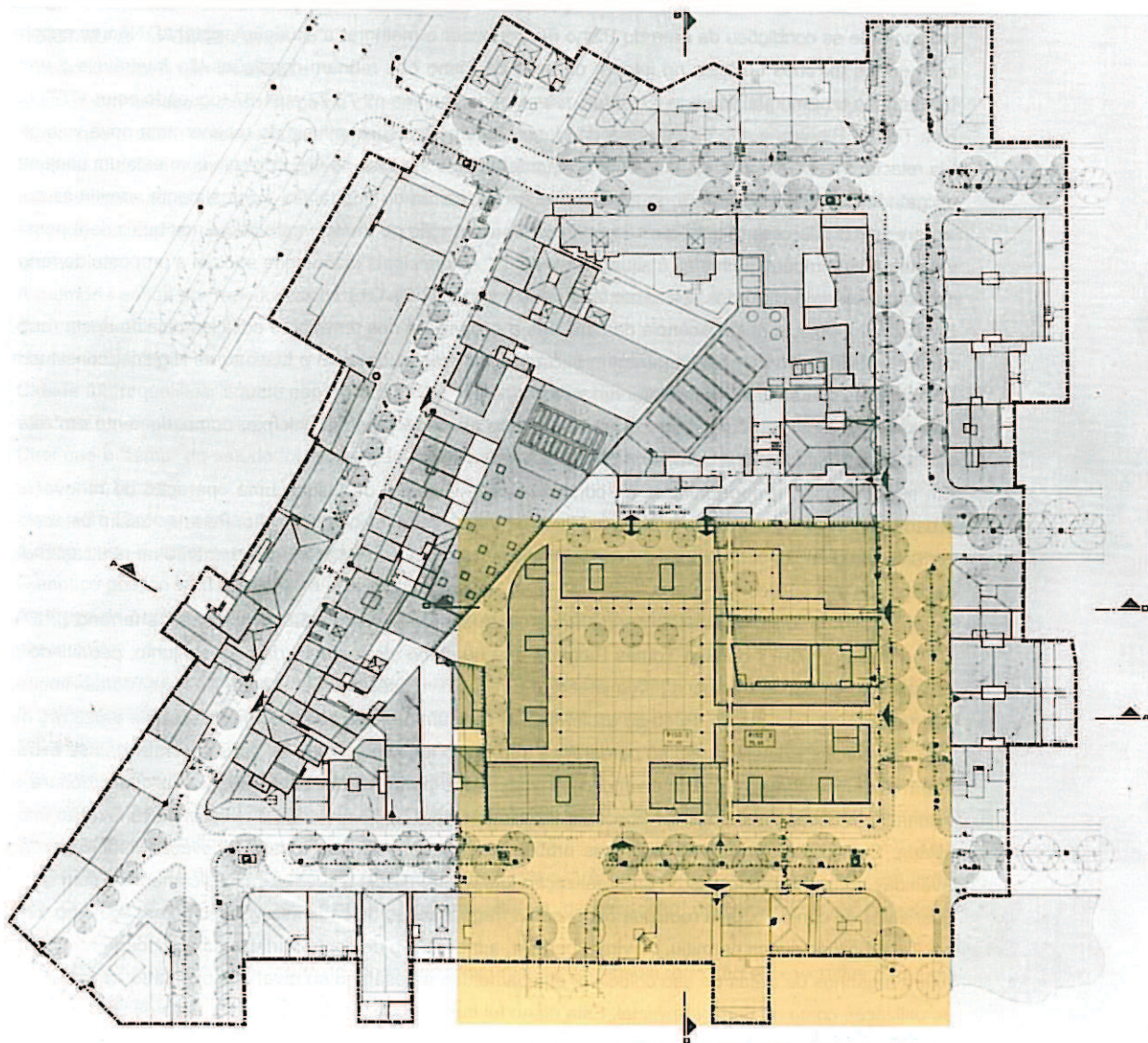
D - Desqualificação social

Consequência dos processos urbanístico e económico, a população que permanece no bairro tem envelhecido, acompanhando a degradação e envelhecimento da habitação. Não se tem registado a construção de novos alojamentos e não têm surgido camadas etárias mais novas na população da zona do Plano de Pormenor.

Proposta - Qualificação da área do plano

A qualificação desta área da cidade dependerá de um conjunto de intervenções em diversos níveis ou sectores das actividades e da actuação urbanística. Todavia, são todas interdependentes e nenhuma poderá por si só conduzir à qualificação da zona com a criação da "vida de bairro" que se deseja. Terão de ser acções concertadas que permitam a curto/médio prazo:

Plano de Pormenor - Proposta de tratamento do espaço público ao nível do solo



- a reabilitação e beneficiação do parque edificado e a melhoria qualitativa dos edifícios e alojamentos;
- o reequilíbrio funcional, com introdução de habitação de qualidade e comércio de apoio;
- a qualificação do espaço urbano, incluindo a sua pavimentação, arborização, mobiliário e iluminação nocturna e aumentando a área de solo disponível para o peão;
- a melhoria das condições de circulação, com descongestionamento das vias saturadas e sua libertação de estacionamento ilegal e incorrectamente situado;
- a criação de lugares de estacionamento que satisfaçam as diferentes procura em termos quantitativos e qualitativos, permitindo restituir aos peões parte do solo livre público (ruas e passeios) actualmente ocupado por estacionamento;
- a correcta infra-estruturação de toda a zona, incluindo as infra-estruturas de abastecimento (água, gás, electricidade, telecomunicações), de drenagem (esgotos pluviais e domésticos), a iluminação pública e todas as telecomunicações.

As oportunidades de intervenção

As oportunidades de intervenção para inverter o processo de desqualificação podem organizar-se em três níveis:

1 Investimento municipal e público

nos espaços públicos para a sua requalificação - infra-estruturas, iluminação, pavimentação, qualificação do solo, arborização e equipamento da rua e dos passeios, disciplina do trânsito e do estacionamento.

2 Controlo da degradação imobiliária

através de negociações com proprietários para obras de beneficiação e restauro dos edifícios ou para conseguir uma quota parte na resolução de problemas através de "pequena cirurgia" nos lotes já construídos (criação de lugares de estacionamento, aproveitamento de interior de quarteirões, selecção de funções, etc.).

3 Investimento privado

aproveitando o investimento privado que se venha a verificar em renovações imobiliárias para ganhar contrapartidas de interesse colectivo, melhorando a imagem da zona, ganhando espaços públicos, conseguindo, através destas operações, a introdução de melhorias e programas que reequilibrem as distorções da zona e interessem à cidade.

Neste conjunto de oportunidades de intervenção assume carácter particular e relevante a pretensão do IPE de proceder a uma renovação imobiliária nos terrenos de que é proprietário. É nesta área que se poderá intervir em profundidade por renovação urbana, aí criando um conjunto que venha a alterar significativamente as condições da área do Plano de Pormenor e melhorar a situação existente. Não se encontram outros terrenos ou lotes no interior da área do Plano que reúnam condições tão favoráveis a uma intervenção urbana qualificadora. Os lotes correspondentes aos nºs 73-77 e 81-87 (ocupado pelos CTT) da Rua Tomás Ribeiro, e que na proposta do plano são também susceptíveis de receber uma nova volumetria relacionada com o arranjo do interior do quarteirão dos terrenos do IPE, formam com este um conjunto de grandes dimensões, permitindo a reformulação do interior do quarteirão. Pontualmente admitiu-se que alguns outros lotes sejam também susceptíveis de renovação de modo controlado e nos quais será possível introduzir também melhorias à situação existente. As principais razões que apoiam a proposta de renovação conjunta dos terrenos actualmente pertença do IPE e dos CTT são:

Em primeiro lugar, a obsolescência das funções e ocupações dos terrenos e edifícios objecto desta renovação imobiliária. Nem a antiga garagem militar, hoje desactivada, nem o Instituto de Higiene, constituem hoje funções que se justifique manter na zona.

Em segundo lugar, os compromissos anteriormente assumidos pelo Município, nomeadamente em relação aos terrenos da antiga garagem militar ⁽¹⁾.

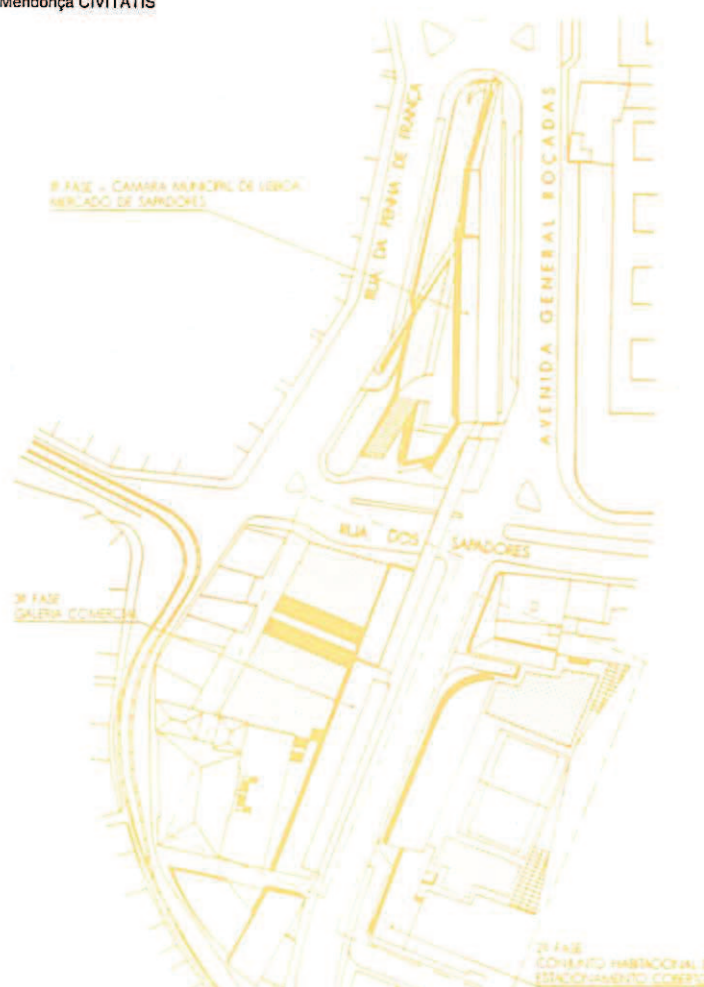
Em terceiro lugar, a oportunidade de conduzir nas "Avenidas" de Lisboa uma operação de renovação urbana, abrangendo um conjunto de 5 parcelas de terreno num único quarteirão. Pode-se assim estabelecer uma intervenção conjunta, com benefícios evidentes para a solução, nomeadamente na realização de espaços de uso público.

Nesta ordem de ideias a solução apresentada conta com a existência das 6 parcelas de terreno (IPE + CTT + o lote nº 73-77 da Rua Tomás Ribeiro), que no plano são organizadas em conjunto, permitindo a constituição do espaço de pátio/praca interior e o respectivo acesso, quer a partir da Rua Tomás Ribeiro, quer a partir da Rua Viriato. Pode-se assim intervir com um projecto conjunto numa área de 8.623 m², na qual os edifícios existentes não só perderam a sua razão funcional, como as suas implantações se estruturam desarticuladamente. A intervenção irá justamente permitir uma solução lógica e que ordenará a volumetria e ocupações, podendo constituir um modelo para as zonas onde é aceitável a renovação imobiliária. Com efeito, um dos mais graves problemas de que enferma toda a renovação imobiliária das Avenidas consiste justamente na sua realização lote a lote, prédio a prédio, casuisticamente e sem qualquer visão de conjunto, pela reduzida dimensão e fragmentação de cada intervenção no espaço e no tempo. Tal processo nunca permitiu, ou virá a permitir, a introdução de contrapartidas para a cidade no que se refere a ganhos de áreas de uso colectivo, equipamentos e desafogo ao nível do solo, tanto na superfície de utilização como no horizonte visual. Este plano foi também entendido como um ensaio de uma metodologia de actuação nas Avenidas e na cidade de Lisboa.

Qualificação do espaço urbano do Largo de Sapadores - 1ª fase

Alberto de Souza Oliveira

Colaboração João Paulo Ferreira Estabilidade Paulo Fernandes PEC-NON Paisagismo João Ferreira Nunes PROAP Electricidade ITEP, Lda. Águas e Esgotos ITEP, Lda. Infraestruturas Exteriores Rui Mendonça CIVITATIS



Retomar a "Cidade Amável"

Depoimento sobre um Projecto

Quando um espaço público surge na cidade, como agora, é natural a expectativa de uma população residente, que procura entender a sua configuração e adivinhar afinal a obra que vai aparecendo.

Explicar a ideia é o ensejo a escrever-se sobre como se projecta.

Como Arquitecto, penso que projectar é como escrever o argumento de um filme. O Arquitecto inventa o pretexto, estabelece um diálogo a partir da relação com o sítio e vai "fabricando" emoções com os espaços e a luz.

A memória antiga de Sapadores é a dos "quatro caminhos" que ali passam, e foi daí que nasceu a história deste projecto.

Havia ali um lugar degradado, e a incumbência formulada pela equipa de Planeamento Estratégico da Cidade foi "requalificar aquele espaço urbano", transformando-o num lugar com "nome". A cidade precisava ali de um espaço público nomeável, reconhecível, sem marca de abandono.

Direi que o "tema" do estudo foi a invenção de uma travessia na cidade, que vai proporcionando sítios de estar e um jardim.

O projecto abrange no seu conjunto dois quarteirões ligados por um percurso sobrelevado.

A descoberta qualificada deste projecto é o percurso que se propõe, o jardim e os espaços que proporciona.

O espaço público vem "modelar" a arquitectura.

Ao longo do percurso, localiza-se um pequeno Mercado, ao jeito de uma galeria comercial para a qual se abrem lojas.

Uma esplanada e um café completam o apetrechamento do espaço urbano.

A galeria coberta serve as lojas (o comércio relaciona-se com quem passa) e articula-se com o jardim sobrelevado, que lhe está adjacente.

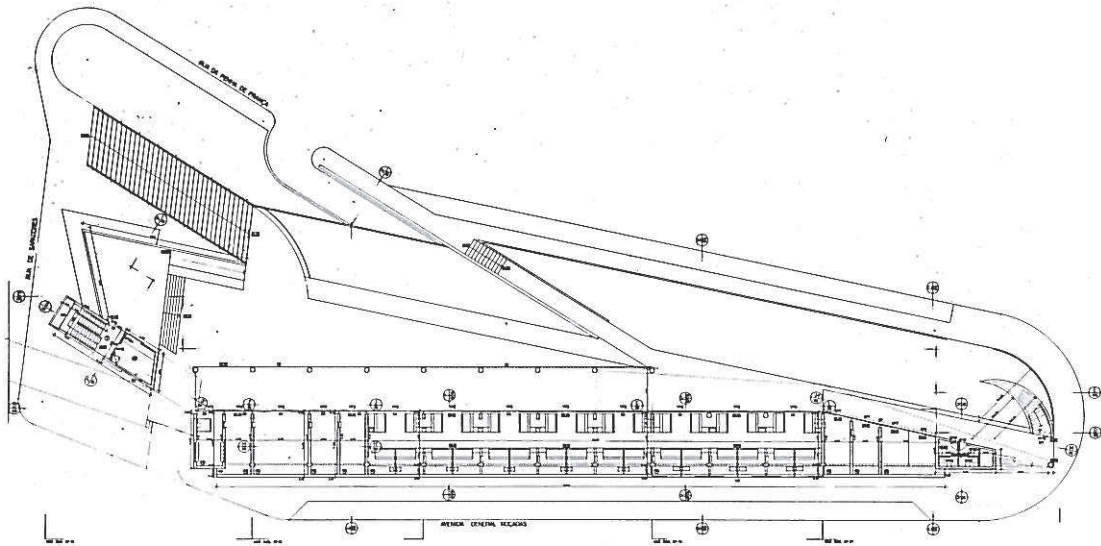
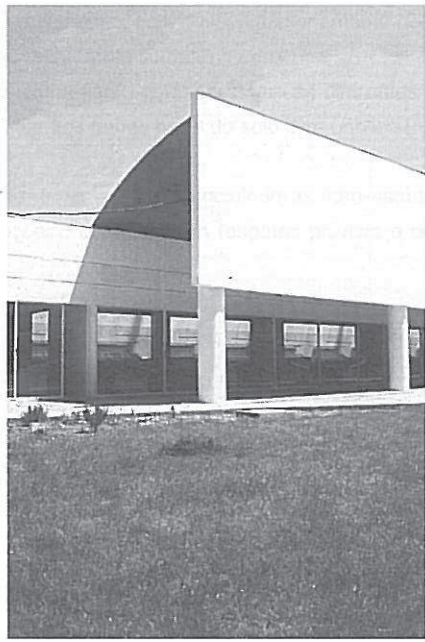
Um jardim protegido de um trânsito intenso envolvente.

O jardim, cruzado por um trajecto e ladeado por um pequeno Mercado, é assim, a leitura desta 1ª fase do projecto, em construção.

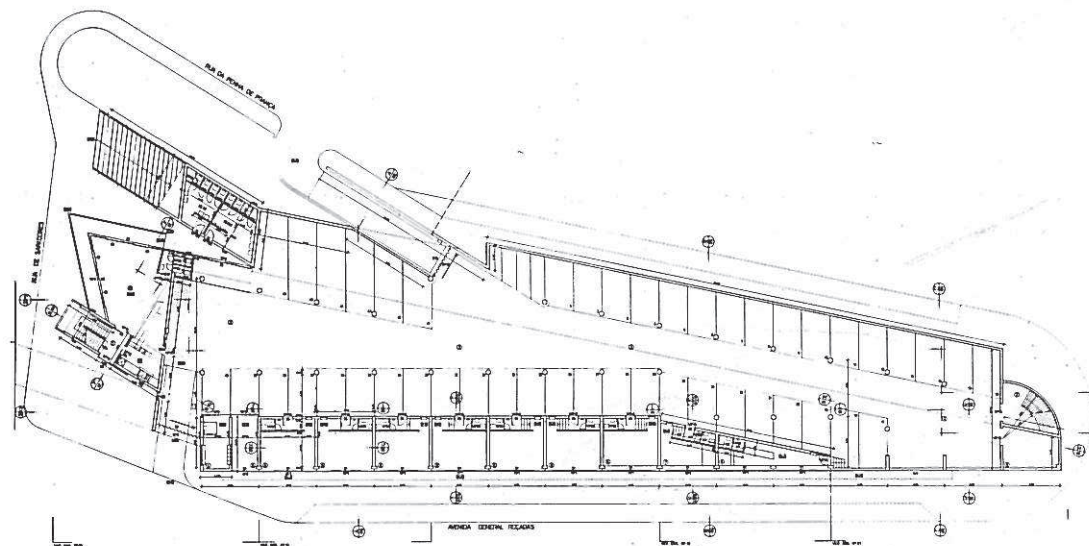
O desenvolvimento do estudo permite antever, numa 2ª fase, a continuidade da galeria coberta em direcção ao Largo da Graça, disponibilizando espaços culturais, de habitação, de comércio e um estacionamento coberto.

A travessia da cidade encontra deste modo espaços urbanos de estadia, que são a expectativa para uma "cidade amável", que se deseja.

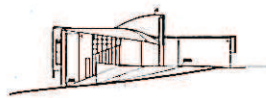
Uma cidade que é, afinal, a cliente do Arquitecto.



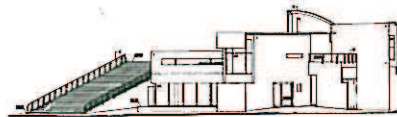
Planta Piso 0



Planta Piso 1



Alçado Norte



Alçado Sul



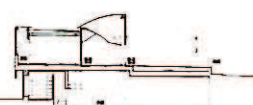
Corte-Alçado Poente



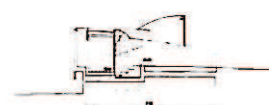
Alçado Nascente



Corte A A'



Corte B B'



Corte C C'



Corte D D'



Alçado Conjunto Poente



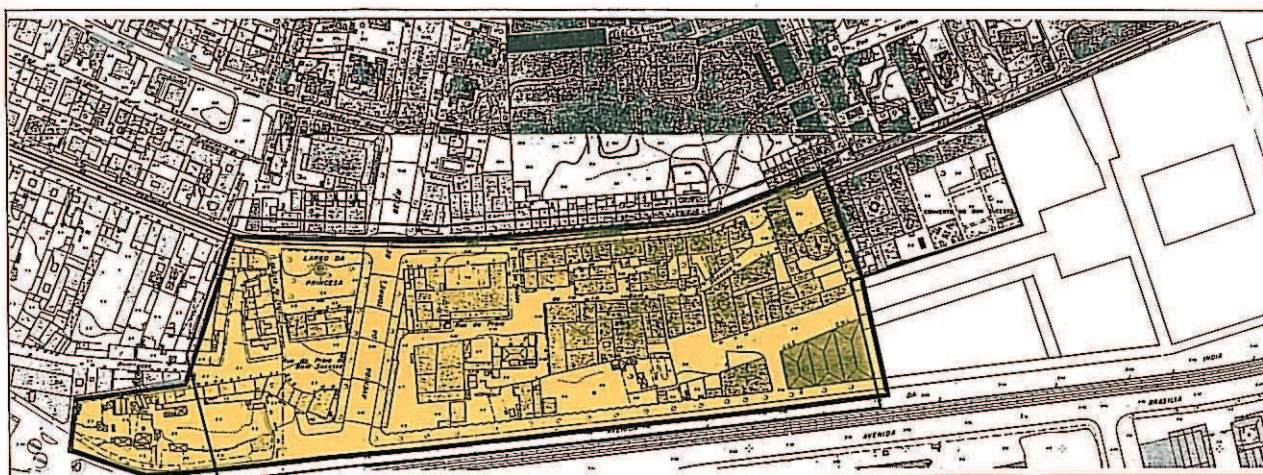
Mercado de Sapadores

Plano Pormenor Bom Sucesso

Manuel Taíinha

Colaboração Alexandre Marques Pereira, Levantamento e desenho César Marques, Infraestruturas ASEP e Alonso Pissarra, Viabilidade Técnico-Financeira Manuel

Veiga Alves



Planta do existente e Limite do Plano

— LIMITE DO ESTUDO PRÉVIO
— LIMITE DA PROPRIEDADE DO PLANO

- 1 O Plano na linha do Plano de Salvaguarda e Valorização de Ajuda-Belém elaborado pela equipa coordenada pelo Eng^o. Costa Lobo tem como objectivo a salvaguarda e valorização da área em análise, tanto em relação ao Património edificado existente, como ao a edificar; definindo quais os edifícios ou conjunto de edifícios, que estarão sujeitos a operações de conservação, de reabilitação ou de renovação, e eventuais demolições, bem assim como os respectivos usos, cêrceas e volumetrias.

Outro objectivo prioritário do Plano, será a melhoria das condições de vida urbana dos residentes e utentes do Bom Sucesso. Nesta perspectiva, insere-se a requalificação dos espaços exteriores, o realojamento dentro da Área-Plano, consequência de eventuais mudanças de uso dos imóveis, ou demolições. E também a resolução dentro da área-plano do desalojamento do Posto de Limpeza de Pedrouços/Centro de Recolha de papel usado.

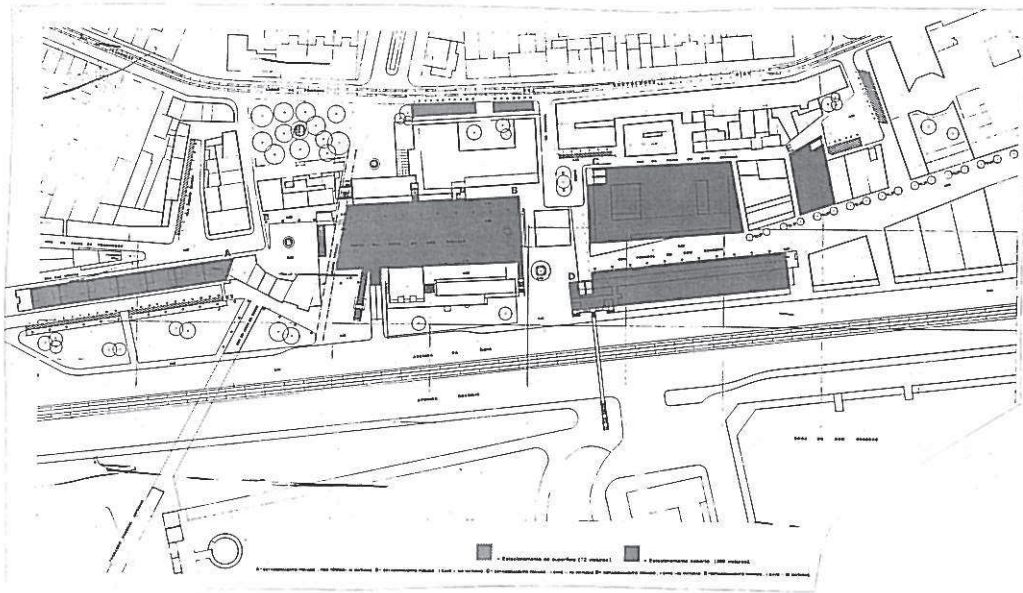
- 2 A área em estudo insere-se na chamada Zona Ribeirinha de Lisboa próxima do limite ocidental da Cidade (Rotunda de Algés). Este espaço-plano é limitado, a Norte pela Rua Bartolomeu Dias, a Sul pela Avenida da Índia, a Nascente pela área de intervenção do Centro Cultural de Belém, e a Poente pelo Largo da Princesa, Rua da Praia do Bom Sucesso a Poente da Avenida da Torre e pela Rua do Arco da Torre, ficando estes três elementos incluídos.

Da sua localização ressalta em primeira mão, uma forte relação no tempo e no espaço, com o Rio Tejo. Relação essa que se sente de várias formas, desde a toponímia existente, (Rua da Praia do Bom Sucesso, etc.), que denuncia um tempo em que essa relação era mais forte e directa, até à luminosidade e fruição desta zona privilegiada da Cidade; e aos valores simbólicos ligados à História do País.

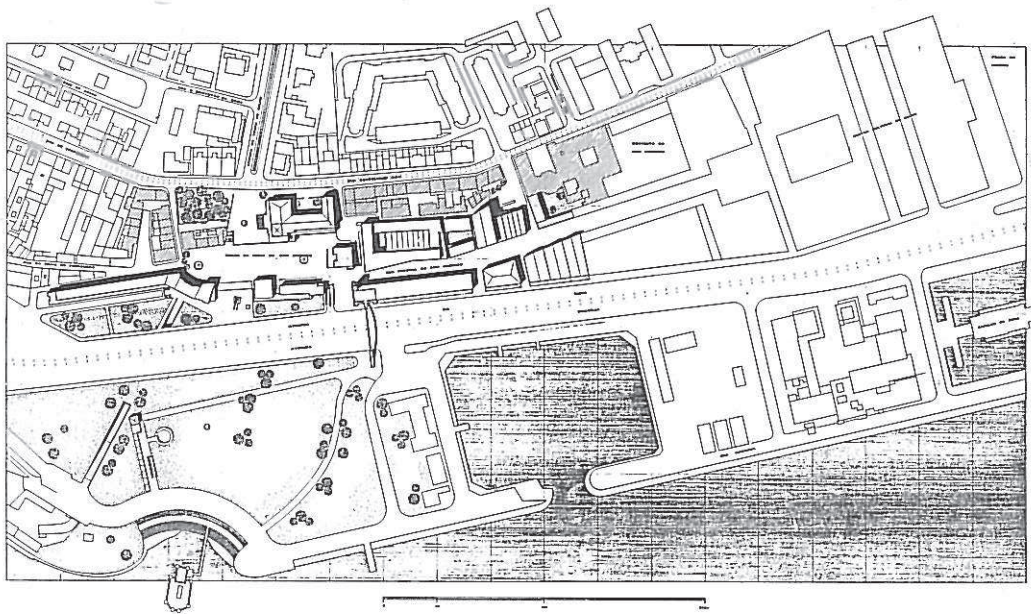
A zona do Bom Sucesso, das tensões, continuidades e descontinuidades, mais ou menos violentas fruto do fazer cidade ao longo do tempo, é também e acima de tudo uma zona de transição de escalas e ambientes diferentes, ou seja a escala mais monumental e simbólica, a Nascente e a Sul, (Jerónimos, Praça do Império, Centro Cultural, Zona da Torre de Belém), e a escala mais miúda de Pedrouços; entrando também nesse confronto de escalas o Bairro do Restelo aonde o habitar foi de certa maneira contaminado pelo monumental da zona Histórica (Av. da Torre).

É pois nesta sadia e salutar mistura que o Bom Sucesso encontra o seu carácter e áurea própria.

Daqui concluímos que o Bom Sucesso se nos apresenta hoje como uma pequena estrutura urbana, que conserva grande parte do seu carácter e unidade fruto de uma maneira de fazer cidade apoiada na continuidade e não na ruptura. A única grande ruptura no tecido urbano, foi a abertura da Avenida da Torre, nos anos 50. No nosso entender esse gesto quebrou violentamente um percurso físico e visual, sem trazer mais valias de vulto. Outro ponto, dissonante que salta à vista, é uma certa ocupação caótica e descaracterizada ocorrida nos últimos 20 ou 30 anos, no miolo dos quateirões. Estes dois pontos atrás referidos

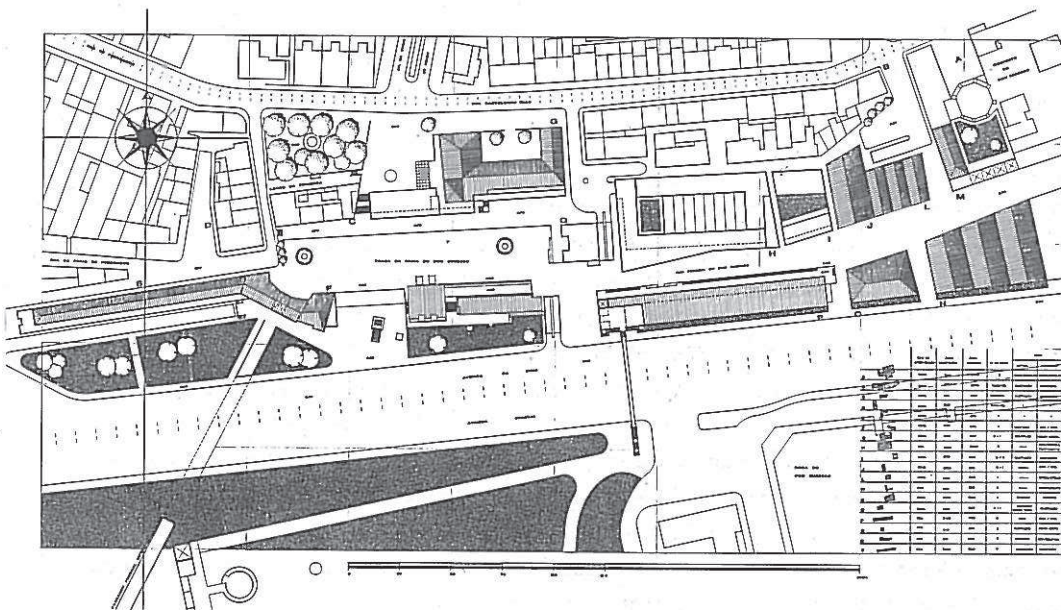


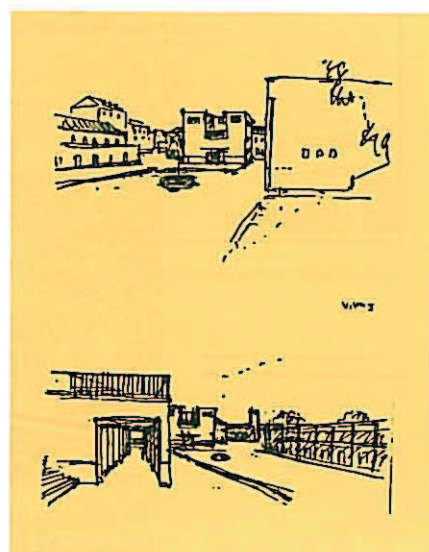
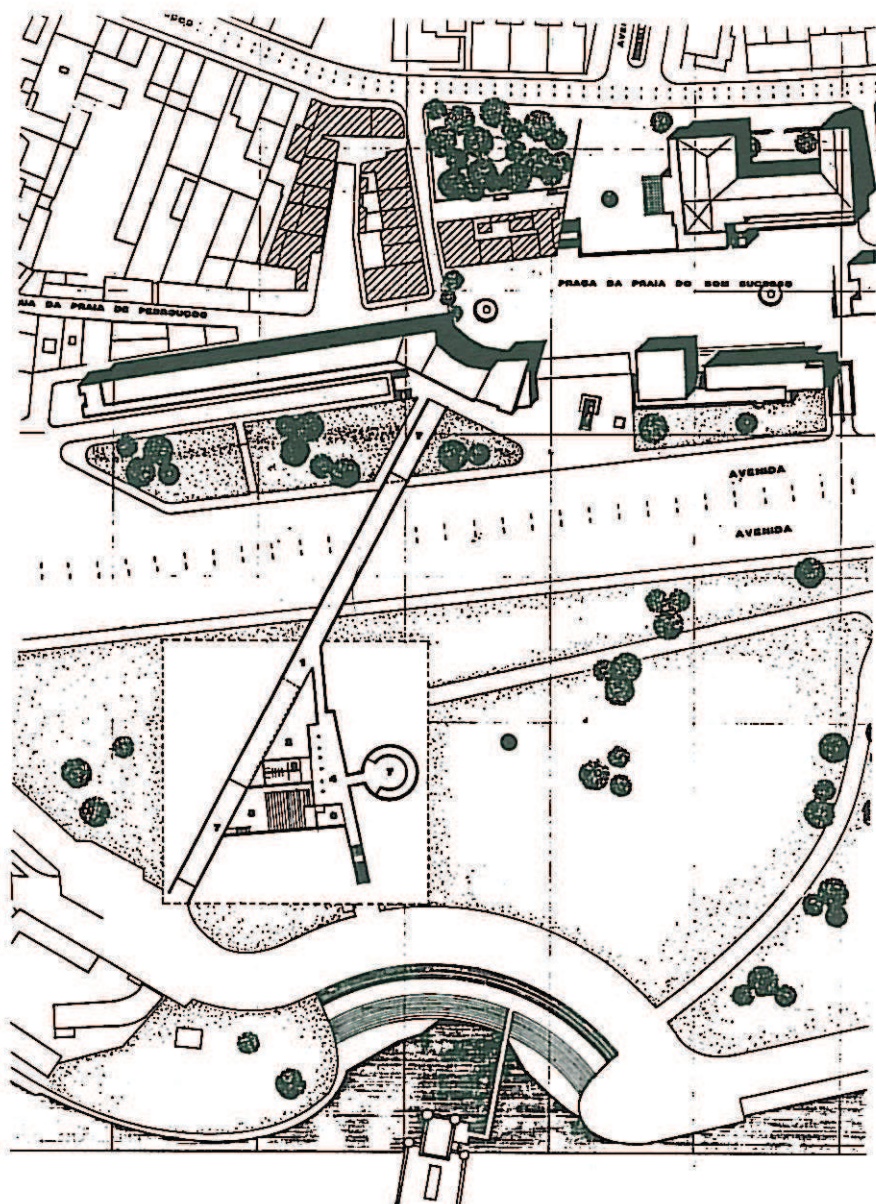
Estudo Prévio - Planta de Trabalho



Planta de Apresentação

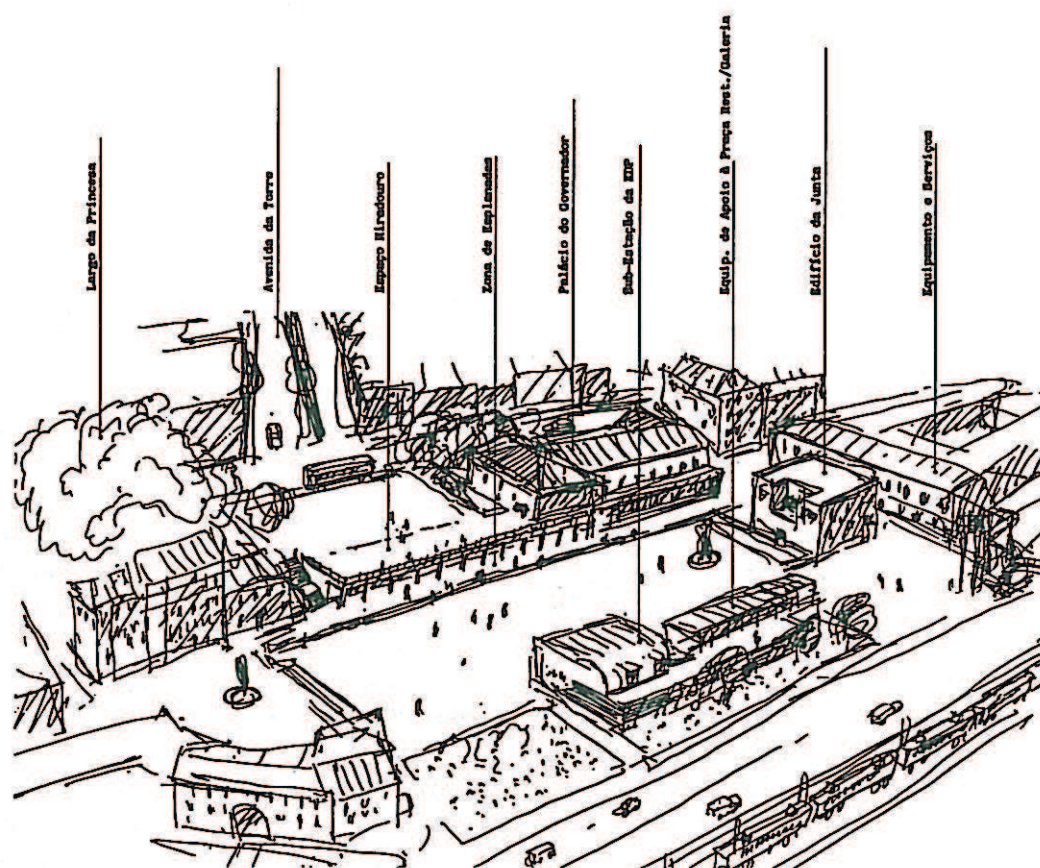
Planta de Estacionamento





PLANO DE FORTIFICAR BON SUCESSO
PERSPECTIVA VOO DE PASSARO
PRAÇA DA PRAIA DO BON SUCESSO

MMT 2014



aliados a uma certa degradação física, tanto dos edifícios, como dos espaços urbanos, formam o núcleo gerador das estratégias e tipos de intervenção propostos no Plano que são três: CONSERVAÇÃO, REABILITAÇÃO, RENOVAÇÃO.

- 3 A ideia estruturante de todo o espaço-plano é o percurso pedonal, que virá da Cordoaria e remata na Torre de Belém, é ao longo deste percurso que fora e dentro do espaço-plano, se vão sucedendo acontecimentos urbanos, que vão enriquecendo e dando vida a esse mesmo percurso.

- 3.1 É nesta lógica e indo directamente ao ponto forte do Plano, que nos pareceu que esse dito percurso, só faria sentido se restituíssemos a continuidade do tecido urbano, que existia anteriormente à abertura da avenida da Torre, e aí será o sítio privilegiado para se criar uma nova praça alongada (35x120m) no sentido do dito percurso mantendo contudo o eixo visual existente entre a Torre de Belém e a Capelinha S. Jerónimo.

Este espaço de desafogo, será rodeado de edifícios e equipamentos adequados nos usos e dignidade, para ocuparem este mini-forum local.

Descrevendo um pouco mais a Praça diríamos, que ela se desenvolve em dois níveis no sentido Norte Sul, com uma diferença entre eles de 30 cm. No sentido Nascente Poente, o pavimento afeiçoa-se à morfologia existente indo pois da cota 4,20 para a cota 3,00. O lado Sul não será por sua vez completamente fechado, aí duas grandes aberturas deixarão o Rio influenciar a ambiência da Praça. Também como referência indirecta ao Tejo, a Praça será pontuada por dois elementos de água, duas fontes, trazendo consigo todas as vantagens práticas e poéticas da presença da água.

Será importante realçar que na ponderação da abertura da Praça, e correspondente desaparecimento do troço da Avenida da Torre de Belém se observou logo à partida, que o dito troço tem no presente pouco movimento de tráfego, devido à recente eliminação da passagem de nível para a Av. de Brasília. Esta mesma impressão foi confirmada na prática, ao fazermos uma contagem de tráfego às horas de ponta. (ver quadro)

Por outro lado, parece-nos consensual, que mesmo para o baixo movimento observado, existem percursos alternativos, relativamente próximos e simples.

Ainda em relação às eventuais dificuldades a nível estrutural da operação pretendida com a praça, punha-se à partida o problema das infra-estruturas que correm no actual sub-solo da Avenida da Torre. Depois de consultar os vários "departamentos", interessados na operação, chegou-se à conclusão, que a sua alteração não seria problema de maior, e nesse sentido propomos a criação de uma galeria técnica no topo do parque de estacionamento subterrâneo da Praça, galeria essa que acolheria todas as ditas infra-estruturas.

- 3.2 Saindo da Praça e caminhando para Nascente, encontramos na Rua pedonal que liga a Praça com o Centro Cultural de Belém. Esta Rua de largura variável, adaptando-se à morfologia urbana existente é ladeado por edifícios de usos múltiplos: é a imagem do conceito de miscigenação que nos parece ser o mais adequado à vivência plena de qualquer pedaço de cidade.

De salientar que é uma intenção forte, para todo o espaço-plano, e em particular para a dita Rua pedonal, que os baixos de parte dos edifícios, sejam ocupados por usos adequados ao contacto e fruição do passeante e utente, usos esses do tipo comércio, bares, cafés, equipamentos públicos etc., e tanto quanto possível protegidos por porticados.

No topo Nascente da Rua pedonal, e mais uma vez seguindo as directrizes do Plano de Salvaguarda e Valorização de Ajuda-Belém, é intenção do Plano refazer a envolvente e enquadramento do Convento do Bom Sucesso, no seu lado Sul, e sua relação com o percurso pedonal, no sentido de valorizar a sua imagem.

- 3.3 Ainda no que se relaciona com a nova qualificação dos espaços exteriores, conviria realçar a intenção desta equipa, que haja uma prioridade para o peão; logo, para a melhoria da qualidade ambiental, neste espaço-plano. Assim no que respeita à Rua pedonal e à Praça, haverá nestes dois espaços uma forte restrição ao tráfego automóvel, só sendo permitido o trânsito de emergência, segurança e eventuais cargas e descargas.

- 4 Um dos vectores centrais de toda esta operação, e como aliás já atrás se referiu, será a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e dos residentes do Bom Sucesso em particular. Neste sentido, é intenção do Plano, fazer com que a habitação seja uma permanência, requalificada tanto para os já residentes, como para os eventuais novos residentes.

Daqui ser a primeira prioridade realojar os residentes que sejam atingidos pela nova morfologia urbana imposta, e é nossa ideia que estes realojamentos se efectuem dentro da zona-plano; para isso serão afectados dois edifícios reabilitados para o efeito.

- 5 Para rematar convenientemente toda a operação, Plano de Pormenor do Bom Sucesso, impor-se-á um "final feliz", no que diz respeito ao percurso pedonal, que se aponta desde a Cordoaria até à Torre de Belém. Embora saindo da zona-plano em questão, propõe-se uma passagem subterrânea, desde a Rua do Arco da Torre, até ao Jardim da Torre de Belém, passagem essa direccionada ao Forte segundo um antigo eixo que liga o dito Arco com o Forte. Essa passagem terá às tantas uma inflexão, em direcção à Torre.

No sentido de tornar vivida e segura essa passagem, sugere-se a criação de pequenos equipamentos de apoio e enredos arquitectónicos, que tornem aliciente ao comum cidadão, fazer uso da mesma.

Plano de Pormenor de Pedrouços

Vasco Massapina

Entidade Contratada Atelier Cidade Aberta, Arquitectura, Planeamento e Artes Plásticas, Lda. Desenho Urbano Vasco Massapina, António Lobato Santos, Pedro Serra Vaz, Graciela Pacheco Infraestruturas Projecta, Lda Economia Ferraz de Andrade Equipamentos Alexandra Almeida Desenho Luís Filipe Carmo Maquete Rui Duarte Martins.

"As cidades fazem-se com decisões positivamente comprometidas" - Oriel Bolfigas

"O Plano de Pormenor de Pedrouços é um plano urbanístico compatibilizador e de compromisso, de acordo com o princípio de reutilização da cidade existente" - do texto do Plano.

Área do Espaço Plano

Pedrouços, foi a primeira praia de banhos de Lisboa...

A área em estudo corresponde à ocupação urbana da extrema ocidental de uma área muito mais vasta denominada Pedrouços, que ia até ao Convento dos Jerónimos. (...)

A área do espaço-plano caracteriza-se pela existência de dois tecidos urbanos diferentes:

- O tecido de malha "tradicional", dentro dos limites definidos pela Rua de Pedrouços (em toda a sua extensão), Travessa das Piteiras, Travessa do Forte da Areia, Rua Fernão Mendes Pinto, Rua da Praia de Pedrouços e Largo da Princesa.

Tenhamos presente que esta malha se ligava com o Bom Sucesso, antes do corte da Avenida da Torre.

- O tecido mais "diluído", da Rua Fernão Mendes Pinto, Largo Luís Alves Miguel, Rua dos Cordoeiros a Pedrouços e Avenida da Índia. Esta área, ainda muito recentemente (há cem anos...) era banhada pelo rio e "estava na praia". A toponímia dá-lo claramente: Travessa da Torrinha, Travessa do Forte da Areia, Travessa do Arco da Torre, ligadas estas duas últimas pela Travessa das Piteiras com prolongamento actual na Rua da Praia de Pedrouços. Não esqueçamos o característico nome da Rua das Hortas, e a Rua da Praia do Bom Sucesso.

A localização na Rua dos Cordoeiros do edifício com os nºs 61 a 71 que foi antigo hotel da praia, e a antiga estação, são outros indicadores que fundamentam a ideia de esta ter sido uma área "banhada" pelo rio, como o demonstram também os vários elementos fotográficos e postais antigos.

Síntese de Apresentação

A Câmara Municipal de Lisboa, através da Direcção de Projecto e Planeamento Estratégico definiu a área de espaço-plano de Pedrouços, como "Área Estratégica de Intervenção Urbanística".

Estando-se em presença "de um tecido urbano sem unidade", a necessitar requalificação urgente, propõe-se: primeiro, o redesenho das unidades morfológicas "quarteirão", segundo o estudo de viabilização financeira e económica do plano, desenvolvido com a Proposta do Plano.

O grande objectivo estratégico será assim o da "reabilitação e requalificação do espaço urbano, através do equilíbrio entre as operações de recuperação e renovação urbanas", segundo os seguintes objectivos:

- Completar as unidades de edificado que promovam a requalificação do sítio, fazendo neste a inter-relação dos polos Praça D. Manuel I/Área Comercial de Alges e Área Cultural dos Jerónimos.
- Salvar e criar exemplos arquitectónicos significativos e criar outros.
- Considerar a implantação das "Novas Portas de Alges".
- Promover a rentabilização dos terrenos municipais.
- Considerar a possibilidade de grandes intervenções de carácter privado que não colidam com a estratégia para o sítio.
- Compatibilizar "dentro" do Plano, todas as intenções e programas dos departamentos municipais.

O Plano de Pormenor de Pedrouços pretende ser um "programa de desenvolvimento", integrado numa área ribeirinha da cidade de Lisboa, "cauda" da área monumental de Belém.

O plano de Pormenor de Pedrouços, é entendido por nós, mais como um plano que procura "cerzir" os acontecimentos urbanos, do que um plano pretensamente inovador mas desligado da realidade. É assim o "depósito" de uma série de compromissos que foram reavaliados e agora assumidos a partir de critérios urbanísticos coerentes.

Persegue o princípio de "reutilização da cidade existente" e entendendo que o Urbanismo e a Arquitectura são expressões culturais de interesses económicos, quer ser um espaço de diálogo e concertação.

Descrição da 1ª Fase - Programa Base

O Programa Base considerou as "Linhas programáticas" expressas no Programa de Concurso, tendo-se elaborado uma primeira síntese da intervenção, baseada fundamentalmente na caracterização física, e no inquérito ao edificado que se promoveu.

- Definiram-se as características gerais da intervenção, considerando os aspectos históricos, geográficos,

sociais e económicos, bem como a sua relação com a envolvente.

- Definiram-se os objectivos da política municipal, constantemente transmitidos pelo acompanhamento técnico do trabalho.
- Identificou-se a informação de base, disponível.
- Considerou-se a necessidade de estabelecer Normas Provisórias, na fase do Antepiano.
- Promoveu-se a articulação com os planos a montante e os planos de pormenor ou estudos sectoriais das zonas envolventes.
- Reavaliou-se o regulamento do Plano de Salvaguarda e Valorização da Ajuda-Belém, e outros compromissos existentes, designadamente:
 - Localização do Centro de Artes Plásticas.
 - Localização da Escola Bola de Neve.
 - Edifício da "Construtora Moderna" propriedade do Banco Fonecas & Burnay.
 - Novas Portas de Algés.
 - Intensões para a Praça D. Manuel, e do projecto "VALIS" para as Portas da Cidade - Novas Portas de Algés.
- Primeira avaliação das redes de infraestruturas sobressaindo a localização da Sub-Estação de Tracção da Carris.
- Consideração das propostas do Departamento de Tráfego da Câmara Municipal e compatibilização da solução urbanística com os viadutos sobre a Avenida da Índia entretanto construídos.
- Analizaram-se e emitiram-se pareceres sobre intenções particulares de construção.
- Identificaram-se operações de renovação, reabilitação e de requalificação funcional.

Descrição da 2ª Fase - Antepiano

O Antepiano constituiu a base fundamental que permitiu apresentar em sessão da Câmara as Normas Provisórias, apresentando uma segunda síntese desenhada, após a avaliação e debate dos resultados alcançados com o Programa Base.

Não foi possível identificar quais os recursos financeiros possíveis e disponíveis, mas definiram-se quais os possíveis agentes públicos e privados relacionados com a intervenção.

Constatou-se da existência de significativa área de terreno de propriedade municipal.

Definiu-se a metodologia da intervenção, que em síntese se caracteriza pela definição das Unidades Projecto, de Promoção Municipal ou de Promoção Conjunta, conforme incidam em terrenos municipais, ou em terrenos municipais e privados. Estas Unidades de Projecto, têm uma definição e limites coerentes, tendo em vista o estabelecimento do Programa de Execução. O que se pretende afinal, é conseguir um Plano que faça a transposição para os Programas de Actividades do município, compatibilizando todas as intenções dos Departamentos Municipais.

O Antepiano definiu assim, os seguintes objectivos:

- Completar as unidades de edificado que promovam a requalificação do sítio, fazendo neste a inter-relação dos polos - Praça D. Manuel I/Área Comercial de Algés e Área Cultural dos Jerónimos.
- Salvaguarda do edificado existente pelo seu valor arquitectónico.
- Implantação das "Novas Portas de Algés".
- Rentabilização dos terrenos municipais.
- Intervenções de carácter privado que não colidam com a estratégia para o sítio.
- Considerar a promoção e construção de áreas de estacionamento, integrados no Programa do Departamento de Tráfego, para a Praça D. Manuel I.

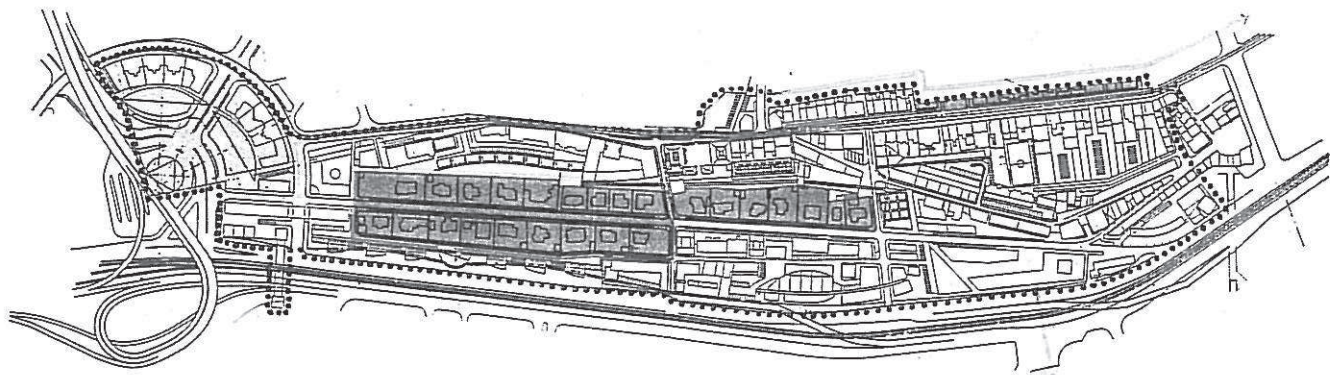
Foi no decurso da fase de Antepiano que se realizaram os trabalhos necessários à elaboração dos "Estudos de Caracterização", que se apresentaram no culminar da fase de Proposta de Plano.

Descrição da 3ª Fase - Proposta de Plano

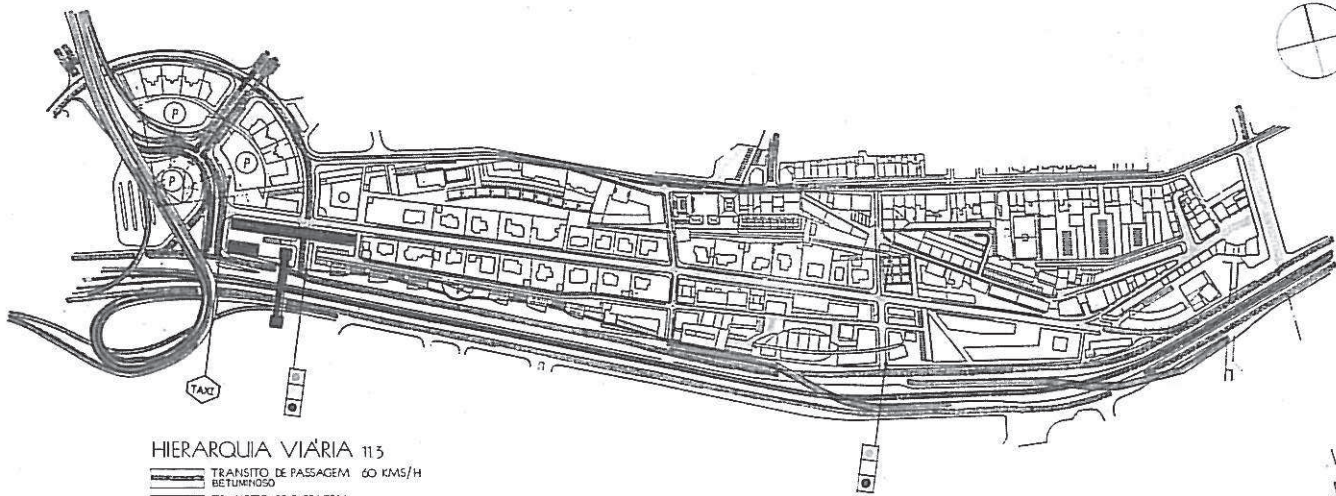
Introdução

A Proposta de Plano foi desenvolvida com base na síntese desenhada apresentada com o Antepiano, propondo uma intervenção clara, não só dentro da área de Plano de Pormenor, mas considerando a estratégia em relação à envolvente, na compatibilização com a zona do Espaço-Plano do Bom Sucesso, com uma das propostas do Nó da C.R.I.L. (Circular Regional Interna de Lisboa) para a Praça D. Manuel I, fazendo a "ponte" para a área tutelada pela A.P.L. (Administração do Porto de Lisboa) através das "Novas Portas de Algés", assumindo a existência - mesmo que provisória - dos viadutos construídos no decurso da elaboração do Plano de Pormenor, sobre as Avenidas da Índia e de Brasília.

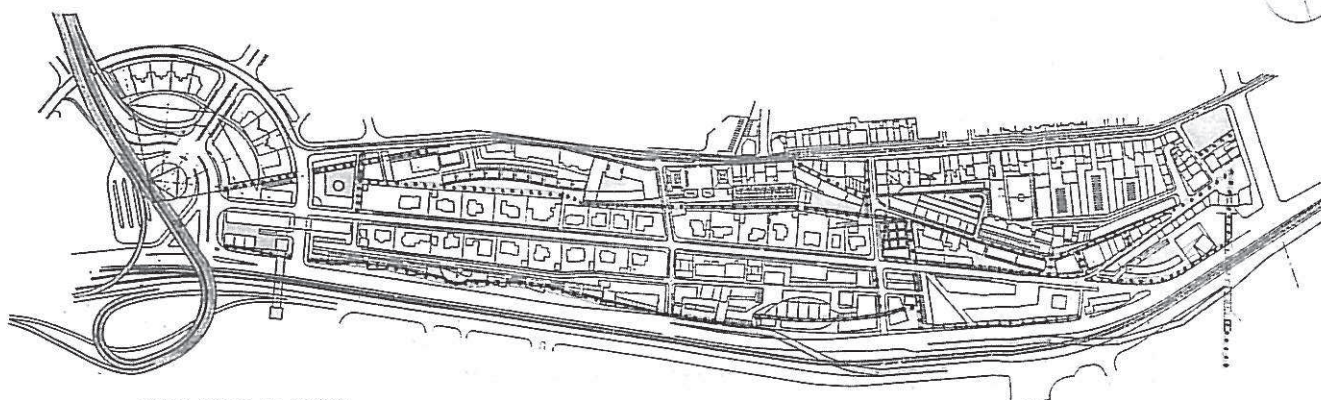
- Apresenta medidas quanto às condições e regras de intervenção, considerando a viabilidade económica e financeira, e regras específicas em relação à conservação, desenho e redesenho de elementos estruturantes. Assim definem-se, através da constituição das Unidades de Projecto de Promoção Municipal, ou de Promoção Conjunta (Municipal e Privada), as seguintes propostas:
 - Quanto à requalificação e valorização do Espaço Público e do Edificado:
 - Indicação das novas edificações e construir por forma a ligar as malhas e a colmatar situações de ruptura e dissonância no tecido urbano, com marcação de alinhamentos, volumetrias e utilizações.
 - Indicação dos espaços a ordenar, considerando os espaços públicos, áreas verdes, locais de estadia e percursos de peão.
 - Indicação de correcções no sistema viário, reapreciado no contexto do sítio e da área do Plano.
 - Indicação de situações de dissonância e adulteração arquitectónica existentes.
 - Indicação de utilizações inadequadas ou perigosas.
 - Indicação sobre a criação de equipamentos e serviços, tendo em atenção as características socio-demográficas dos residentes.
 - Quanto ao controlo e gestão do Espaço Urbano:
 - Indicadores necessários para o conhecimento da envolvente construída do espaço público existente, tais



- ***** LIMITES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
- CATEGORIAS DE ESPAÇO:
- ÁREA CONSOLIDADA DE MORADIAS
 - ÁREA CONSOLIDADA DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA HABITACIONAL
 - ÁREA AFECTA AO INTERFACE DE PASSAGEIROS - NÍVEL 2
 - LIMITES DA ÁREA DE POTENCIAL VALOR ARQUEOLÓGICO



- HIERARQUIA VIÁRIA 113
- TRANSMITO DE PASSAGEM 60 KMS/H
 - TRANSMITO DE PASSAGEM
 - CUBOS DE GRANITO REDUTORES DA VELOCIDADE
 - TRANSMITO LOCAL
 - CUBOS DE GRANITO PASSAGENS INTEGRADAS
 - NÓ DA CRIL EM ALGÉS E VIADUTOS
 - LINHA FERROVIÁRIA
 - LINHA DE ELECTRICOS
 - NOVAS PORTAS DE ALGÉS
 - SEMAFOROS
 - PRACA DE TAXIS
 - SILOS AUTOMOVES



- PERCURSOS DE PEÕES 113
- PERCURSOS PRINCIPAIS DE PEÕES
 - FRUICÃO DE AR LIVRE
 - FRUICÃO COMERCIAL
 - ESTADIA
 - NÓ DA CRIL EM ALGÉS E VIADUTOS

como, alinhamentos, volumetrias, vocabulário arquitectónico.

- Importância dos edifícios existentes e as necessidades ou conveniência da sua manutenção, recuperação ou substituição.
- Identificação de situações em que sejam necessários e convenientes, reparcelamentos e desocupações.
- Regulamento do Plano.
- Programa de Execução, identificando-se as acções a desenvolver pelo município e por outras entidades, com definição das intervenções prioritárias, a calendarização das acções e a identificação de eventuais conflitos nas respectivas realizações.
- Plano de Financiamento, que indica a estimativa de custos das realizações municipais previstas, identificando-se possíveis fontes de financiamento e fases de execução.

A área do plano é contida por presenças determinantes e conflituosas, em termos de tutelas do território. Considerando esta situação, melhor percebermos que para além do desenho da forma urbana, estão outros problemas urbanísticos, que o plano de pormenor tem que ajudar a resolver. Assim, temos a Norte, o território do Instituto de Altos Estudos Militares, a frente correspondente da Rua de Pedrouços e a linha de eléctricos da Carris: a Nascente, a Avenida da Torre e o Largo da Princesa, territórios na área do Plano de Pormenor (ou de salvaguarda) do Bom Sucesso, implementado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, área abrangida completamente pela zona de protecção especial da Torre de Belém; a Sul a Avenida da Índia, os viadutos "provisórios", a linha de caminho de ferro e a área de tutela da Administração do Porto de Lisboa; finalmente a Poente, o limite do Concelho de Lisboa que passa pelo diâmetro aproximado da Praça D. Manuel I, com todos os problemas inerentes à necessidade de compatibilização da solução com o Concelho de Oeiras e com solução do nó da Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL).

Potencialidades da Área

- Terrenos de propriedade municipal disponíveis para construção.
- Áreas disponíveis para criação de "interface" de transportes, conjugando os modos rodoviário, ferroviário e eléctrico.
- Proximidade da área cultural dos Jerónimos e da área recreativa da Torre de Belém.
- Baixa densidade de ocupação do solo.
- Boa exposição solar, terreno plano e protegido.
- Proximidade do rio - zona ribeirinha.
- Boa acessibilidade.
- Existência de três polos com grande actividade, mas com características diferentes: Praça D. Manuel incluindo a área comercial de Algés, a área cultural dos Jerónimos e a área recreativa da marginal.
- Condições de versatilidade ao nível dos usos.
- O carácter de estrutura espacial de estabelecimento mais remoto, em torno do eixo de desenvolvimento que foi outrora a Rua da Praia de Pedrouços.

Reequacionamento dos Problemas

- Degradação da construção e habitacional.
- Tráfego e estacionamento; os eixos maiores que garantem a boa acessibilidade são simultaneamente segregadores do "lugar".
- Tutelas várias no local e na envolvente: Câmara Municipal de Oeiras, Administração do Porto de Lisboa, Carris, Electricidade de Portugal, Junta Autónoma das Estradas, Caminhos de Ferro Portugueses, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Defesa.
- Localização de pequenas indústrias inconvenientes.
- Oficinas de reparação naval desorganizadas.
- Terrenos expectantes.
- Estruturação urbana incompleta.
- Carência de equipamentos.

Objectivos

- Criar e consolidar unidades de edificado, procurando dar resposta aos problemas de estruturação urbana incompleta.
- Fazer na área do plano a inter-relação do polo "comutador" Praça D. Manuel I/Área Comercial de Algés, e do polo Área Cultural dos Jerónimos: estabelecer ainda o relacionamento com o polo Área Recreativa da Torre de Belém. Tal dará resposta ao problema dos eixos maiores que garantem a boa acessibilidade, serem simultaneamente segregadores do "lugar" e à falta de inter-relações entre polos da envolvente.
- Oferta de lotes para construção, rentabilizando os terrenos municipais, dando resposta ao problema de falta de qualidade do edificado, de estrutura urbana incompleta e da falta de consistência urbana.
- Desenvolvimento de autoridades comerciais, através de criação de edifícios "âncora" que promovam a requalificação da área de plano.
- Reabilitação de edifícios de valor arquitectónico.
- Criação de áreas de equipamento para supressão das carências existentes, tendo em conta as características demográficas.
- Compatibilização com os programas do Departamento de Tráfego.
- Concertação de compromissos anteriores.
- Enquadramento no plano do programa VALIS, "Novas Portas de Algés".
- Desenvolvimento de programas habitacionais diferenciados, envolvendo operações de realojamento.
- Criação de uma estrutura verde minimamente coerente, designadamente na frente da Avenida da Índia.
- Saneamento de logradouros.

- Reforço de infraestruturas.

Descrição da Proposta de Plano

A síntese da Proposta de Plano, é representada fundamentalmente nos desenhos designados por "Planta de Implantação", incluindo os complementares, a qual reflecte bem o que se disse no ponto 1, ao definir-se o Plano de Pormenor como "um plano que procura cerzir os acontecimentos urbanos", sendo por isso "compatibilizador" e de "compromisso". A proposta de Plano e a evolução óbvia da síntese que foi apresentada com o Antepiano, reflectindo os condicionantes estabelecidos pelo acompanhamento técnico, e incluindo a área do Largo D. Manuel I, por proposta que foi aprovada em sessão de câmara em conjunto com a aprovação das Normas Provisórias.

Na compatibilização com o Plano de Pormenor do Bom Sucesso, entendeu-se incluir na área do plano a ponta final da frente de construção da Rua de Pedrouços, junto ao Largo da Princesa.

Os Estudos de Caracterização, são o suporte fundamental da proposta, a qual passamos a descrever seguindo a metodologia adoptada por aqueles estudos. Assim, a área do Plano para efeitos operacionais, foi "dividida" em "quarteirões", definidas pelos arruamentos, mas os quais não representam, nem podiam representar, áreas urbanas homogéneas.

A proposta recebeu as seguintes influências significantes:

- Nô de CRIL e programa do Departamento de Tráfego, na Praça D. Manuel I.
- Criação das "Novas Portas de Algés".
- Construção dos viadutos sobre as Avenidas da Índia e de Brasília.
- Criação de frente construída para a Avenida da Índia.
- Rentabilização dos terrenos municipais.
- Compatibilização com o Plano de Pormenor do Bom Sucesso.

Estabeleceram-se Unidades de Projecto (UP's), que conforme a propriedade, são designadas por:

Unidades de Projecto de Promoção Municipal (UPM's), quando incidam em terrenos de propriedade do município ou requererem a sua intervenção dominante.

Unidades de Projecto de Promoção Conjunta (UPC's), quando incluem terrenos municipais e de propriedade privada.

Enquadramento no Plano Director Municipal

O PPP iniciou-se em simultâneo com o PDM. Por esse facto não foi possível estabelecer à partida uma metodologia que permitisse a tradução imediata dos parâmetros de acordo com as classes e categorias de espaço que vieram a ser estabelecidas pelo plano director.

O plano de pormenor considerou unidades de inquérito e análise definidas pela figura do "quarteirão", havendo agora que fazer o enquadramento dos valores da proposta de plano, para cada quarteirão, nas categorias de espaço estabelecidas.

A área de intervenção do PPP é abrangida por duas categorias de espaço, as quais passamos a designar por α e β , e que são:

α - Área consolidada de moradias.

β - Área consolidada de edifícios de utilização colectiva habitacional.

Após a realização do antepiano e da aprovação das Normas Provisórias, foi deliberado em sessão de câmara, incluir na área de intervenção, a Praça D. Manuel I.

Tal decisão foi justificada pela necessidade de concertar, no seio do plano de pormenor, as intenções do Departamento de Tráfego, e da contemplação do nó de acesso à Cintura Regional Interna de Lisboa, sem prejuízo das propostas de próprio plano. Desta forma se vieram a estabelecer regras geométricas e regulamentares, para as construções associadas ao "interface" de passageiros previsto.

O PDM considera para a área de Algés, um "interface" de passageiros (2º nível), com o modo pesado do caminho de ferro e sem terminal, estabelecendo essa categoria, no Artº. 99º do respectivo Regulamento. Tal permite, em nossa opinião, a consideração de parte da área β , como categoria de espaço associada ao interface de passageiros, como aliás está previsto no nº 2 do citado Artº. 99º, que estipula que "as áreas de "interfaces" de passageiros podem integrar edifícios destinados a uso terciário, a equipamentos e serviços públicos e a hotelaria, aplicando-se os parâmetros urbanísticos definidos para as categorias de áreas em que se integram".

Nestes termos, às duas categorias de espaço já mencionadas, associa-se uma terceira categoria, cuja área é definida pelas construções associadas ao "interface" de passageiros de Algés, e que se designa por x.

Programa de Execução do Plano

O Programa de Execução do PPP, propõe um horizonte de dez anos para a execução do plano, e estabelece tempos para cada obra descrita nas respectivas fichas, quer sejam de promoção municipal, quer sejam de promoção privada, desde que se trate de "obra nova".

São definidas unidades de projecto de promoção municipal - UPM - , e unidades de projecto de promoção conjunta, municipal e privada - UPC - , páginas 13 a 42 do Relatório, definindo-se ainda para cada obra a acção da respectiva implementação.

São considerados três graus de prioridade:

I - Curto prazo - nos três anos seguintes à aprovação do plano.

II - Médio prazo - nos seis anos seguintes à aprovação do plano.

III - Longo prazo - até ao limite de dez anos.

No primeiro grau são consideradas as acções de realojamento do Programa de Erradicação das Barracas, a construção dos silos de estacionamento da Praça D. Manuel I, e o lançamento das hastas públicas para construção em terrenos municipais, que permitirão viabilizar as obras dentro da área do plano, sem recurso a financiamentos externos, destacando-se a construção das "Novas Portas de Algés" e os edifícios que lhe ficarão associados.

Plano de Urbanização da Zona Ocidental

Pedro George

Gestão Urbanística e Infraestruturas Paulo V.D. Correia Colaboradores Nuno Villamariz Oliveira, Ivete Bernardes, Graciela Pacheco

Transportes, Vias e Circulação Vítor Oliveira Acompanhado na CML - PE por Teresa Craveiro, J. Passos Leite Paisagismo Mafalda

Farmhouse (CML-DMAEV) Equipamentos Anabela Completo Monteiro (CML-DPE-Equip.)



O Plano de Urbanização da Zona Ocidental (PUZO) tem por objecto uma das zonas com maior significado histórico da cidade de Lisboa. A área abrangida é, grosso modo, um triângulo cujos vértices poderíamos situar na rotunda de Algés, Alto da Ajuda e oficinas da Carris em Alcântara. Dentro do seu perímetro situam-se peças patrimoniais de valor universal, caso do Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém e Capela de São Jerónimo, e de importância nacional como o Palácio da Ajuda, Igreja da Memória, Palácio de Belém, Cordoaria e Palácio Vale Flor, entre outros, numa área intimamente ligada à epopeia marítima da Nação. Esta área, com 500 hectares aproximadamente, é constituída por várias malhas urbanas formando um tecido heterogéneo, por vezes desconexo, fruto de contingências políticas, sociais e culturais que ao

longo da História ali deixaram as suas marcas. Está portanto carente de uma intervenção urbanística que busque uma lógica de coerência e integração, na sequência do Plano de Salvaguarda e Valorização da Ajuda-Belém (coordenado pelo Prof. Eng. Costa Lobo).

Este Plano procurará sintetizar as contribuições urbanísticas advindas de várias extracções:

- 1 As ideias fundamentais do Plano de Salvaguarda e Valorização da Ajuda-Belém.
- 2 O conhecimento da prática de gestão resultante dos anos de aplicação das Normas Provisórias derivadas do Plano acima mencionado.
- 3 As disposições recentes do P.D.M.
- 4 As contribuições já elaboradas no âmbito dos Planos de Pormenor e outros em curso na área.
- 5 As "pulsões" desenvolvimentistas organizadas nos médios e grandes empreendimentos previstos para a área.
- 6 O entendimento e objectivos próprios da equipa do PUZO.

Dentro do clima actual, caracterizado pela falta de meios de intervenção pesada e pela fraqueza da ideia e da prática de planeamento propositivo em termos sociais, a estratégia do Plano baseia-se nalgumas ideias fundamentais:

- dado o estado razoável do tecido urbano a Poente da Calçada do Galvão, será de conter qualquer surto desenvolvimentista, em nome da conservação dessa qualidade.
- dado o estado calamitoso do tecido urbano (rede viária inclusa) a Nascente da Calçada do Galvão, será também de conter qualquer surto desenvolvimentista para não se agravar o problema causando o caos no sistema viário, que já mal aguenta.

Em suma, por razões diferentes, uma mesma conclusão: *há que conter o adensamento urbano a todo o custo*. Nos próximos anos (5 a 10, ou seja a vigência do Plano) a atitude não pode ser outra senão a contenção. Tolera-se apenas, a contragosto, toda a massa de m2 já aprovados em compromissos ainda sem manifestação física. Esta atitude é reforçada, ainda mais, pela presença maciça de património, tanto o que já está referenciado como o outro que o Plano se quer encarregar de conservar e que seria posto em causa pelo incentivo à renovação e construção.

Qual então a estratégia de intervenção neste caso? Multifacetada, incrementalista e de pequeno porte!

- 1 Consolidar os projectos viários e de transportes já em curso (Meia Encosta, Corredor da Rua da Junqueira, eléctricos rápidos) e fechar uma rede secundária que permita maior fluidez nas deslocações intersectoriais e com o resto da cidade; criar uma via intermédia longitudinal, entre a Meia Encosta e as vias marginais, que discipline o atravessamento "horizontal"; referenciar e programar intervenções de pequeno porte que aumentem a racionalidade ou funcionalidade do sistema; referenciar as grandes obras (enterramento da linha férrea, viaduto sobre o Rio Seco e Túnel da Meia-Encosta) e programá-las para o século XXI, talvez no segundo decénio.
- 2 Regular sem margem para dúvidas as possibilidades de construção e reconstrução, esclarecendo o anterior regulamento, com o intuito de *conter e não de incentivar a construção*, mas apoiando a reabilitação.
- 3 Estabelecer uma política coerente quanto ao desenvolvimento do terciário nas áreas que mostram aptidão para tal, tentando dar resposta parcial à apetência do mercado, assim evitando a mudança de uso clandestina.
- 4 Definir claramente a imagem urbana desejada para determinadas áreas da cidade (frente da Av. da Índia, Zona Monumental, Restelo e tecidos urbanos característicos) e conceber um regulamento (ou dar apoio ao dos Planos de Pormenor em desenvolvimento), que se lhes deverá aplicar, em consonância com essa imagem.
- 5 Identificar áreas com potencial, vocações e cargas urbanísticas possíveis e definir directrizes gerais para o seu futuro desenvolvimento (quartéis e instalações militares, por exemplo).
- 6 Consolidar a defesa das áreas verdes e coberto vegetal existentes e promover a realização dos novos projectos actualmente em estudo (Parque dos Moinhos, arranjos exteriores em vários bairros).
- 7 Estabelecer a classificação e protecção das áreas ou edifícios de valor cultural e reavaliar todos os imóveis incluídos no Inventário Municipal do Património; complementar a Carta do Património com um número elevado de novas inserções.

O Plano de Urbanização da Zona Ocidental será um importante instrumento para o futuro desta área da cidade, na medida em que as opções de planeamento urbanístico agora tomadas contribuam, senão para grandiosas transformações de fundo, pelo menos para a manutenção (eventualmente para a melhoria) do potencial que toda esta área carrega, para que possa ser utilizado por gerações futuras em contextos mais conducentes ao seu bom uso.



Plano de Pormenor Aterro da Boavista

António Ressano Garcia Lamas

Alexandre Braz Mimoso

Colaboração e Desenvolvimento Nuno Cerejeira, Manuela Carneiro Figuração da Imagem Urbana José Pedro Martins Barata, Manuela Carneiro, Alexandre Braz Mimoso Estudo Histórico Raquel Henriques da Silva Circulação e Estacionamento Fernando Nunes da Silva, Jorge Baptista e Silva, Carlos Correia Paisagismo Sofia Pires, Marta Lourenço Saneamento Lustrata Consultoria Jurídica Luísa Castilho, Constança Maltez Geotecnia E. Maranha das Neves Topografia João Matos, Miguel Baio Pesquisa e Apoio Informático Nuno Cerejeira, Fernando Branco, João Lopes, Fernando Miranda, Rui Mesquita, Paulo Clemente
Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico



O Plano de Pormenor do Aterro da Boavista está a ser elaborado a convite da Câmara Municipal de Lisboa, com o objectivo de recuperar e reintegrar no centro da cidade uma zona expectante, organizando-a espacial e funcionalmente. O desafio consiste em propôr um novo desenho urbano e uma metodologia de gestão para resolver as seguintes questões: como obter significativo benefício do uso público da cidade numa área já construída? Como compatibilizar o "novo" com uma morfologia urbana de grande interesse e um apreciável número de edifícios a conservar? Como montar uma operação fundiária em articulação com os proprietários na zona, respeitando os interesses de todas as partes, pública e privadas? Como salvaguardar o equilíbrio financeiro para que a operação se autofinancie, gerando os meios necessários para custear melhorias públicas e o reforço das infraestruturas? Como contemplar o equipamento e novas funções?

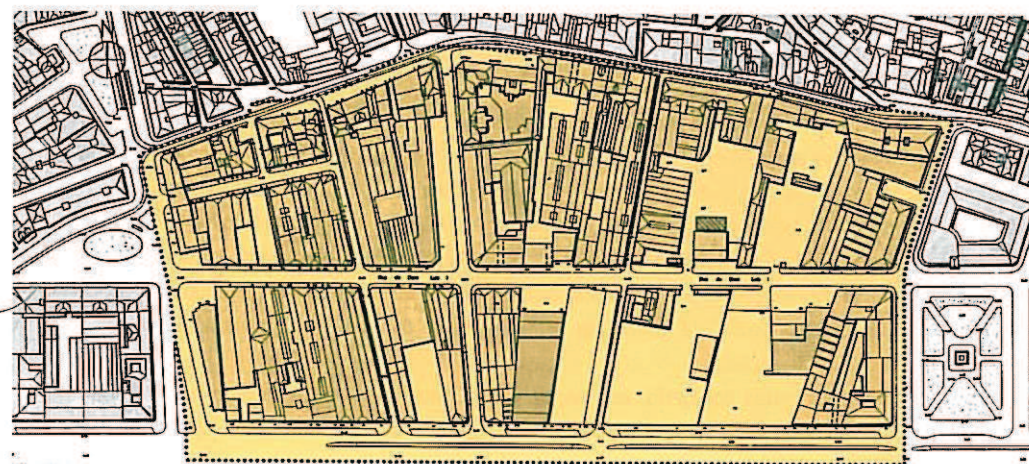
O Aterro da Boavista, com usos obsoletos e instalações degradadas, é uma zona cuja transformação está bloqueada devido ao seu peculiar mas interessante cadastro, que o torna um caso singular e notável. É o único aterro de grandes dimensões executado no séc. XIX, em Lisboa, para "fazer cidade", não se destinando a usos portuários: foi pensado para várias funções, incluindo habitação. Tinha sido antecedido por um crescimento pontual através de pequenos e "expontâneos" ganhos ao rio, a partir da praia ao longo do caminho ribeirinho (hoje, o "eixo" da R. da Boavista): os espaços entre molhes iam sendo progressivamente ocupados, e estes transformavam-se em ruas (os boqueirões). A relação estabelecida entre o rio e este grande aterro, cerca de 1850, foi feita através de uma soberba avenida sobre a água. Esta relação foi depois prejudicada com o último aterro, destinado ao caminho de ferro e ao porto. Feita a grande plataforma, as construções crescem do caminho ribeirinho (frente mais extensa) para o rio (frente menos extensa), entre os Boqueirões, e forçosamente de forma convergente. Formou-se assim a sua fortíssima estrutura radial, que persiste. Ainda em finais do séc. XIX um estudo pretendeu reorganizar esta ocupação em grandes quarteirões ortogonais sobre a Av. 24 de Julho, só sendo executado o rasgamento da R. D. Luís I, o quarteirão de Santos e a Praça D. Luís I, definida a poente pelo remate de um quarteirão.

O Aterro é pois uma mistura entre um desenvolvimento radial e uma tentativa ortogonalizante, pontuado por edifícios anacrónicos resultantes de um desastrado estudo de 1962, que propunha a demolição completa da zona e a construção de uma frente única de 450m sobre a Av. 24 de Julho.

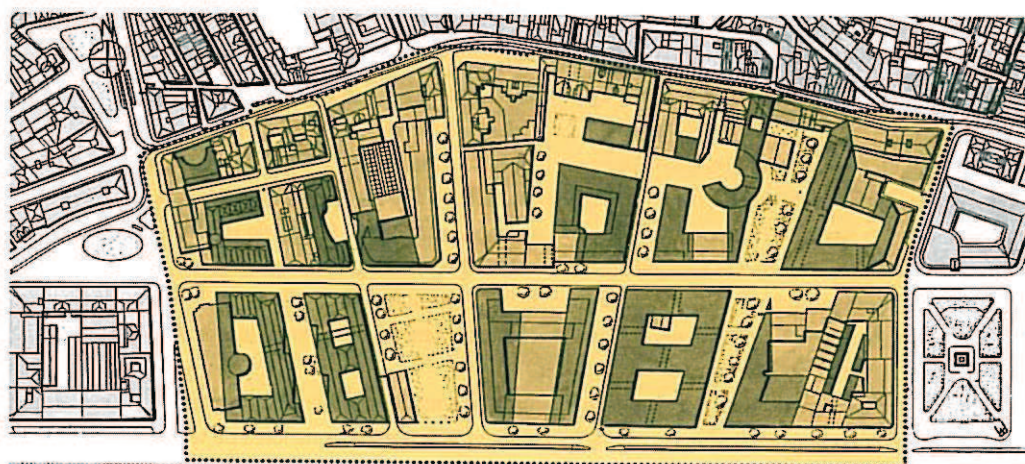
Actualmente é constituído por enormes quarteirões, com diferentes formas de ocupação: as grandes propriedades (antiga Fábrica do Gás, hoje EDP, e Abegoaria Municipal, que eram vastos equipamentos da cidade) e os muito longos e muito estreitos armazéns, que funcionavam como entrepostos de mercadorias.

A proposta de desenho urbano partiu do pressuposto de que se deve manter o fundamental da morfologia urbana, traduzida na estrutura radial e na força dos seus enfiamentos. E este pressuposto contém outro: que os enfiamentos não são exclusivamente as ruas/boqueirões, mas o conjunto de "vazios" (as ruas) e de "cheios", constituídos por "edifícios/enfiamento", acentuados por coberturas contínuas, com grande desproporção entre a reduzida largura e o enorme comprimento, e que tiveram como excepção a disposição longitudinal dos antigos edifícios fabris do Gás, entretanto demolidos.

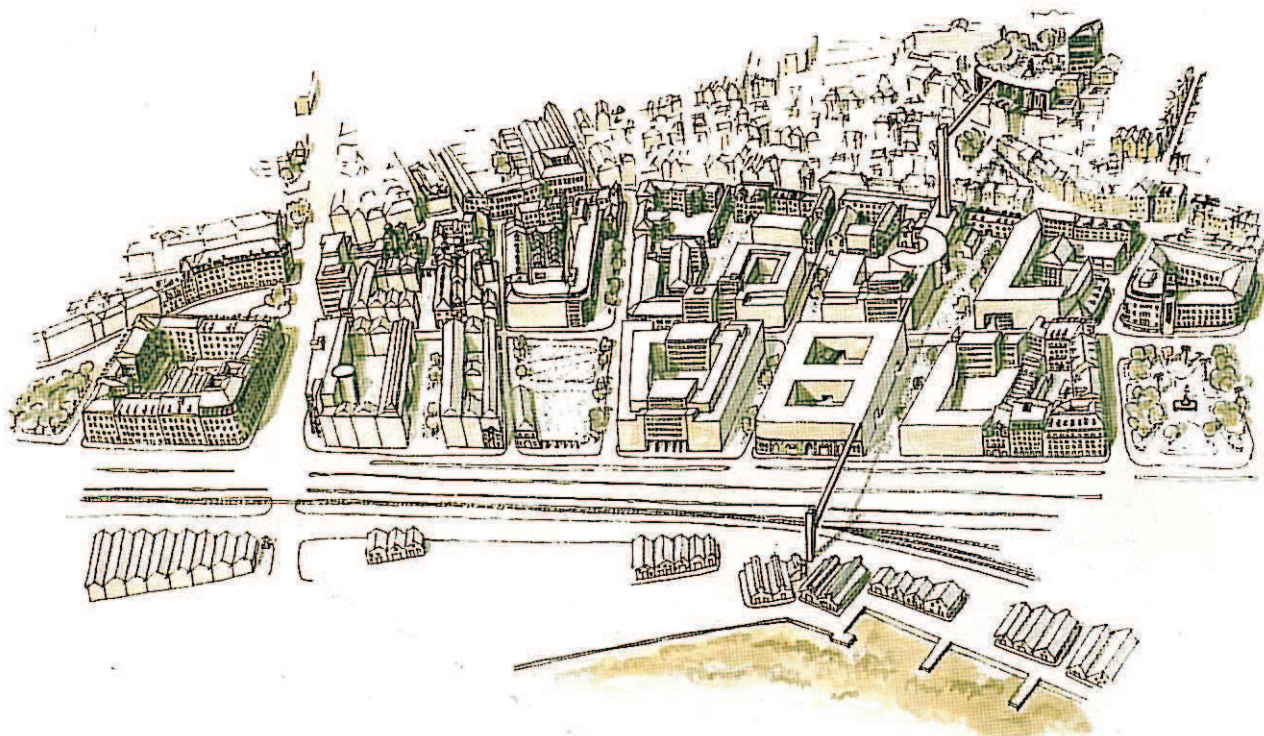
Assim, evitou-se pulverizar o aterro em fantasiosos agrupamentos de edifícios que simulassem um "crescimento de cidade antiga", aqui sem sentido, que traduziriam o desentendimento do valor urbano que exhibe,



Planta da situação existente



Planta da Proposta



Maurício

destruindo a sua singularidade. Minimizou-se pois o sentido longitudinal e enfatizou-se o transversal, não acentuando a rua D. Luís, mas sim os boqueirões, de uma forma que salvaguarda a sua memória.

Reorganizou-se a estrutura radial em quarteirões e espaços públicos trapezoidais, tornando perceptível ao nível do peão a configuração radial. Propuseram-se edifícios longos que acertam por cima, uns com telhado e outros em que se assume como valor arquitectónico os terraços, testemunho também da expressão horizontal do aterro. Previu-se que alguns dos terraços sejam de visita pública, proporcionando o gozo de vistas superiores sobre o rio e a cidade. Procurou-se dar à Av. 24 de Julho o sentido de frente urbana proporcionada, apesar dos "edifícios 1962", e criou-se mais uma praça, equidistante do jardim de Santos e da praça D. Luís I. Fizeram-se perdurar duas pré-existências importantes, através da recuperação do "cheio" do "campus" do Gás e do "vazio" da Abegoaria. Mantiveram-se os edifícios com interesse, fixando regras que impedem a sua adulteração.

Salvaguardaram-se as vistas colina/rio, adoptando um número de pisos (variando a última lage entre 17,5m e 18,5m de altura) com cêrcea um pouco abaixo da dos quarteirões do séc. XIX. Aumentou-se o espaço público, redesenhando os boqueirões e criando a praça e uma alameda. Integrou-se a zona no tecido envolvente, reabrindo passagens antigas e criando outras; abriu-se também o interior dos quarteirões, permitindo o acesso público e impedindo a construção nos logradouros, excepto onde construções existentes não o permite. Definiu-se a qualificação dos espaços exteriores. Propôs-se a transposição da colina de Stª Catarina por um peaduto, apoiado num elevador, cujo percurso se prolonga pelos terraços acessíveis e atravessa a Av. 24 de Julho, em passagem elevada, ligando ao rio. Introduziram-se habitação, dois hotéis e equipamentos, em articulação com comércio e serviços; estipulou-se que sob o solo só é possível estacionamento ou áreas técnicas e arrecadações. Quanto à circulação previu-se, junto à Av. D. Carlos, uma passagem desnivelada do sentido nascente - ponte da Av. 24 de Julho (enterrando só duas faixas de rodagem) e a ligação ao futuro túnel do Cais do Sodré. Definiu-se o estacionamento só privado e o que deve ter acesso público, além de se criar um parque municipal.

Para operacionalizar o Plano, dividiu-se a zona de intervenção numa parte a manter e noutra a transformar: - a primeira é constituída pelo Sector a Conservar (edifícios com interesse) e pelo Sector de Construções Recentes ("edifícios 1962"); - a segunda, pelo Sector em Transformação (dois compromissos da Câmara), pelo Sector a Remodelar (três situações singulares) e pelo Sector de Reformulação Fundiária (reconfiguração do cadastro). Os sectores, descontínuos, dividem-se em subsectores.

O método de reorganização do Sector de Reformulação Fundiária é semelhante ao da Baixa Pombalina: estabelece-se, para cada propriedade, a quantidade de construção teoricamente possível, e distribui-se essa quantidade pelos novos edifícios.

Cada um dos subsectores deste Sector é sujeito a uma operação de loteamento conjunto (reparcelamento), sendo as compensações devidas ao município entregues sob a forma de lotes de terreno. A reconfiguração do solo conformar-se-á com o desenho urbano previsto, criando-se novos espaços públicos e lotes para construção de novos edifícios, uns a atribuir aos actuais proprietários e outros à Câmara, para esta destinar aos equipamentos e para utilizar na gestão do Plano, cuja concretização global assegura. O valor dos lotes de gestão servirá à Câmara para custear o Plano: arruamentos, arranjos exteriores, reforço das infraestruturas, acções de valorização da zona, equipamentos, encargos financeiros e administrativos. O valor da quantidade de construção nova equivale aos interesses dos proprietários e às compensações/encargos do município, garantindo o auto-financiamento da operação, e essa quantidade de construção não atinge o limite máximo admitido pelo PDM para a área da Boavista(*).

Cada subsector de Reformulação Fundiária agrupa um conjunto coerente de propriedades a sujeitar a loteamento comum, com poucos proprietários, facilitando a autonomia de cada operação. Em quatro subsectores serão destacadas, dos respectivos prédios urbanos, parcelas onde existem edifícios interessantes a conservar. Na nova praça, os interesses dos seus proprietários realizar-se-ão em lotes resultantes de outras operações, previstas já com este objectivo.

A determinação dos interesses de cada proprietário, e a forma de os redistribuir, obedecem às mesmas regras, respeitando-se o princípio da igualdade. Esses interesses são representados pela "capacidade efectiva de construção" (CEC), que é a quantidade de área coberta que cada proprietário poderá concretizar nos lotes de terreno que receberá. Para a determinação da CEC tomou-se como referência uma "edificabilidade" teórica para cada propriedade, obtida pela aplicação, ao cadastro e morfologia existentes, das regras em vigor. A afectação dos novos lotes a cada proprietário realizar-se-á de forma a que aproveitem o mais possível da sua propriedade inicial ou de parcela com localização equivalente.

Todavia, o Plano da Boavista, ao impôr novas circunstâncias e nova conformação urbana, altera em duas situações o equilíbrio das relações existentes entre os vários proprietários, pelo que, para manter a equidade desejada e evitar que se configurem ónus impostos a uns e não a outros, criou-se um sistema correctivo para o caso da praça, em que a afectação de lotes se faz noutros locais, e para o caso em que a realização de estacionamento comum obriga à construção simultânea de lotes de vários proprietários: a CEC obtém-se nestes casos aplicando à "edificabilidade" um factor de majoração compensatório.

(*) O IUB na parte a transformar é 2,0 e na parte a manter é 2,4. No total, o IUB do Plano é 2,2. O Aterro da Boavista é considerado pelo PDM "área de reconversão urbanística mista", cujo IUB 2,0 pode ir até 2,5 se houver significativo ganho público, o que o plano contempla, sem atingir este valor máximo. Refira-se, ainda, que na parte a transformar a habitação atinge 42%.



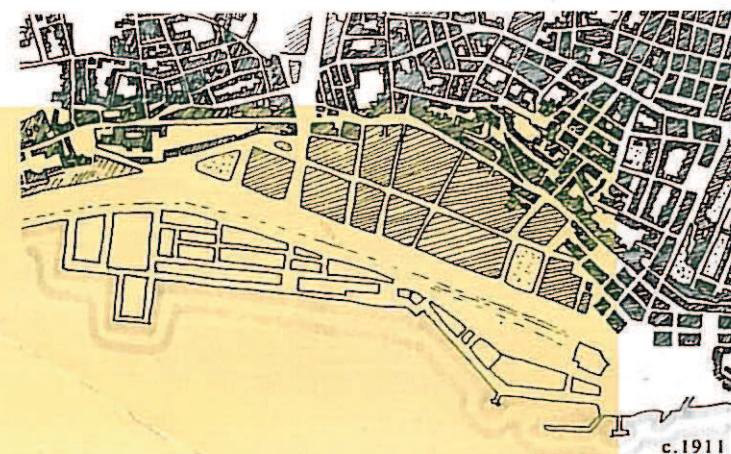
c.1785



c.1807/1826

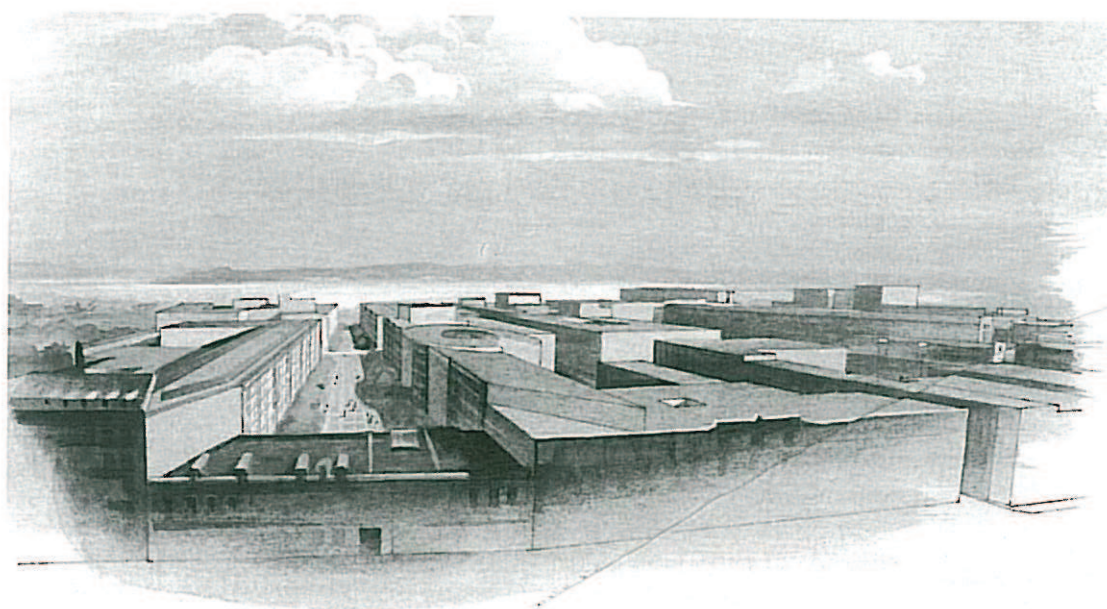
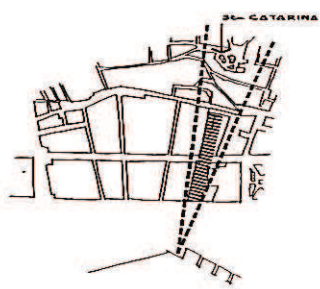
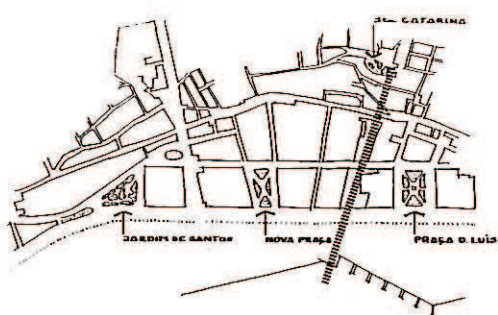
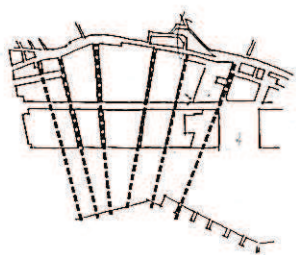


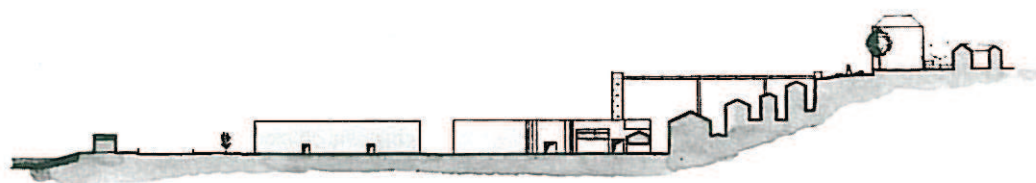
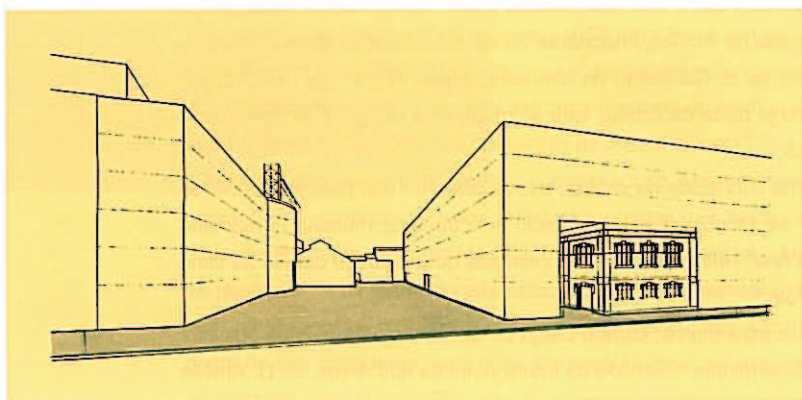
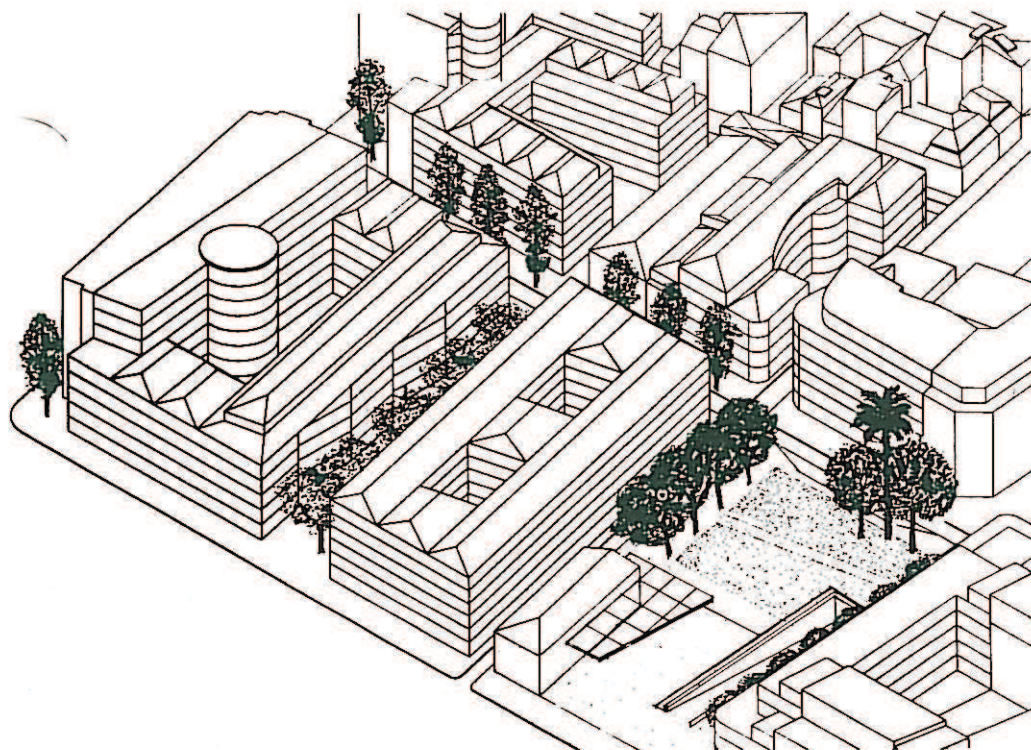
c.1871



c.1911

Evolução Histórica do Aterro da Boavista





Corte



Alçado 24 de Julho

Martim Moniz "95"

Augusto Pita
Alexandre Abreu

Equipa Técnica J. Vaz Pedro, Álvaro Lourenço Colaboração Jorge Daniel, M. Fátima Monteiro, Helena Barreiros, Gisela Costa, Teresa Leal, Henrique Gomes, Júlio Correia, J. A. Lourenço, Carlos Delgado, Cesaltina Carpelho, Filomena Rosa, Anabela Margarido, Maquetas Portugal dos Pequeninos 3D, Animação Caixa d'Imagens Video Fervave Exposição/Brochura 4.4 Fotografia Luzes da Ribalta Cons. Comunic. João Carreira Bom



Martim Moniz ou o Sítio do Socorro: Cenários para o Futuro

Em tempos remotos foi leito de um esteiro do Tejo, o que não impediu que o actual Martim Moniz tenha desde cedo constituído o arranque da estrada de Arroios, importante via de comunicação entre a cidade e os seus arrabaldes. A criação da paróquia de S. Sebastião da Mouraria, depois N. Sr^a. do Socorro, em 1596, testemunha a urbanização desta franja norte da cidade, que se manteve à margem do plano pombalino de reconstrução de Lisboa pós-1755.

Dela ficou um registo fiel na primeira planta conhecida da cidade, executada em 1650 pelo arquitecto de S. Majestade, João Nunes Tinoco. O Martim Moniz era então cruzado pelo troço da muralha Fernandina que unia as colinas do Castelo e de Sant'Ana. Restam ainda hoje vestígios de um antigo cubelo ao cimo das Escadinhas da Calçada do Jogo da Péla.

Dois séculos depois, é ainda uma antiga via intra-muros, entre o Largo de S. Domingos e um dos postigos da muralha, a Rua Nova da Palma, que determinará o sentido da futura Avenida dos Anjos, ou D. Amélia ou Almirante Reis, projectada desde 1877 e aberta a partir de 1903.

A par da Rua Nova da Palma, corria a Rua dos Canos, um topónimo que fixou a memória das obras de drenagem desta zona alagadiça, realizadas no período manuelino. Ambas desembocavam na Rua das Parreiras, que corria paralela à muralha de D. Fernando, guardando a marca do seu traçado num tecido urbano de origem tardo-medieval que chegou ao séc. XX. Até à sua demolição integral nos anos 40-50, pontuavam-no alguns edifícios assinaláveis, como os desaparecidos palácio do marquês de Alegrete, a igreja paroquial do Socorro e o Teatro Apolo, enquadrados pelos emblemáticos Hospital de S. José e Castelo de S. Jorge.

O processo de evolução e crescimento de Lisboa reduziu o Martim Moniz à condição de "espaço residual", na confluência de tecidos urbanos de origem diversa, resultado de diferentes processos e lógicas de transformação do espaço:

- 1 a Mouraria, com origem numa ocupação medieval, extra-muros, da vertente exposta a norte da Colina do Castelo de S. Jorge, por parte de uma população que a conquista cristã da cidade marginalizou.
- 2 a vertente sul da Colina de Sant'Ana, que ainda hoje conserva traços característicos da cidade pré-pombalina e medieval, encerrada até ao último quartel do séc. XVII num braço da Muralha Fernandina.
- 3 a Baixa pombalina, que resultou do plano racionalista de reconstrução da cidade arruinada pelo terramoto de 1755.
- 4 a Av. Almirante Reis, segundo eixo de expansão da cidade moderna e via complementar de penetração no centro, que arranca do Martim Moniz e é o contraponto "pobre" do grande Boulevard da cidade, a Av. da Liberdade, aberta a partir de 1879.

A abertura da Av. D. Amélia/Almirante Reis, no princípio deste século, determinará a prazo a demolição desta porção de cidade antiga, nas franjas da actual Mouraria.

Situação que voltaria a acontecer na década de 40 e no contexto do primeiro plano director de Lisboa (De

Gröer) quando é defendida a primeira ideia de via em túnel que propunha um arco de ligação entre as Avenidas da Liberdade e Almirante Reis com a marginal.

Urgia então desobstruir esta potencial via de penetração na Baixa através de um programa de renovação/substituição voltado para o remate mais ou menos monumental da Av. Almirante Reis e para a implantação de uma nova morfologia e usos (Faria da Costa, 1950). Um hotel, que veio a ser o Mundial, edifícios exclusivamente comerciais, um teatro.

Ao longo da década de 60 sucederam-se estudo, ante-plano e plano de urbanização do Martim Moniz, elaborados no contexto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa (Meyer-Heine, 1965). Abordam a zona na sua especificidade e não já, como em 48, exclusivamente em função da Baixa, embora atentos a um novo problema com que esta se defronta: o da necessidade da sua reanimação e revitalização.

Em 1972 é constituída a EPUL, empresa pública municipal cuja missão seria a de auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e execução de empreendimentos urbanísticos, e que se justificava na vantagem de se subordinarem a moldes de gestão empresarial os estudos e execução de obras respeitantes à urbanização e remodelação de áreas que lhe viessem a ser confiadas pela CML. A intervenção da EPUL no Martim Moniz, logo no início da sua actividade, decorre naturalmente da natureza da Empresa, das suas atribuições e competências.

Novos estudos e ante-plano são então elaborados (Filipe Lopes, 1973-75) mas o seu prosseguimento foi de imediato suspenso, ao que não é alheia a conjuntura da segunda metade da década de setenta.

No início dos anos de 80, e sem que nenhum dos programas anteriores tivesse sido concretizado, surge o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz, de iniciativa camarária, na sequência de um concurso promovido pela EPUL (C. Duarte/J. Lamas, 1980/82).

Nos dez anos subsequentes à aprovação do Plano de Renovação de 1982 foram sendo executados e concluídos os trabalhos de drenagem da zona oriental, parte do grande colector poente, o arruamento principal previsto a nascente, a rua Fernandes da Fonseca, rua da Sr^a. da Saúde, os centros comerciais da Mouraria (acoplado à capela da Sr^a. da Saúde) e do Martim Moniz (a sudeste do Hospital de S. José), rectificadas algumas áreas da rua da Mouraria e executados os arranjos exteriores os arranjos exteriores da zona do "Triângulo" (a poente do Centro Comercial da Mouraria).

Em meados de 1993, porém, entendeu a Câmara Municipal de Lisboa que o Plano de 82, pelo número de anos decorridos sobre a sua elaboração, se encontrava *"desactualizado, quer em relação às ocupações de vocação comercial, quer pela natureza e escala do edifício público de finalidade cultural nele previsto, sucessivamente inviabilizado por razões de ordem diversa"*.

"Considerando que a concepção comercial pouco flexível do plano existente tem vindo a dificultar a sua implantação comprovada pelos resultados obtidos nas hastas públicas realizadas para a sua alienação, situação actualmente agravada pela muito diversa realidade dos promotores, produtos e mercados a que se destinam", e também *"considerando que urge requalificar esta zona da cidade, promovendo o complemento do tecido urbano em articulação com as colinas e com a Baixa Pombalina"*, a Câmara, sob proposta do seu presidente, deliberou, em reunião de 8 de Julho de 1993, *sem votos contra e apenas duas abstenções*, incumbir a EPUL da reformulação do Plano até aí em curso, de acordo com um conjunto de linhas programáticas *indicativas* em cuja preparação teve papel destacado e coordenador a Direcção de Planeamento Estratégico.

Pode tomar-se como síntese programática para essa Reformulação do desenho urbano o seguinte:

- Integração nas áreas (históricas) envolventes;
- Redução acentuada da volumetria (face às expectativas anteriores);
- Estruturação da ligação ao "centro" da cidade;
- Reposicionamento do Martim Moniz como área complementar da Baixa.
- Criação de espaços de estar, complementares da Baixa;
- Articulação entre a morfologia do sítio em extinção e a morfologia de novas funções;
- Potenciação dos valores ambientais e objectos arquitectónicos com interesse patrimonial;
- Criação de zonas de comércio de pequena e média dimensão, com restaurantes e esplanadas em piso térreo;
- Criação de um ou mais espaços públicos - Praça/Jardim - com áreas verdes;
- Animação de percursos (pedonais) com actividade comercial e viabilidade económica;
- Previsão de ocupação tipo quarteirão, com núcleos acessíveis, constituindo potenciais espaços públicos;
- Estabelecimento de escala harmónica com o edificado das colinas;
- Introdução de áreas habitacionais de natureza e tipologia diversificadas;
- Manutenção de funções hoteleiras;
- Previsão de estacionamento público em subsolo;
- Integração de eventuais achados arqueológicos nos projectos concretos (ex: muralha fernandina);
- Revisão do sistema viário (recepção do eixo da Almirante Reis/Rua da Palma), tendo em conta a situação do subsolo.

Para além disto, o documento programático sublinha que, *"tendo em conta, por um lado, a importância, a dimensão e a complexidade técnica, comercial e económica do Plano, e, por outro lado, a incerteza de um contexto geral e específico em acelerada evolução, as soluções a encontrar deverão proporcionar uma estrutura de plano flexível, que dinamize, facilite e viabilize as iniciativas públicas e privadas a mobilizar para a sua implantação"*.

É a partir destas linhas programáticas que a EPUL, através da sua empresa de projectos RASGO - Urbanismo, Arquitectura e Engenharia S.A., e em articulação com os Serviços camarários, nomeadamente a Direcção de Planeamento Estratégico, prepara uma abordagem ao problema do ordenamento do Martim Moniz em que vem a ter importância particular o próprio método de planeamento e o faseamento a ele associado.

Esta inflexão metodológica traduz-se em fazer preceder a elaboração do "plano legal" (a desenvolver obviamente nos termos do D.L. 69/90 de 2 de Março) da preparação de cenários/imagens alternativos para a zona, com duplo objectivo: por um lado enquadrar e perspectivar os estudos de caracterização física, social, económica e urbanística que é suposto fundamentarem *"a solução proposta"* e normalmente efectuados através de pesados inquéritos e outros procedimentos semelhantes a que não mais se volta no decurso do processo, e, por outro, permitir credibilizar a figura da *"participação da população"*, por esta via tornada possível e eficaz através da disponibilização de instrumentos técnicos inteligíveis logo numa primeira fase do processo de planeamento e não apenas após conclusão do plano, única altura em que a lei obriga à abertura de Inquérito Público que consiste na recolha de observações sobre as disposições dos planos municipais.

O conjunto de actividades que levaram à construção desses cenários/imagens prévios encontra-se praticamente concluído, e é a súmula pertinente da documentação entretanto produzida o que agora se propõe à apreciação e discussão públicas.

A partir da participação interessada dos munícipes se poderá vir a transformar um dos cenários apresentados (ajustado, corrigido, desenvolvido...) num novo *Plano de Pormenor do Martim Moniz* que permita a esta área particularmente sensível da cidade livrar-se, finalmente, do estatuto de problema com solução sempre adiada.

Os três cenários seleccionados para suporte da discussão pública têm em comum o assumir o prolongamento do eixo Av. Almirante Reis/R. da Palma em termos de enfiamento visual e alinhamento, contrariando, no entanto, o acesso directo ao centro proposto na sua concepção original (oitocentista).

É-lhes também comum a defesa do princípio de integração na arquitectura da cidade tradicional, embora no projecto de abordagem e de desenho urbano manifestem opções diferentes.

E apostam todas na sobreposição de uma rede viária muito simples por uma malha pedonal intensa e multidireccional.

Por outro lado não contemplam a hipótese extremada, mas igualmente pertinente, de assumir a recuperação do vazio formal como espaço público integralmente aberto, o que significaria um tratamento do "buraco", na sua dimensão actual, assente num projecto extensivo de arranjos exteriores e de mobiliário urbano articulados com o sistema viário de atravessamento e de serventia local das edificações/utilizações existentes e das eventuais - e mínimas - construções de colmatação.

O cenário A corresponde à recuperação do vazio actualmente existente, nele se reconstituindo o tecido envolvente através do desdobramento, sobre o local, da estrutura adjacente à Av. Almirante Reis, considerando o quarteirão dos hotéis como volume de enquadramento a sul e os volumes novos como materializações da concavidade transversal instaurada pelas envolventes colinares.

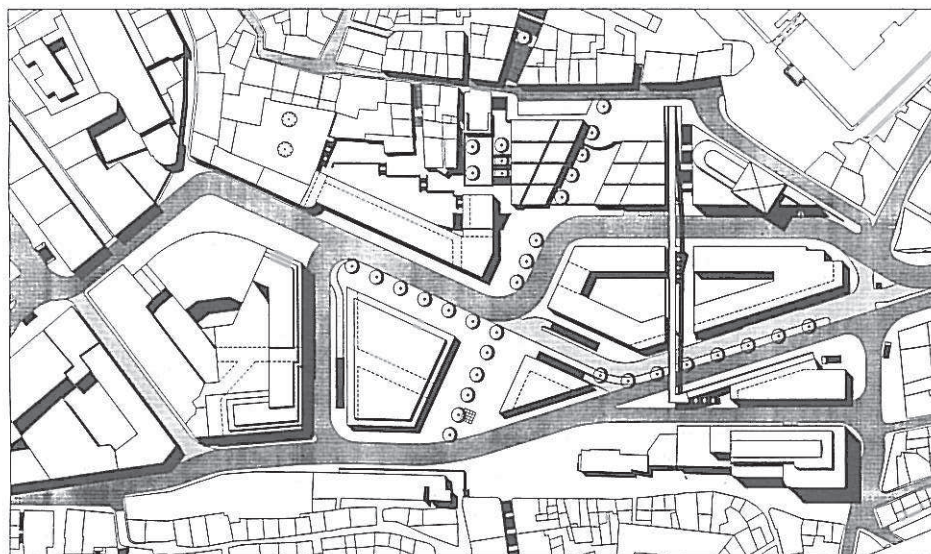
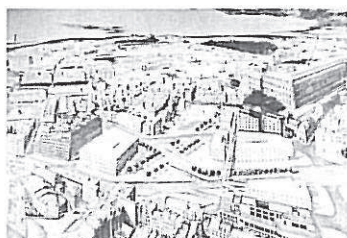
Implica um sistema de espaços canais não ortogonais, com ênfatização da directriz visual principal - Castelo/Pena - e das directrizes viárias constituídas pelo eixo articulado Almirante Reis - Rua Nova da Palma - Rua Dom Duarte, no sentido norte-sul, e pelo eixo R. do Arco do Marquês do Alegrete - arruamento principal nascente - Almirante Reis, no sentido Sul-Norte.

O cenário B aparece como variante crítica do cenário A. Nele se propõe a reconversão do "vazio" num tecido urbano morfológicamente assente no conceito anterior, subvertido no entanto pela introdução de um amplo espaço-praça, orientado no sentido nascente-poente. Os topos desta praça são volumetricamente materializados pelos sopés das duas colinas, e os lados maiores marcados por alinhamentos volumétricos definidos, a sul, pela memória da Muralha Fernandina e, a norte pela paralela que passa sensivelmente pelo "cuore" da Capela da Sr^a. da Saúde.

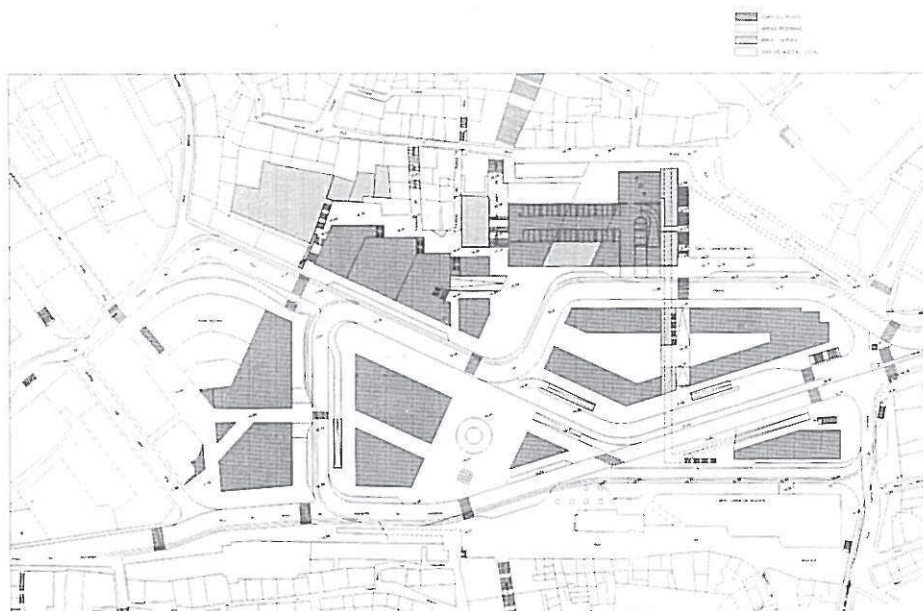
O cenário C consiste na definição dum espaço de fecho e recepção do eixo e corredor traçado pela Avenida Almirante Reis em estrutura de Praça, traduz a opção pela directriz da Muralha Fernandina e da métrica que esta mesma impôs à cidade pré-existente, como processo de construção desse espaço e torna a uniformidade como regra de intervenção morfológica e tipológica, opondo-se à fragmentação existente.

O cenário A, que no processo de construção de alternativas de Pré-Plano surgiu como *conceito-base*, teve como princípios geradores ou elementos-chave:

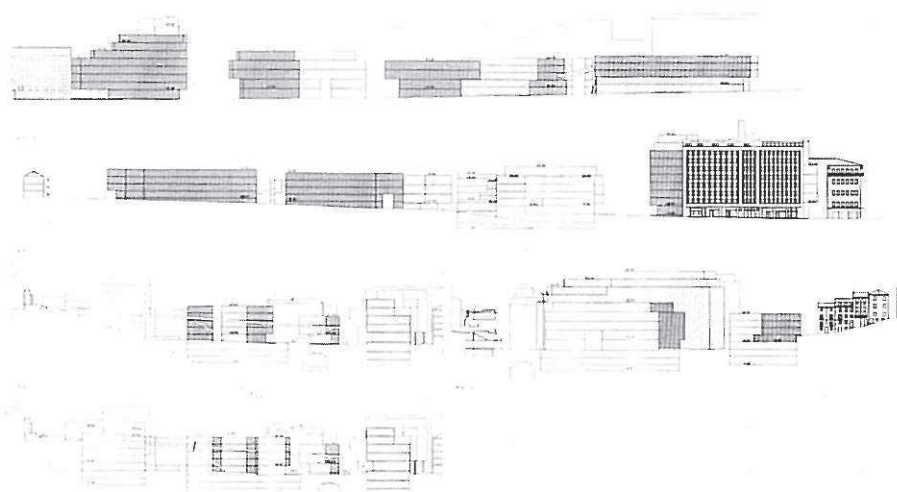
- O prolongamento e *fade-out* do "sem-fim" (visual/viário) Almirante Reis/Rua da Palma;



Cenário A - Volumes



Cenário A - Implantação, Piso Térreo



Cenário A - Cortes

- A reconstituição da directriz (visual/viária) R. Nova da Palma, até à sua intersecção com a anterior;
- O tamponamento volumétrico, a sul, do conjunto pelo quarteirão dos hotéis;
- O abrandamento do impacto visual dos edifícios dos centros comerciais existentes, por interposição de construções de menor porte;
- O contínuo do recorte volumétrico intercolinar (nascente/poente);
- A ênfase da directriz visual principal (Castelo/Muralha/Sant'Ana);
- O sublinhado das directrizes visuais secundárias;
- O espraçamento - "em delta" - da tecitura de quarteirões irregulares violentada pela abertura da Almirante Reis;
- A optimização da fluidez do tráfego de atravessamento (sentidos únicos, transportes públicos de superfície), sem prejuízo de alguma desaceleração no sentido norte/sul;
- A retenção da pressão do tráfego sobre a "Baixa", pela disponibilização de estacionamento subterrâneo público;
- A optimização/simplificação do retorno do tráfego de penetração e contacto (cargas e descargas e transportes públicos);
- A recuperação/completamento da infraestruturação recente (metro, colectores, distribuição de energia, comunicações, etc.);
- A potenciação da permeabilidade pedonal (interna, em relação à "Baixa" e às colinas);
- A implantação de uma estrutura flexível de atendimento à promoção imobiliária pública, privada ou mista;
- A compatibilização da rendibilidade das intervenções promocionais com as orientações e prescrições urbanísticas de ordem superior (P. Estratégico e P. Director);
- A implementação e controlo de uma estratégia de reequilíbrio social da zona pela introdução de habitação para segmentos médios, de comércio e serviços de qualidade intermédia entre os da "Baixa" e os das envolventes norte, nascente e poente;
- A ausência de furor normativo (normalizador) em relação à arquitectura de edifícios, mas clareza prescritora em relação ao conceito urbanístico, à substantivação/objectivação do espaço exterior (ruas, "vazios" formais), entendido como "espaço referenciado" ao observador (motorizado e/ou pedonal) "mas emanado pelas coisas (coleções de objectos edificados) e aderente a elas".

A eventual retoma da directriz local da muralha fernandina como directriz virtual da métrica do lugar seria, neste *conceito base*, algo retórica, uma vez que as suas motivações pré-pombalinas foram irreversivelmente subvertidas pela evolução morfológico-funcional do sítio. Esta retoma apenas supletivamente poderia ser ponderada, suplantada que é por outra(s) directriz(es) ainda (ou já) hoje mais claras e imagetica-mente mais fecundas.

Contudo o cenário C ultrapassa esta dificuldade, ao reinterpretar a memória da muralha dentro de um contexto formal/funcional novo e consistente. Basicamente, a opção formal do cenário C é a praça como espaço e a sua definição como arquitectura. A referência de *fundo* é a cidade anterior e o significado do actual vazio da cidade.

O vazio do "Martim Moniz" encontra-se profundamente marcado pela ausência da antiga FORMA URBANA cujo elemento principal era a CERCA FERNANDINA e as edificações que com ela organizavam o espaço urbano. A muralha constituía um elemento fundamental de construção de cidade antiga e determinante no significado e na organização urbana da mesma.

Neste espaço o lugar de encontro entre a morfologia urbana e a morfologia do terreno é o "muro" associado às funções que representava e que ditou a forma e o significado duma estrutura urbana que permaneceram no Plano da Cidade, até ao séc. XIX.

É notável esta permanência e a forma urbana daí resultante, bem patente em toda a cartografia antiga da cidade:

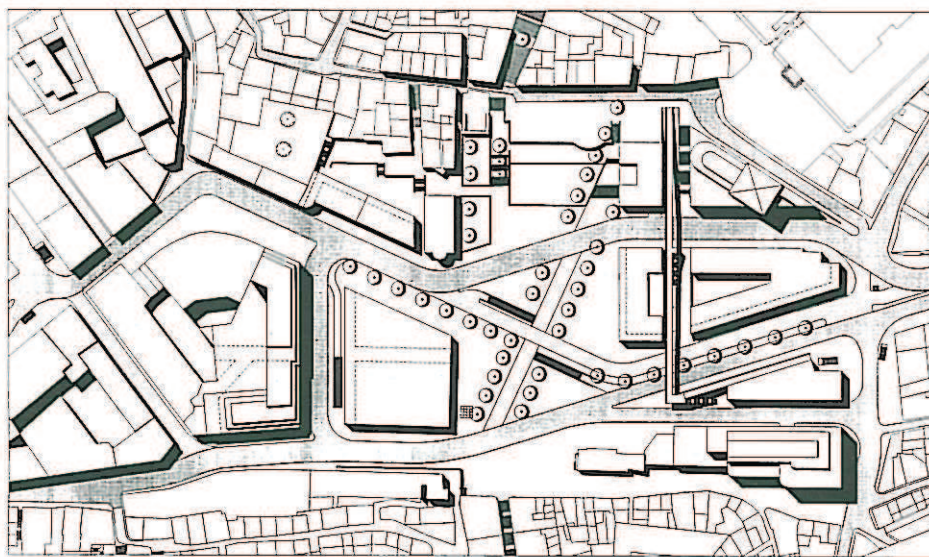
- Um elemento que atravessava o vale, o "muro".
- Uma "correnteza" que era marginal ao vale, e que se organizava em alinhamento ortogonal ao muro.
- O espaço aberto do vale, aproveitado em horta cercada ou olival, pertença da igreja paroquial do Socorro, na sua maior expressão.

O projecto assenta numa exploração desta memória e das directrizes da Antiga forma Urbana, jogando no entanto nas contradições, que em função e significado, estes elementos de construção da cidade são levados a assumir.

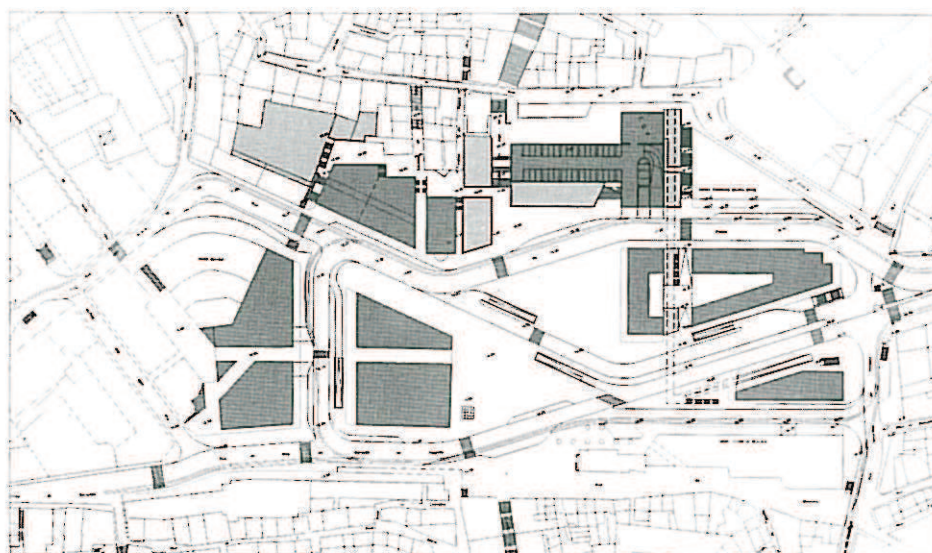
O edifício em que, neste cenário, assenta a materialização da memória da muralha é vazado em dois pisos, provocando uma dilatação espacial da praça e constitui-se mais como *elemento de ligação* entre colinas, com a sua rua de peões sobre-elevada, do que elemento de cerca e separação entre partes de cidade. As edificações em correnteza, que vão ao encontro do edifício anterior, separam funções de "circulação" e "estar" menos compatíveis, assegurando uma vivência de praça mais amena.

A regularidade formal pretendida é a afirmação duma atitude que pretende valorizar:

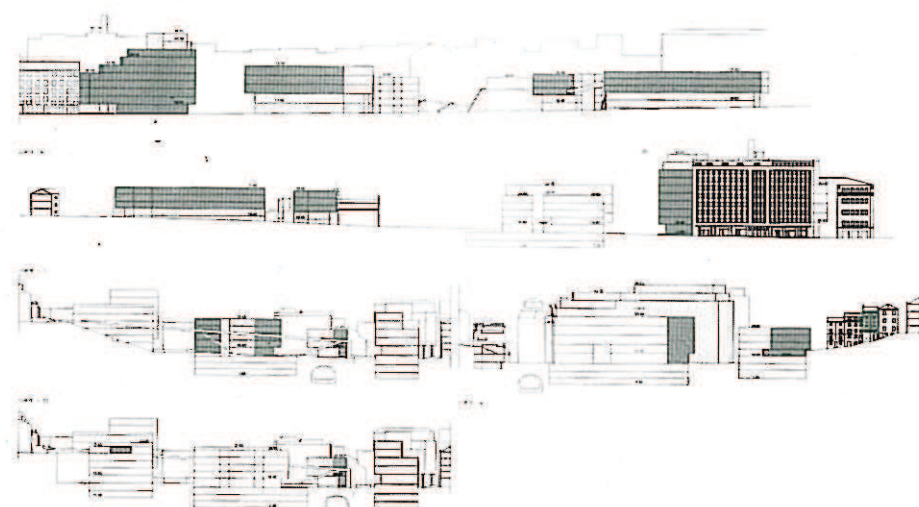
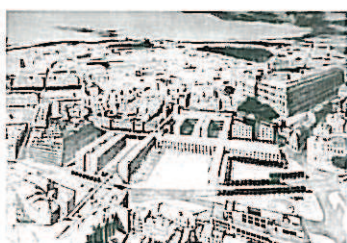
- primeiro, a necessidade de Organização de que o lugar é ausente;
- segundo, o espaço daí resultante;



Cenário B - Volumes



Cenário B - Implantação, Piso Térreo



Cenário B - Cortes

- terceiro, a continuidade de um discurso de Arquitectura de cidade;
- quarto, construir o futuro também com a memória da cidade.

No plano vigente até Julho de 1993, que abrangia uma área de intervenção de 4.3 hectares, previa-se construção nova num total de 115.355 m², dos quais 29.870 m² destinados a estacionamento em subsolo (1.165 lugares).

A utilização de pavimentos era distribuída do seguinte modo:

Habitação	5.630 m ²	
Hotéis	18.825 m ²	(24.455 m ²)
Comércio	34.520 m ²	(34.520 m ²)
Serviços	15.000 m ²	
Espectáculos	6.050 m ²	
Cultura	5.460 m ²	(26.510 m ²)
Total I		85.485 m ²
Estacionamento Público	16.890 m ²	
Estacionamento Reservado	12.980 m ²	
Total II		115.355 m ²

Os cenários agora apresentados à consideração pública alteram significativamente aqueles valores com vista à obtenção de um melhor equilíbrio funcional: por um lado, a área de construção relativa a habitação passa para o dobro ou para o triplo, e, por outro, as áreas afectáveis a actividades terciárias reduzem-se a pouco mais que um terço das anteriormente previstas.

A área de terreno de intervenção plena desce para: 3.7 hectares e a área de construção total baixa para valores entre 68.990 m² (cenário B) e 79.710 (cenário A) dos quais 32.510 m² (cenário B) a 35.920 m² (cenário A) destinados a estacionamento.

A utilização de pavimentos prevista em cada um dos cenários distribui-se do seguinte modo:

Cenário A

Habitação	15.810 m ²
Hotel	8.480 m ²
	59,5% - 24.290 m ²
Comércio	9.160 m ²
Serviços	7.340 m ²
	39,5% - 16.500 m ²
Total	40.790 m ²
Estacionamento Público	16.910 m ² / 555 lugares
Estacionamento Reservado	19.010 m ² / 585 lugares

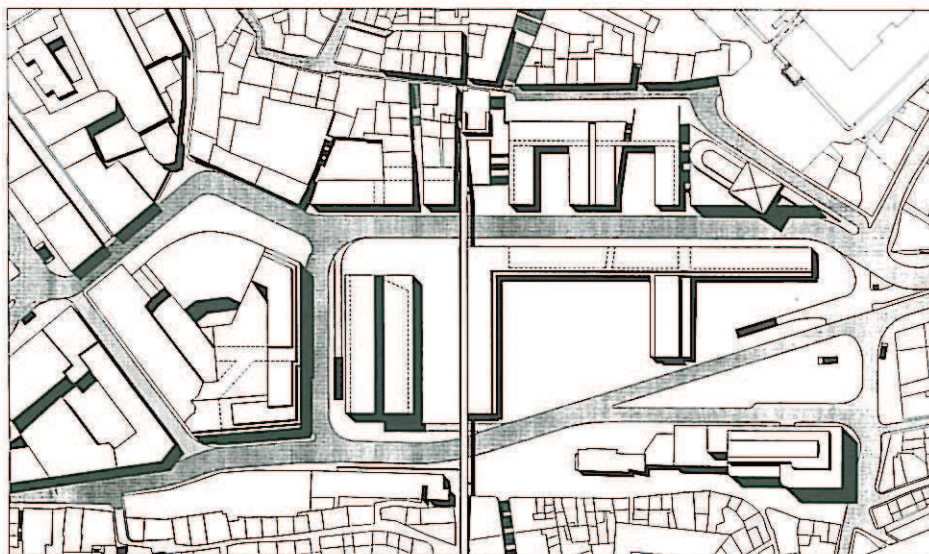
Cenário B

Habitação	11.120 m ²
Hotel	8.480 m ²
	53,7% - 19.600 m ²
Comércio	8.990 m ²
Serviços	7.890 m ²
	46,3% - 16.880 m ²
Total	36.480 m ²
Estacionamento Público	17.150 m ² / 555 lugares
Estacionamento Reservado	15.360 m ² / 490 lugares

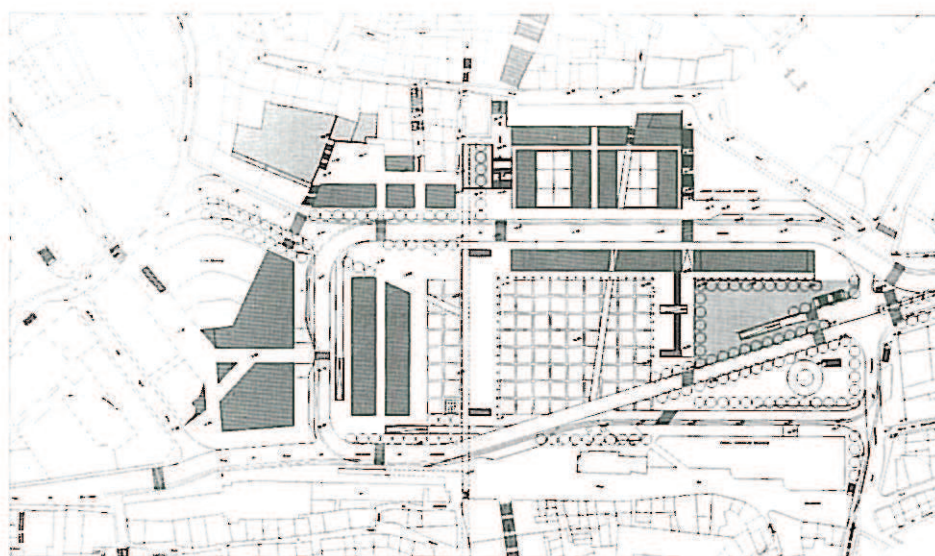
Cenário C

Habitação	13.600 m ²
Hotel	7.040 m ²
	56,3% - 20.640 m ²
Comércio	6.590 m ²
Serviços	9.390 m ²
	43,7% - 15.980 m ²
Total	36.620 m ²
Estacionamento Público	14.040 m ² / 510 lugares
Estacionamento Reservado	18.700 m ² / 645 lugares

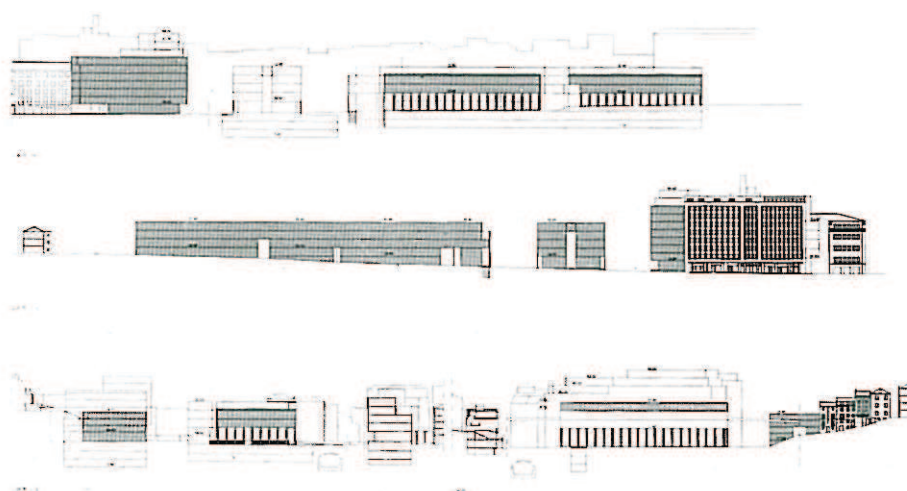
Na vigência do Plano anterior foram construídos ou comprometidos cerca de 31.300 m², incluindo a expansão do hotel Mundial, escritórios, comércio e estacionamento automóvel em cave (176 lugares no hotel). Os cenários que se apresentam privilegiam o "objectivo habitação" que, graças à flexibilidade das soluções sugeridas, poderá ainda ser reforçada, potenciando o retorno desta função e da população jovem à Baixa - nomeadamente pela implantação de residências para estudantes - , deste modo se possibilitando uma última oportunidade de alteração profunda do tecido urbano-social do centro da cidade antiga.



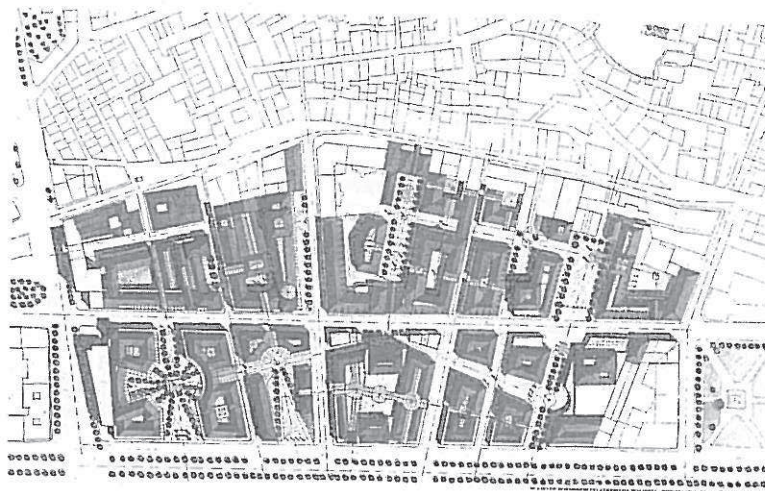
Cenário C - Implantação, Piso Térreo



Cenário C - Volumes



Cenário C - Cortes



Augusto Vasco Costa

Plano de Pormenor para o Aterro da Boavista

Algumas sugestões à escala da Rua, da Praça e do Bairro

Neste findar de século, crescem as justificadas preocupações e intensões de preservar, recuperar, os espaços urbanos consolidados ao longo de muitos anos e gerações e que caracterizam, identificam as próprias cidades.

Estas intensões e preocupações estão bem expressas no novo Plano Director Municipal de Lisboa, de que se salientam três objectivos principais:

- projectar à dimensão do homem, à escala da rua, da praça e do bairro,
- virar a Cidade ao Rio,
- promover o debate e a produção de ideias sobre o futuro de Lisboa.

Este Plano Director poderá assim ficar como um marco histórico da Cidade.

Se for, efectivamente, cumprido, a actual Administração Municipal será lembrada como quem conseguiu parar com a actual forma de construir e de destruir Lisboa e incentivou, promoveu, o seu ressurgimento à escala do seu histórico património e das suas genuínas características alfacinhas.

Motivado por estes Objectivos, com os quais vivamente se concorda e como lisboeta, arquitecto, proprietário e trabalhador no Aterro da Boavista, apresentam-se cinco sugestões a integrar no Plano de Pormenor do Aterro da Boavista realizado pelo Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico.

Pretende-se assim, ir ao encontro do desejado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Dr. Jorge Sampaio, em Novembro de 93, quando da apresentação pública do novo P.D.M. - que ao visitarmos a exposição do novo P.D.M. não fosse apenas "para olhar, mas para dar opinião. Dizer da sua (nossa) justiça".

Com estas sugestões, não se pretende a aprovação de mais metros quadrados de construção.

Pretende-se sim, com o mesmo índice de construção - 2.31, valorizar qualitativamente a zona, integrando-a claramente nos Objectivos bem definidos no novo P.D.M. designadamente, no "projectar à escala humana" e de "virar a Cidade ao rio".

Efectivamente, muito embora o Plano de Pormenor apresentado para o "Aterro da Boavista" diga pretender "cozer" as situações dissonantes e sustentar a sua multiplicação, para a zona, caracterizada por edifícios mais baixos, de menores volumetrias e coberturas em telha cerâmica, propõe edifícios com dimensões, alturas e volumetrias semelhantes a essas situações "dissonantes" e com o mesmo tipo de coberturas em terraço.

Seria preferível, se não houvesse forma de integrar essas dissonâncias (mas há!), deixá-las como pontos singulares no Plano, nunca multiplicar essas anomalias.

Estes novos edifícios e quarteirões serão novas "barreiras" que separam ainda mais o Rio dos Bairros Históricos que envolvem esta zona e que se estendem pelas encostas envolventes - Madragoa, Poço dos Negros, Poiais de S. Bento, Bica, St^a. Catarina.

Neste momento já foram aprovadas as Normas Provisórias, muito embora não tenha sido realizado o prometido Debate Público.

Será a altura, antes das conclusões e aprovações finais, integrar o máximo de sugestões que valorizem o sítio, para que, como todos pretendemos, o Aterro da Boavista seja um bairro de Lisboa "onde se possa (e apeteça) viver, trabalhar e investir".

Ficarão estas sugestões arquivadas na história dos Utopistas que pretendiam fazer de Lisboa, uma cidade melhor?

Lisboa continuará a desaparecer?

Estou certo que não, ainda vamos a tempo com o forte apoio da Câmara Municipal.

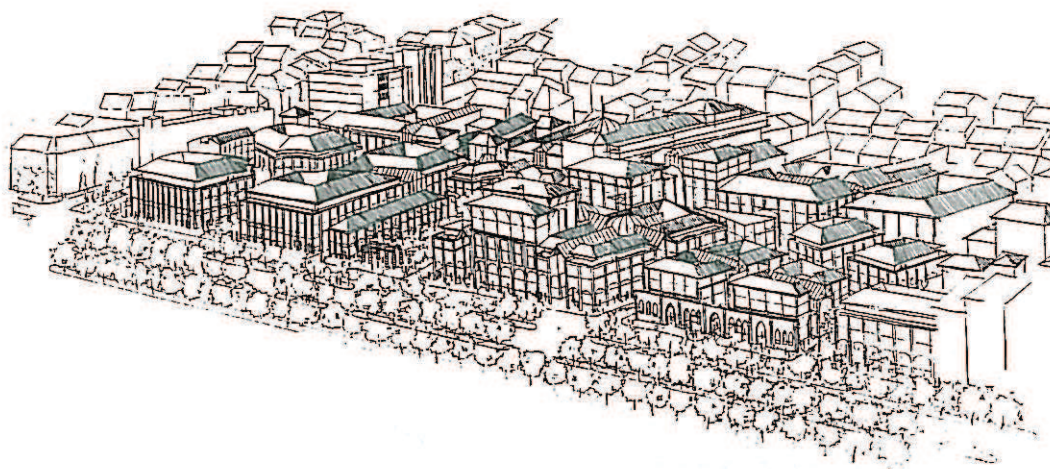
Que esta Direcção Municipal fique na História como a que, finalmente, conseguiu melhorar a nossa qualidade de vida e conseguiu o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Doutor Jorge Sampaio por tanto tem lutado e trabalhado: que "Lisboa nos desperte orgulho".

Os beneficiados seremos todos nós.

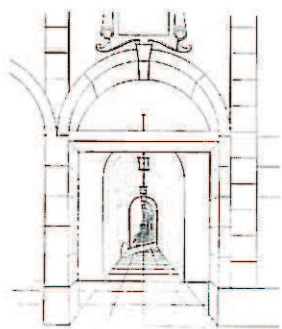
Pretendem exemplificar o que fortemente se deseja para o Aterro da Boavista e Lisboa:

Que se projecte sem complexos de modernidade, complexidade ou originalidade, mas de forma actual, tirando-se partido do verdadeiro progresso, das novas tecnologias, mas sempre respeitando a Cidade e a sua população.

Nota: Os desenhos apresentados foram retirados do dossier que reúne as sugestões feitas pelo autor ao Plano de Pormenor do "Aterro da Boavista".



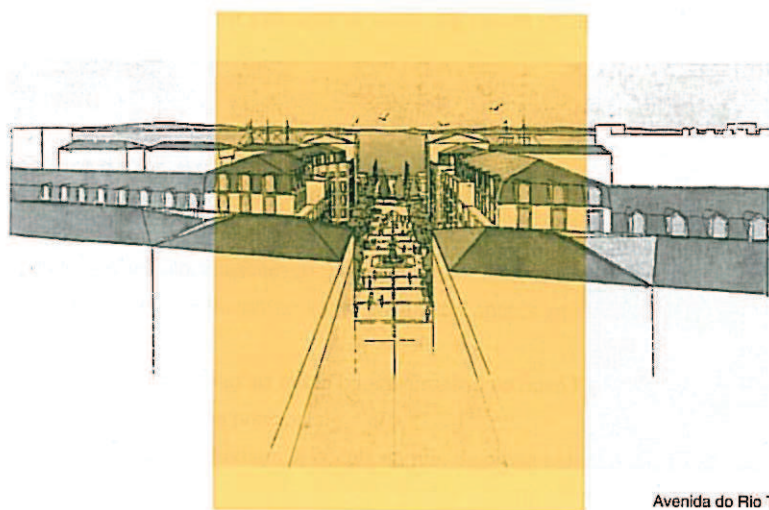
Aterro da Boavista



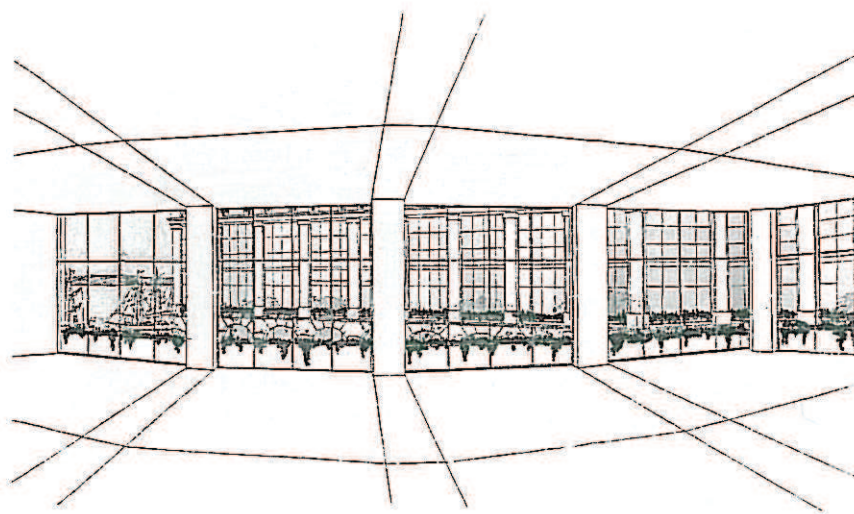
Galeria em direcção ao rio



Galerie Vivienne - Paris



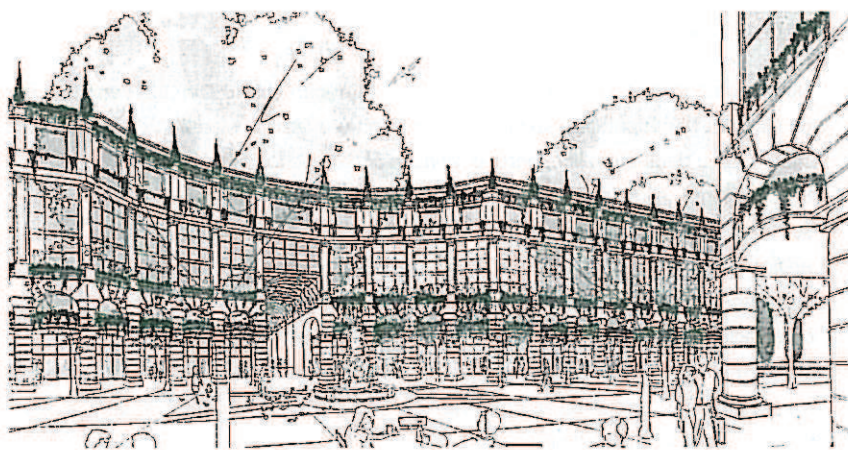
Avenida do Rio Tejo



Escritório na Praça do Rio



Pátio interior



Praça do Rio



Memórias



Memórias

Augusto Vasco Costa
e Fazer
do Martim Moniz?

No passado mês de Junho, a EPUL, em colaboração com o Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa, apresentou para o Martim Moniz, "três cenários" convidando-nos a participar no seu debate público, porque *"afinal a cidade de todos nós"*.

Muito embora, se aplauda a iniciativa e se concorde totalmente com as intenções, designadamente com a sua *"ideia forte"*, de *"integração nas áreas históricas envolventes"*, através da *"escala harmoniosa com o edificado das colinas"* e na importância da *"ligação ao centro da Cidade"*, na verdade, o que se vê nos desenhos expostos, é propor-se, exactamente, o contrário - grandes quarteirões ou extensões excessivas de edifícios monocórdicos, coberturas em terraço, o carro com prioridade sobre o peão.

Isto é, quando se fala, tanto, nos edifícios recentemente construídos no Martim Moniz, como de verdadeiras *"aberrações"* e quando se pensaria que se iria propor a sua total *"camuflagem"*, o que se vê desenhado, é a sua estranha multiplicação.

Dir-se-á, como noutras ocasiões, que não será assim, porque *"o desenho proposto é uma mera indicação e não traduz o que há-de ser aplicado"* e que, *"a responsabilidade quanto à qualidade dos novos edifícios cabe aos arquitectos que futuramente os projectem"*, ao que, se continuará a responder, transcrevendo um parágrafo do arq^{te} José Lamas, sobre o Pozor, *"A arquitectura não tem capacidade redentora se não for suportada por um adequado urbanismo"*.

É que, ao propõem:

- 1 edifícios com dimensões e coberturas em terraço, que mais se assemelham às denunciadas *"aberrações"*, já construídas, e que nada têm a ver com o casario histórico envolvente,
- 2 para *"optimização da fluidez do tráfego"*, multiplicarem o atravessamento dos espaços públicos, pelos automóveis (e depois a culpa dos atropelamentos é do peão e de quem guia, porque não iam com atenção...),
- 3 para um discutível *"tamponamento a Sul"*, desenharem edifícios, que são autênticas barreiras de cimento, a cortarem a desejada ligação estrutural do Martim Moniz à Baixa, fica-se, perplexo e estupefacto, porque, o que na realidade se pretende, como expressamente referido pela EPUL é a *"integração nas áreas históricas envolventes"* e *"ligação ao centro da Cidade"*. Assim, o que se tem de fazer é, simplesmente, seguir, coerentemente as ideias e preocupações bem expressas pela Câmara e pela EPUL e salientar as memórias e ex-libris locais, isto é, tirar-se "partido" do sítio:
- 1 Ligando, o Norte com o Sul - a Cidade Nova/Almirante Reis, com a Baixa Pombalina - através do Martim Moniz, por um percurso, contínuo, claro e linear, tendo a Nascente, a Cidade Medieval/Mouraria e a Poente, a Pré-Pombalina/Sant'Ana.
- 2 Reduzindo as frentes edificadas excessivas, "cortando-as" com os "enfiamentos" existentes e os propostos.
- 3 "Amortecendo", o mais possível, o impacto negativo dos três edifícios recentemente construídos, através da construção, em paralelo, de edifícios de menor porte e de melhor qualidade.
- 4 Renascendo os "ex-libris" do sítio, a Capela da Senhora da Saúde, a encosta da Mouraria (com o Castelo no alto), a muralha Fernandina (simbolicamente), enquadrando-os numa "verdadeira" Praça do Martim Moniz.
- 5 Projectando edifícios com cobertura em telha, como os existentes em toda a sua envolvente histórica, que se pretende respeitar e se integrar.

- 6 Fazendo, a circulação automóvel, e entradas para o seu estacionamento, pelo exterior dos Espaços Públicos, (nunca devendo os automóveis entrar e devassar a Praça).

Por fim, que se projectam edifícios, de formas simples, de esquerdo / direito, e de pequeno porte, o que permitirá:

- maior faseamento, logo menor investimento, maior facilidade de construção e de venda,
- poucos condóminos por prédio, o que facilitará um melhor conhecimento mútuo, menos problemas.

E, que se incentive a utilização, flexível e diversificada em cada edifício, para que resulte numa ocupação, vigilância e segurança, 24 horas/dia.

Como nota final, que fique bem claro, que o respeito pela Cidade e pelas suas Memórias, não poderá significar que *"vamos imitar o antigo"*.

É esse o repto que se faz a nós, arquitectos.

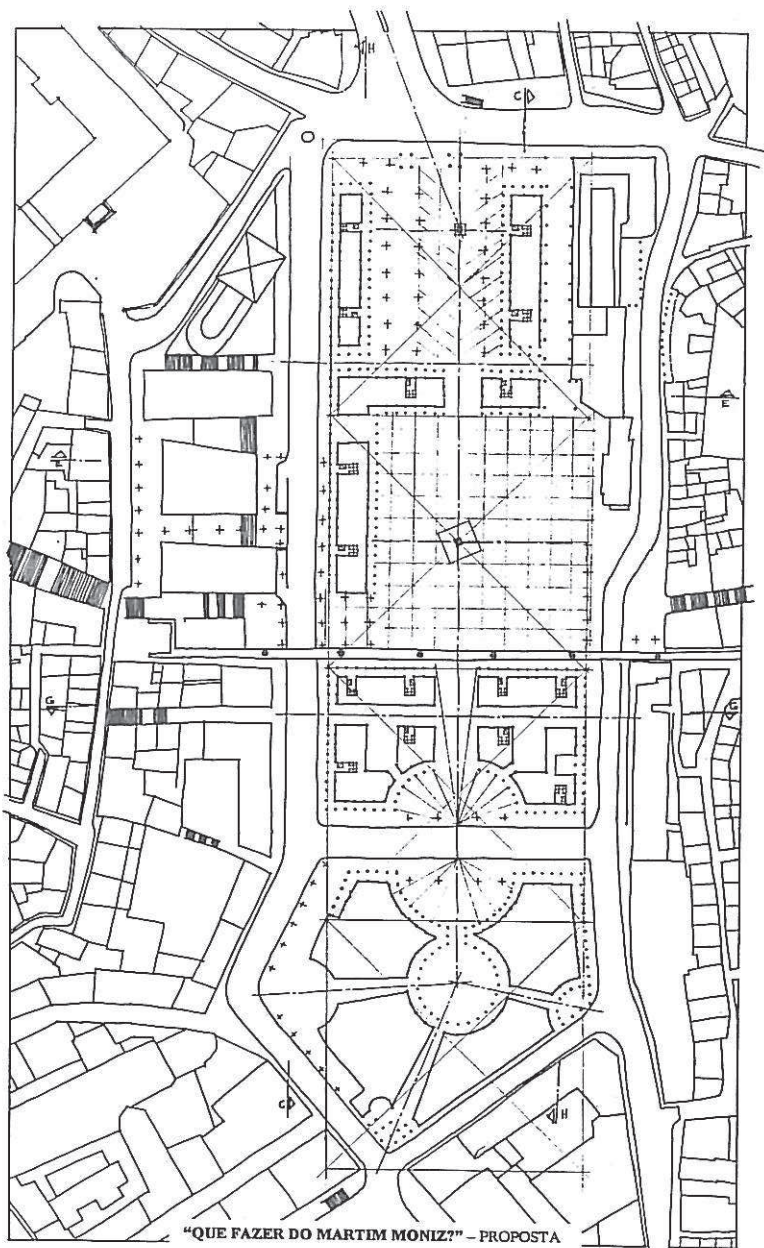
Sem complexos de originalidade ou complexidades, que projectemos actual, de formas simples, tirando partido do verdadeiro progresso, das novas tecnologias e materiais, mas sempre, sempre respeitando a Cidade, a sua escala humana, a sua população.

Como dizia Mega Ferreira, há anos no semanário "Expresso".

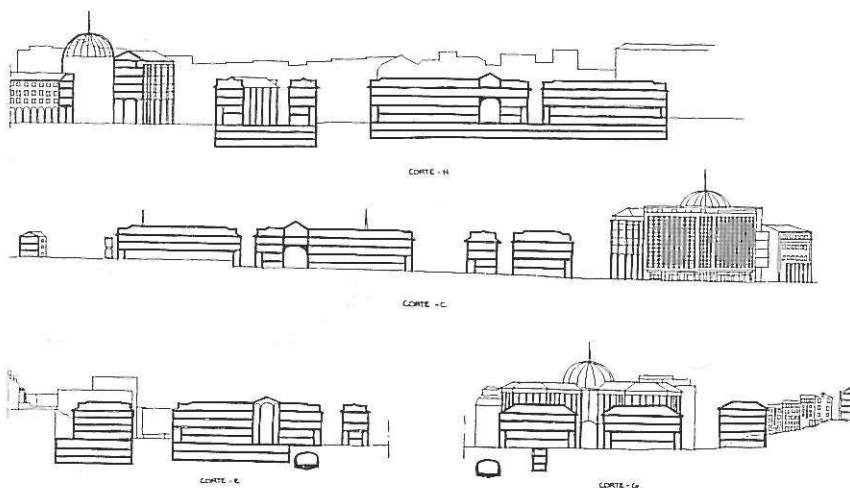
"Architectes étonnez-nous!".

Os beneficiados seremos todos nós.

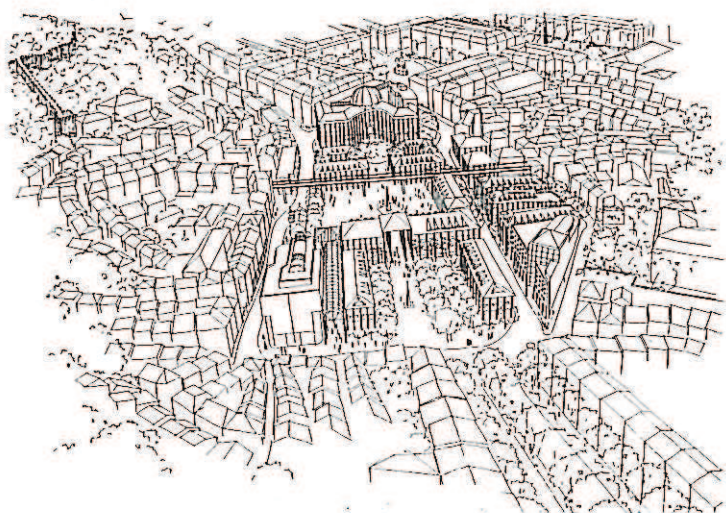




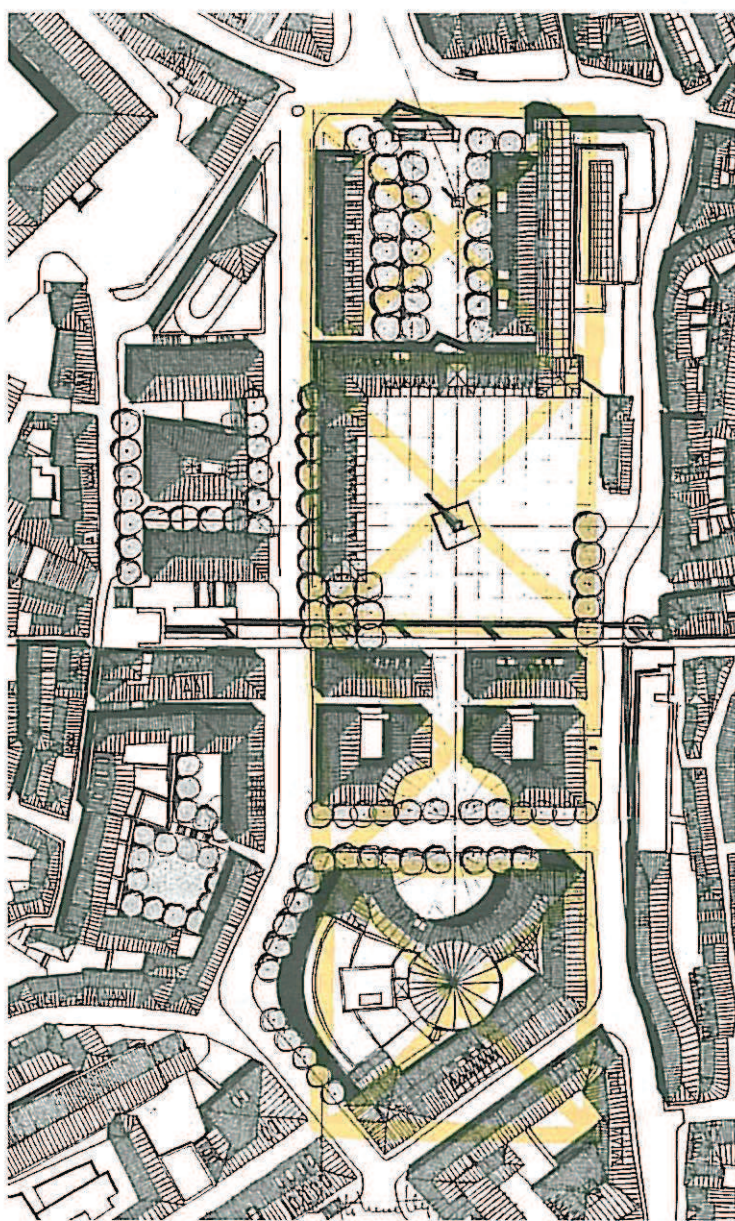
Piso Térreo



Cortes



Perspectiva Aérea - Vista do Martim Moniz a partir da Almirante Reis



Planta de Cobertura

Vasco Mascapina

Lisboa e o interesse público

A Natureza, a História e o Espaço contribuem para a formação da "paisagem global" do planeta. Os direitos ao espaço construído e ao Sol, ao trabalho, ao alojamento e ao equipamento, à livre circulação e ao lazer, continuam a ser direitos por cumprir na nossa "casa comum".

A Arquitectura é de interesse público

A história da Arquitectura e do Urbanismo modernos, é uma história de conflitos entre teorias e modelos. Os arquitectos andaram muito tempo a querer fazer arquitectura comum para o Homem Ideal (o homem novo da revolução), em vez de fazerem a arquitectura ideal para o homem comum. Afinal as mudanças que se operaram nos últimos tempos, atingiram em cheio e fulminaram os conceitos ou verdades "feitas" a que estávamos habituados: não somos cidadãos de pleno emprego, nem a família tradicional é já a base da estrutura da sociedade. No decurso da década de 70 começaram a surgir as dúvidas quanto à eficácia de uma planificação institucionalizada, o que conduziu a que na década seguinte - anos 80 - o poder público, não só em Portugal, mas sobretudo na Europa, procedesse a uma completa revisão dos sistemas de planeamento físico, adoptando medidas legislativas e regulamentares, onde a ecologia urbana é considerada como um domínio interdisciplinar, exigindo-se estratégias claras quanto às migrações, aos transportes, à utilização do solo, à forma urbana e ao consumo de energia. Neste quadro, a Arquitectura continua - inevitavelmente - a ser a expressão cultural de vários interesses económicos, que na maioria dos casos se sobrepõem ao interesse público.

O sistema gera um círculo vicioso, só resolúvel pela inversão do modelo: os desequilíbrios económicos entre o "centro" e a "periferia", acentuam processos de sub-urbanização, que aumentam os factores de degradação geradores de marginalidade e insegurança, e assim sucessivamente. As cidades carecem assim, cada vez mais, de investimentos qualificadores, sendo impossível que isoladamente reduzam os factores de degeneração que sobre elas actuam. A cidade que criámos, concentra e reúne, do mesmo modo que segrega e exclui.

As cidades europeias estão, assim, doentes: grande dimensão, congestão de funções, falta de recursos, decadência ambiental, marginalidade e insegurança, são as causas da falta de qualidade de vida, a que se acrescentam o desemprego e a falta de abrigo. Como se não bastasse!

Uma nova prática de planeamento é (foi) urgente; aquela que leve em consideração, por um lado a *forma da cidade*, mas por outro a sua *complexidade*. Gerimos cidades em mudança constante, territórios de vários conflitos, cercados de ambições.

A C.M.L., os Planos e os Arquitectos

Estas são razões bastantes para reflectirmos sobre o que a Câmara Municipal de Lisboa produziu, em matéria de planeamento, isto é, de instrumentos da administração que promovam o "desenvolvimento durável" da cidade.

Sabemos que existe o Plano Estratégico, que propõe Lisboa como "Capital Atlântica da Europa", cenário ideal da integração global, utopia que precede a realidade, busca de nova ideologia. Indispensável que cada cidade tenha o seu plano estratégico, comprova-o o diploma do Governo ainda de Cavaco Silva, que instituiu mais esta figura de plano. Lisboa antecipou-se, ainda bem; está por decidir o Plano Regional da Área Metropolitana, mas isso, para nosso mal, não diz apenas respeito, nem depende, só de Lisboa. Entretanto, Ricardo Petrella, filósofo, elegeu Lisboa como "cidade da História em trânsito para o futuro"; por isso a Agência Ambelis, organismo implementado pela C.M.L., é outro instrumento que os lisboetas devem conhecer, já que essa agência assinou com a C.M.L., um acordo para o desenvolvimento de projectos que possam contribuir para tornar Lisboa mais competitiva no contexto internacional, com uma estratégia onde se inserem projectos urbanos, tais como o do espaço envolvente das Amoreiras, a reabilitação da Boavista, a conversão industrial de Alcântara, o Centro Terciário do Cais do Sodré, os projectos

de reabilitação urbana, o programa PERU, o pólo tecnológico de Chelas, o Campus Universitário, as Novas Portas de Algés, o Museu da Standard Eléctrica, as empresas de parques de estacionamento da cidade, o Instituto Internacional para o diálogo universal dos povos, raças e culturas, a promoção e animação da Baixa e do Chiado, o enterramento das vias ferroviária e rodoviária na zona monumental de Belém, etc., etc.. Conjunto de acções de modernização da cidade (e não falamos na EXPO 98 - projecto nacional), sustentados económica e financeiramente pelos accionistas da agência: Câmara e EPUL, AIP, CCL, Banca, Seguros, etc..

Especial realce merecem os planos e projectos desenvolvidos por equipas de arquitectos, numa acção coordenada pela urbanista Teresa Craveiro, cuja importância, pela dimensão das áreas e verbas dispendidas, convém registar:

- Plano de Urbanização e Planos de Pormenor da Avenida da Liberdade, arquitecto Manuel Fernandes de Sá, adjudicado por 73.000 contos, área de 94 ha.
- Plano de Urbanização e Planos de Pormenor do Vale de Alcântara, Hidrotécnica Portuguesa, 89.000 contos, para uma área de 155 ha.
- Plano de Pormenor Bartolomeu Dias, arquitecto Manuel Bastos, 4.000 contos e 10,3 ha.
- Plano de Pormenor de Pedrouços, arquitecto Vasco Massapina, 28.000 contos e 20 ha.
- Plano de Pormenor do Aterro da Boavista, engenheiro António Lamas e arquitecto Alexandre Bráz Mimoso, 37.500 contos e 15 ha.
- Plano de Pormenor da Praça de Espanha, arquitecto Siza Vieira, 39.000 contos para 14 ha.
- Plano de Pormenor de Benfica, arquitecto Pedro George, 8.000 contos, 113 ha.
- Plano de Pormenor da Zona Envolvente do Palácio da Ajuda, adjudicado por 27.000 contos ao arquitecto Gonçalo Byrne, para uma área de 24 ha.
- Plano de Pormenor da Área da Azinhaga das Galhardas, na Estrada da Luz, arquitecto Braula Reis, 9.500 contos, 70 ha.
- Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa, arquitecto Siza Vieira, 20.000 contos e 16 ha.
- Plano de Pormenor da Garagem Militar, arquitecto José Lamas, 2.800 contos, 5 ha.
- Plano de Urbanização da Zona Ocidental, arquitecto Pedro George, 6.900 contos, 600 ha.

Aos Planos de Urbanização acrescentamos as "Operações de Qualificação do Espaço Público" que foram lançadas:

- Lumiar, arquitecto Rui Barreiros Duarte, 2.600 contos.
- Sapadores, arquitecto Alberto Souza Oliveira, 14.000 contos.
- Avenidas Novas, arquitecto Egas José Vieira, 8.700 contos.
- Capela de Santo Amaro, arquitecto paisagista Sidónio Pardal, 2.300 contos.

Finalmente, outros planos foram desenvolvidos, como o do Chiado, Alto do Parque, Parque Periférico (com intervenção do arquitecto paisagista Gonçalo R. Telles), Amoreiras, Estrela/Santo Ildefonso, Cruzeiro/Rio Seco, Chelas, Alto do Lumiar, Universidade Técnica de Lisboa, e a recente "revisão" do Martim Moniz, pela EPUL (arquitecto Augusto Pita).

A reestruturação municipal, a oposição e o interesse público

Este esforço de planeamento, foi duramente criticado (tem sido...) por elementos da oposição na Câmara Municipal (PSD), com destaque para o engenheiro Macário Correia que acusa a coligação de favorecer "amigos políticos", de "incapacidade para proceder a uma verdadeira reestruturação do aparelho camarário", e de realizar estudos e planos "que custam um dinheirão", para "alimentar uma clientela de alegados técnicos e intelectuais de esquerda". Não tem razão o PSD alfacinha ao fazer esta crítica, na falta de melhores ideias; ao contrário do que afirmam, a *reestruturação municipal é o corolário lógico de uma acção de seis anos*, inédita na C.M.L., e ao serviço do interesse público. É que o planeamento, à esquerda ou à direita, sempre vai tornando as coisas mais transparentes... Por muito que custe à oposição laranja, o departamento liderado pelo urbanista Fonseca Ferreira, produziu obra e planeou, coisa que a C.M.L. não fazia desde o tempo de Faria da Costa, isto é, desde os anos cinquentas! Corolário lógico ainda, porque concluído o Plano Director, é fundamental estabelecer a *ligação orgânica entre a estratégia e o urbanismo*, esta segunda actividade assegurada pela Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística, que com a Direcção Municipal de Planeamento Estratégico complementam as acções, com a vantagem de se manter presente a estratégia; uma nova prática de planeamento, suportada pela cultura urbana sólida dos seus protagonistas, está implementada.

Não se percebe por isso, que o grupo oposicionista municipal, liderado pelo engenheiro Macário Correia, dê tão inócuo combate à realização dos planos, quando a sua acção enquanto Secretário de Estado, se subordinou à mesma prática: lembro vários confrontos institucionais, que me dispense de mencionar, onde impôs e bem, a tendência do planeamento. Só se entende a oposição, ao nível partidário, pela "obrigação" de votar contra; mas mais valia assumir isso mesmo, do que "insultar" quem colocou o seu saber, obviamente remunerado, ao serviço da C.M.L.. Esta merecia melhor oposição.

Porque o interesse público é o que deve determinar a actividade política, e é o interesse de determinada comunidade, num certo local e tempo, a coligação maioritária na C.M.L. conseguiu ao nível do planeamento, aproximar-se da modernidade, e entender no plano teórico - pelo menos - a urgente necessidade do estabelecimento das bases para uma política pública da Arquitectura e do Urbanismo.

Mas se o balanço da actividade da C.M.L. pode e deve ser considerado positivo ao nível do planeamento, muito está por fazer pela Câmara, enquanto entidade que deve ser promotora da Obra Pública de Arquitectura

Espera-se que o novo presidente Dr. João Soares, tenha ganas de fazer melhor.



João Appleton

Razões e princípios

para a preservação da Baixa Pombalina

- 1 A discussão acerca dos princípios e metodologias para a revitalização da Baixa Pombalina deve partir da tentativa de resposta a três grandes questões, as quais são:
 - i) Porquê preservar a Baixa?
 - ii) O que preservar na Baixa?
 - iii) Como preservar a Baixa?
- 2 As respostas não são simples, mas a sua simples formulação conjunta pressupõe, desde logo, que se aceite uma forma (indeterminada) de preservação, ou seja, significa que haverá unanimidade em relação à rejeição de uma hipótese, mesmo que meramente académica, de eliminação dessa zona da cidade antiga.
- 3 A justificação para a preservação da Baixa Pombalina tem de ser baseada no conhecimento do processo técnico, político e económico que esteve na sua origem, forma prática e simples de entender a grandeza de quem foi capaz de conceber e refinar uma intervenção inovadora e urbanisticamente revolucionária, que apenas a pequenez do País impediu de ser reconhecida na Europa culta e desenvolvida.
- 4 Mesmo admitindo que a ambição pessoal, com forte incidência de materialismo puro, do futuro Marquês de Pombal tenha sido um dos motores do processo de reconstrução, na forma que assumiu (reconstruir onde e como, porque não em terrenos do próprio Pombal?), nem mesmo assim pode ser desmerecida uma concepção e uma acção que ficam como marco de rara grandeza da História de Portugal após os idos de 500.
- 5 É possível que o Marquês tenha manipulado os "seus" arquitectos/engenheiros, mas se fosse simplesmente essa a sua intenção, porque razão seria escolhida a veneranda e muito prestigiada figura do engenheiro-mor, Manuel da Maia? E como aceitar que tenha tido outra autoria que não a do próprio o conjunto das três dissertações com que, passo a passo, Manuel da Maia chegou às grandes linhas da proposta que foi executada e (estranhamente para um povo tão dado ao improvisado) acatada durante o longuíssimo período de gestação?
- 6 Importante, e valorizador de todo o processo, é recordar que Portugal era, no terceiro quartel do século XVIII, um País provinciano e culturalmente atrasado, quase isolado de uma Europa que o desconhecia ou o escarnecia. Ainda mais, com o terramoto, perderam-se bibliotecas e outros saberes, a ponto de o próprio Manuel da Maia se lastimar da ausência dos seus livros de arquitectura.
- 7 Significa isso que o engenheiro-mor, certamente apoiado nos seus mais directos colaboradores (Eugénio

dos Santos, antes de todos, Gualter da Fonseca, os Poppe - pai e filho -, mais tarde e a contragosto, Carlos Mardel), partiu para a reconstrução de mãos vazias mas com a sua enorme experiência. Ao longo das três dissertações, particularmente nas duas primeiras, quase se sente o lento caminhar do mestre através das sombras, antevendo medos e reservas, formulando hipóteses para logo as afastar, mas com tão grande sabedoria que tudo parece claro, de tal modo que, antes mesmo de apresentar as suas conclusões, o leitor já as tirou e, "curiosamente", são inevitavelmente coincidentes com a do Mestre, ou seja, com o Marquês, através do Duque de Lafões.

- 8 Mas, se tudo parece definir-se a partir do raciocínio científico e empírico de Manuel da Maia, também não restam dúvidas para o exercício da liberdade criativa dos arquitectos mais envolvidos no processo, resultando a escolha do plano de Eugénio dos Santos como a mais natural, mesmo à luz dos conceitos modernos de urbanismo.
- 9 O brilhantismo da solução urbanística parece assim indiscutível, ou seja, ela é em si mesma, uma justificação para a preservação da Baixa, como ex-libris de toda a intervenção de reconstrução.
- 10 Mas a solução projectada para a Baixa não é apenas o traçado das ruas; a visualização dos alçados desenhados ainda por Eugénio dos Santos, a que se deve acrescentar a minúcia com que se impõem hierarquias, até no formato das cantarias, ou na discriminação dos andares nobres, evidenciam com nitidez que os edifícios, ou melhor, os quarteirões vistos como um só edifício, compartilham do esforço colocado no projecto da Baixa.
- 11 Na altura dos edifícios foi Manuel da Maia vencido, ele que se bateu (mas ter-se-á mesmo batido?), desde o início pela sua limitação a dois andares elevados que afinal passaram a três e mais um de mansardas. Mas mesmo aí não parece ver-se a manha da raposa, do político (Maia ou Pombal?) que oferece dois para aceitar três ou mesmo quatro?
- 12 Cada quarteirão da Baixa faz parte do imaginário Lisboaeta, a tranquilidade algo melancólica e pobre das fachadas evidencia as grandes opções políticas da época: a Baixa é a nova cidade burguesa, a construir em época de crise - a Nobreza afastou-se do sítio -, segundo normas de simplicidade e rigor de quem não pode desperdiçar em luxos.
- 13 Essa simplicidade quase arrogante é em si mesma motivo de orgulho de quem só gasta o que pode, sem as ostentações falidas da fidalguia arruinada que, mesmo perdidos os anéis com o terramoto, continuou a esbanjar até à derrocada, gastando os dedos que já não tinha.
- 14 Por isso mesmo, ninguém contesta, aquelas fachadas são património a preservar, embora sucessivos desconcertos promovidos por tanta gente culta, desde tão cedo, façam duvidar dessa evidência.
- 15 Dirão alguns que termina aqui a Baixa pombalina, uma vez que nada mais existe de herança escrita que os seus autores tenham entendido merecedor de estabelecer com o mesmo rigor com que foram cuidados os traçados e os alçados.
- 16 No entanto, o aprofundamento do conhecimento acerca das características construtivas dos edifícios é igualmente merecedor de particular atenção a que se seguirá um sentimento de crescente admiração.
- 17 A regularidade estrutural, permitida pela geometria dos lotes e facilitada pela rigorosa localização central da caixa de escadas, é complementada por uma notável "gaiola" de madeira que reforça a alvenaria de pedra irregular e de tijolo.
- 18 Não se conhece a origem da gaiola, que Carlos Mardel terá reivindicado, mas sabe-se do uso de estruturas semelhantes na construção pré-pombalina lisboeta, tal como estão registadas soluções similares na construção de diversos países europeus. Parece excessivo pretender localizar naquela época tão conturbada uma "descoberta" ou "invento" de uma solução construtiva inteiramente nova; a tradição construtiva, a lentíssima evolução nesta "arte" desmentem essa possibilidade.
- 19 Apesar disso, a construção pombalina apresenta características francamente inovadoras e que estão para a engenharia como a malha urbana da Baixa está para os urbanistas; o rigor da construção permite a existência de uma estrutura modulada, em que se repetem até à exaustão os mesmos elementos construtivos, desde as cantarias aos azulejos, passando pelas estruturas da gaiola e pelos elementos de caixilharia e de serralharia.
- 20 Não é possível que tão grande rigor, quase excessivo, tenha sido fruto do acaso; a pré-fabricação foi tornada possível por esse rigor e a pré-fabricação foi, na Baixa, uma imposição de racionalidade e economia e, se não foi original, não há notícia de aplicação a uma tão grande escala, mesmo tendo em conta a dilatação no tempo de todo o processo de construção.
- 21 Toda a tecnologia construtiva e o produto final que dela resulta, gerando edifícios com uma notável estrutura "anti-sísmica", é hoje merecedora de profunda admiração; basta pensar que, se agora, com os conhecimentos disponíveis, se desejasse projectar edifícios com estruturas de alvenaria e madeira, dificilmente

se conseguiria atingir solução mais perfeita e adequada aos fins em vista.

- 22 Pelo exposto, não parece difícil transmitir a ideia de que a preservação da Baixa passa também pela preservação da identidade construtiva dos seus edifícios, precisamente na medida em que são testemunhos ainda vivos (mas tão maltratados) da argúcia de uma geração excepcional de arquitectos, engenheiros e construtores.
- 23 A preservação da Baixa, entendida assim no seu todo, é portanto, entre outras coisas, a melhor homenagem a quem empreendeu, com tanto mérito, uma tarefa tão grandiosa, sem a hipocrisia que leva à construção de estátuas e bustos ou à designação de praças, ruas e becos.
- 24 Explicado o porquê da necessidade de preservar ficou quase esclarecido também o que se entende dever ser preservado. Na verdade, toda a argumentação anterior assenta na compreensão de uma realidade global que faz sentido preservar globalmente.
- 25 Se a preservação da unidade urbanística é ponto assente, como o será também a necessidade de manter pelo menos a aparência exterior das ruas, quarteirões e edifícios, pode ser menos consensual a lógica de preservação das próprias construções.
- 26 Contra essa possibilidade levantar-se-á a voz daqueles que dirão tratar-se de edifícios velhos e decrepitos, pouco funcionais e inseguros (malditas estruturas de madeira dos edifícios pombalinos que apodrecem e ardem...), não valendo por isso o risco e o investimento para a sua reabilitação.
- 27 A favor da conservação e até da recuperação da unidade construtiva de edifícios e quarteirões pronunciar-se-ão aqueles que entendem a clara relação entre os edifícios e as soluções construtivas, entre os 4 andares que Manuel da Maia "teve" de aceitar e a gaiola de madeira que reforça e complementa as alvenarias.
- 28 As soluções construtivas são tão intrinsecamente pombalinas como as fachadas e as ruas, tão evidente é nelas o esforço de racionalização e de rigor, o apelo à produção industrial da construção de edifícios em termos tão actuais; ao ritmo austero das fachadas corresponde o mesmo ritmo das cruzes de Santo André nas paredes de frontal, todos marcados pela aplicação rigorosa daqueles princípios, com uma força tão original que 100 anos mais tarde, longe da vivência do horror, as mesmas técnicas continuavam a ser aplicadas, mesmo quando mudaram as regras urbanísticas e à medida que se alteravam as regras e estilos arquitectónicos.
- 29 Neste sentido, o estilo pombalino é ainda mais construtivo do que arquitectónico e urbanístico; por isso deve ser respeitado e, sempre que possível conservado.
- 30 Dir-se-á então que se deve preservar tudo o que for preservável, sem fundamentalismos mas também sem cedências; por exemplo, não se propõe a reconstituição das ruas, quarteirões e edifícios, na forma como foram concebidos a partir de 1756, até porque entretanto surgiram novas intervenções arquitectónicas de inegável significado inseridas na malha da Baixa.
- 31 Pelo contrário, não repugnará propôr a eliminação de muitas excrescências acrescentadas aos edifícios, perturbadoras do equilíbrio dos quarteirões e do próprio Rossio.
- 32 Do mesmo modo, parecerá razoável criar regras de ordenamento para a fantasia de mau gosto que se instalou na Baixa, em montras, toldos, cartazes publicitários, etc., ou, ainda, (porque não?) pôr termo às agressões mais bárbaras cometidas em fachadas e interiores de lojas, em intervenções tão desvirtuadoras quanto inseguras.
- 33 Entende-se, portanto, que a palavra de ordem deve ser preservar e recuperar, interrompendo definitivamente o ciclo das grandes e pequenas agressões mas indo mais longe na eliminação das barbaridades entretanto praticadas.
- 34 Evidentemente, existem casos de óbvio melindre e de resolução muito complexa, como sucede com os edifícios ampliados em altura (um, dois ou três pisos acima do original) e com as intervenções profundas que conduziram à destruição da estrutura pombalina, no rés-do-chão (caso das lojas) ou em todo o edifício (caso de bancos e similares). São situações a analisar caso a caso, com a particular atenção que merecem os edifícios mais problemáticos, isto é, aqueles em que as ampliações não foram acompanhadas de convenientes operações de reforço.
- 35 A intervenção na Baixa apresenta-se como uma tarefa gigantesca, quase da dimensão daquela que enfrentaram os arquitectos-heróis do século XVIII, para a qual é necessário o empenhamento geral, transcendendo em muito a capacidade da Câmara Municipal de Lisboa.
- 36 Não se negará a importância dos aspectos económicos de qualquer intervenção que possa ser empreendida, pois uma operação de tal dimensão corre o risco de não se compadecer com ideias de património e cultura; já foi assim quando da reconstrução, mas agora como então há que procurar o equilíbrio entre o desejável (será que existe e alguém sabe?) e o possível.

- 37 O desafio que se coloca equivale à discussão do século XVIII acerca da largura das ruas ou da altura dos edifícios, agora sob a forma de novas ampliações em altura, de construção de caves, de demolições dos interiores, etc. Agora, como então, há que ter uma ideia para a Baixa, acreditar nela com convicção, discutir e talvez ceder, mas apenas em pontos não essenciais.
- 38 Há que ser ambicioso nas propostas, não esquecendo a argumentação com que Manuel da Maia apoiava a sua proposta de limitação da altura dos edifícios (vencido pela pressão de proprietários e investidores, mas o que teria acontecido se a proposta inicial tivesse apontado para os tais quatro andares?), ou a forma arguta mas dura com que foram impostas as larguras das ruas, mesmo à custa desses investidores e proprietários (mas com "falas mansas", evidenciando as indiscutíveis vantagens das soluções propostas).
- 39 Ao contrário do que sucedeu com a construção da Baixa, as soluções de intervenção não podem subordinar-se a receitas tipificadas, dada a grande diversidade actual de situações que se podem enfrentar.
- 40 Em primeiro lugar é necessário acentuar, com humildade, que se sabe muito pouco sobre a Baixa e que, portanto, o primeiro passo é aumentar esse conhecimento; admite-se que se está caminhando nesse sentido. Entretanto, esse relativo desconhecimento não pode ser pretexto para o imobilismo do tipo "deixa estar como está até se saber tudo sobre o assunto".
- 41 Admite-se que as questões de segurança possam constituir a primeira preocupação e talvez a maior dificuldade na abordagem dos trabalhos de reabilitação a empreender (porque de reabilitação se tratará), no que se refere à segurança de estruturas e fundações e à segurança contra incêndios.
- 42 Quanto a fundações, são claramente insuficientes as informações disponíveis, quer sobre o sistema de fundações, quer sobre o seu estado de conservação; a verdade é que não se assinalam situações de deficiente comportamento estrutural associável a anomalias com fundações; é por isso prioritário o aprofundamento do conhecimento disponível, mas as fundações não constituirão preocupação prioritária.
- 43 O comportamento estrutural está longe de poder considerar-se esclarecido, nomeadamente no que se refere à interacção entre as estruturas de madeira e de alvenaria; sabe-se que os elementos de madeira se encontram em irregular estado de conservação, usualmente apodrecidos os elementos humidificados e quase perfeitos os restantes.
- 44 Aceitando a excelência da estrutura de gaiola, nomeadamente através da acção das cruzes de Santo André, comprovada pela forma como tem suportado estoicamente os desmandos praticados ao longo de quase 200 anos, é crucial ponderar a reconstituição da integridade destas estruturas de madeira, através de técnicas à base de adição de novos materiais ou de substituição de elementos danificados; pode mesmo considerar-se a possibilidade de reforçar essas estruturas, nas suas zonas críticas que coincidirão com as ligações sambladas e pregadas.
- 45 O mesmo se dirá em relação aos pavimentos de madeira, sendo essencial reconstituir a sua integridade, com particular atenção às ligações entre vigamentos e frechais; o recurso a peças metálicas nessas ligações, a par da colocação de gateamentos e tirantes de ligação das paredes exteriores aos pavimentos, serão medidas de grande alcance na obtenção de melhores índices de desempenho estrutural destes edifícios.
- 46 O mesmo se dirá sobre as estruturas de cobertura, nas quais é também da maior importância cuidar da melhoria das condições de segurança contra incêndios; forros com placas de gesso, aplicação de pinturas à base de tintas intumescentes e de outros revestimentos, são soluções a considerar, a par da necessidade de reforçar o isolamento térmico dessas coberturas, especialmente quando se mantenha ou recupere o uso habitacional do sótão.
- 47 A introdução ou reformulação de cozinhas e casas de banho são tarefas prioritárias na reabilitação destes edifícios, tendo em atenção a necessidade de evitar-se a humedificação dos elementos de madeira, o que impõe o recurso a soluções criteriosas, infelizmente ainda invulgares no País.
- 48 A possível introdução de ascensores coloca problemas delicados nestes edifícios, podendo ser analisada a viabilidade de utilização pontual dos pequenos pátios interiores, ou a eliminação de alguns espaços interiores; no mesmo sentido se orientará o exercício de criação de saídas de emergência incluída numa estratégia mais global de reforço da segurança contra riscos de incêndio.
- 49 Importantíssima é a reabilitação de revestimentos de toda a envolvente dos edifícios, com rebocos à base de cal nas paredes exteriores e com particular atenção aos remates dos telhados e à rede de drenagem de águas pluviais.
- 50 A renovação das redes será quase sempre integral, tão longe estarão de condições pelo menos razoáveis de segurança e funcionalidade; deverá evitar-se a repetição de erros já cometidos com a abertura de roços nas paredes, com os quais se destroem as estruturas de madeira.

Luis Fernandes Pinto

O azulejo dos Arquitectos (II)

Tradição

O azulejo faz parte da nossa tradição; eis um lugar comum, mas também uma verdade que merece ser acentuada e compreendida.

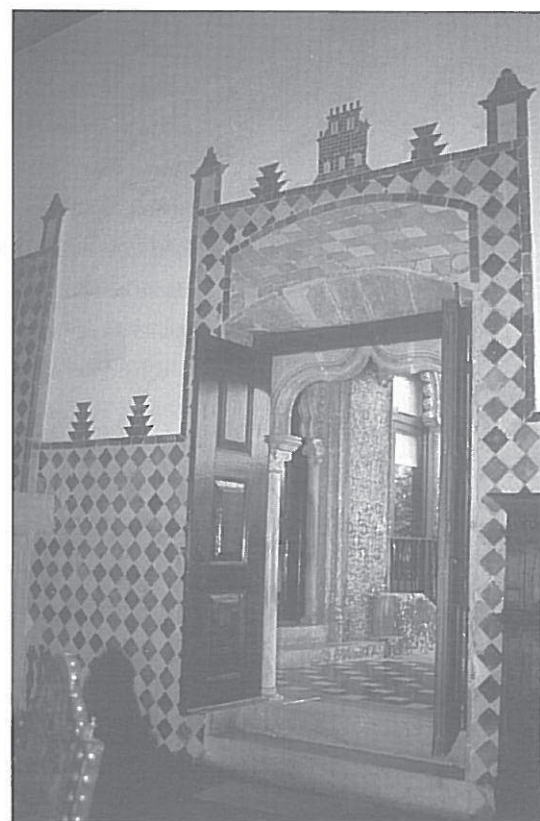
Habituaamo-nos a defrontar ou a entrever no nosso quotidiano, aqui e ali, superfícies azulejadas com uma naturalidade tal que as menosprezamos esquecendo, por vezes, que elas remontam a quatro séculos.

Os primeiros revestimentos cerâmicos de vulto surgiram em Portugal apenas nos princípios do século XVI, sob influência espanhola. O rei D. Manuel I (1495/1521) foi um dos grandes impulsionadores do revestimento ornamental a azulejos. Quase todos foram importados de Sevilha e colocados, naturalmente, segundo os cânones sevilhanos, em lambrins de espaços interiores ou resguardados de edifícios já existentes (fot. 1). O Palácio Nacional de Sintra, o mais representativo exemplo dessa época, possui uma grande variedade de soluções intencionalmente decorativas.

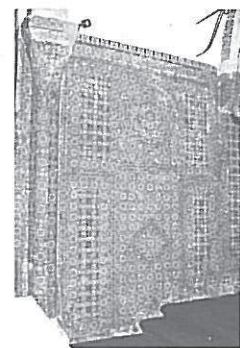
A primeira grande manifestação de originalidade portuguesa constituiu uma fuga àqueles cânones e surgiu

como revestimento global de paredes que delimitavam áreas de dependências principais. Por razões históricas, aqui dispensáveis, essa solução do forro total despontou no centro do País durante o primeiro quartel do século XVI e dela aí se encontram, ainda hoje, testemunhos na Sé Velha de Coimbra e, sobretudo, em São Paulo de Frades. A originalidade das aplicações desses edifícios religiosos, em revestimentos muito posteriores às suas construções (fot. 2), confirmou-se no Palácio da Bacalhoa em Azeitão, um edifício civil do segundo quartel do mesmo século, em que idêntica aplicação dos azulejos foi coeva da sua construção e fez parte integrante da concepção decorativa.

Fot. 3 - A Igreja da Misericórdia de Vila do Conde é um belo exemplo de um espaço interior delimitado pelo revestimento total das suas paredes (com distribuição muito elaborada de três padrões)



Fot. 1 - No Palácio Nacional de Sintra verifica-se que o revestimento foi colocado segundo os cânones sevilhanos, em lambrins de espaços interiores ou resguardados



Fot. 2 - S. Paulo de Frades oferece-nos o exemplo absoluto de revestimentos globais muito posteriores à construção de uma Igreja

O gosto pelos revestimentos globais que despontara no nosso território viria a consolidar-se como reflexo da implantação do domínio espanhol (1580/1640).

Nesse tempo o azulejo, sempre encarado como material de decoração interior, era preterido em Espanha a favor de outros recobrimentos em uso na Europa, considerados mais nobres e luxuosos. O azulejo era aplicado então apenas em obras secundárias. Os oleiros e artistas portugueses, isolados neste lado da Península, reagiram a esta situação criando, à revelia da indiferença espanhola, soluções próprias que divergiram das dos outros países que usavam o azulejo ornamental.

A partir desse momento a actividade da azulejaria nacional forjou personalidades e tendências que iriam manter-se e afirmar-se durante cerca de três séculos.

A intenção de diferenciar e renovar ambientes com os recursos locais fomentou a produção em quantidade, quase toda destinada a igrejas já então antigas (Camarate, Marvila em Santarém, Vila do Conde, etc). Tornaram-se moda aqueles revestimentos globais, de alto a baixo das paredes interiores



Fot. 4 - Igreja dos Cardais, em Lisboa: complexidade de uma composição integrada. Exemplo erudito de caracterização de ambiente interior em moldes estranhos aos nossos hábitos

(fot. 3). A pressão da procura conduziu a improvisações e abstracções, em revestimentos de série artesanal, de uma extraordinária criatividade. Os oleiros e pintores nacionais produziram muitos esquemas e padrões repetitivos, de desenho variadíssimo, alguns com temas influenciados pelas novidades do Brasil e da Índia, que permaneceram actuais até meados do século XVII, e constituem citação indispensável num qualquer estudo de azulejaria portuguesa.

Após a guerra da Restauração (1640/1667), uma vez anulada a dominação espanhola, assistiu-se até ao fim do século a um período de nova influência estrangeira de além Pirinéus (fot. 4), nomeadamente italiana e holandesa, de que resultaram ambientes de perfeita integração contemporânea em interiores eruditos (Palácio Fronteira, Igreja dos Cardais, etc).

Na primeira metade do século XVIII o ouro do Brasil ajudou às grandes composições azulejadas concebidas por artistas excepcionais, aplicações únicas, de complexidade estonteante, figurativas, a azul e branco, a cor da moda de então. Essas aplicações continuaram a ser, por regra, em interiores de edifícios já existentes. Resultaram de um trabalho popular, imaginado e concretizado por não arquitectos, por vezes sem respeito pela concepção arquitectónica inicial (fot. 5), mas que compõem uma referência ao azulejo nacional e ajudam também a forjar a sua tradição.

O terramoto de 1755 marcou a transição para a segunda metade do século, para a época de Pombal. A Reconstrução pretextou a primeira produção em série industrial de azulejo; um padrão específico, criado para responder às exigências de rapidez de montagem em obra, confirmou a sua vertente funcional de protecção mecânica. Esse azulejo, convém lembrá-lo, não é o que vemos nas fachadas da Baixa Pombalina (mais tardios), mas sim o que ainda reveste escadas e lambrins de interiores de algumas casas da cidade (fot. 6).

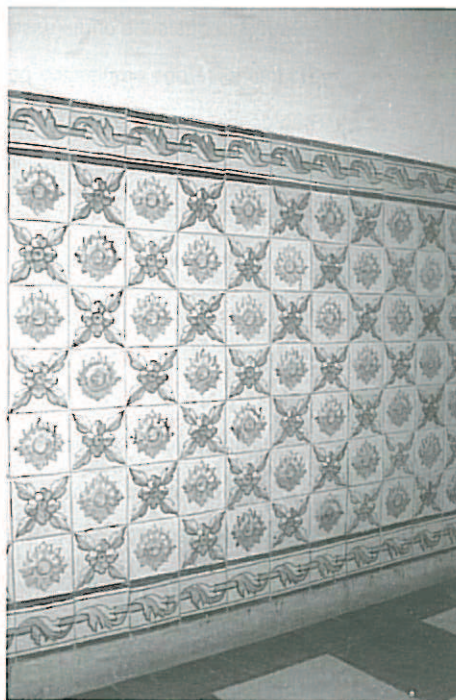
Todos estes períodos foram sucedendo-se sem soluções de continuidade, subordinados ao evoluir das modas e estilos da via pública. Houve apenas uma excepção resultante das Invasões Francesas (1807, 1809, 1810) e da instabilidade política que se lhes seguiu.

Após cerca de um quarto de século de interrupção a produção de azulejos foi retomada, em meados do século XIX, noutros moldes e segundo uma tradição alheia, quando do primeiro



Fot. 5 - A Igreja do Terço, em Barcelos, uma das principais referências da azulejaria nacional, apresenta muitos aspectos da sua composição divorciados do suporte arquitectónico pré-existente

Fot. 6 - Lambrin tipo dos interiores dos prédios da Baixa Pombalina



retorno maciço dos emigrantes brasileiros. A sua influência, reflexo das remessas de azulejos que tinham inundado anteriormente o Brasil e se tinham arraigado nos costumes locais, conduziu em Portugal a revestimentos de fachada em tudo idênticos aos que ali tinham tido origem. Esse uso brasileiro expandiu-se, das aldeias e vilas natais desses ex-emigrantes, para todo o tipo de fachadas do país (fot. 7), com destaque para as da Baixa lisboeta que, ao tempo, já estava construída havia mais de cem anos.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX pertenceram aos pintores de azulejo que afirmaram os seus talentos com facilidade e aceitação gerais. Muitos paramentos exteriores e interiores apresentam-nos, retalhadas pela malha ortogonal, as mais diversas composições desses artistas com imagens de interesse etnográfico indiscutível; devem-se-lhes também revestimentos industriais, figurativos ou abstractos, Arte Nova e Arte Deco que, sem grandes escrúpulos de integração cobriram exteriores e interiores de palacetes, jazigos, igrejas, estações ferroviárias e dos mais diversos edifícios, numa procura frenética de planos verticais a recobrir com azulejo.

Paralelamente a esta actividade, sendo o nosso ambiente permeável a influências internacionais, verificou-se uma nova adopção dos usos europeus em temas, métodos de fabrico ou tipos de aplicação e iniciou-se a diluição da individualidade que durante um ror de tempo tinha presidido à nossa produção.

Os três séculos de afirmação portuguesa, iniciados com o domínio espanhol, em 1580, terminaram por estes tempos.

Este foi, em brevíssima síntese, o percurso da azulejaria nacional que desde o século XVI até ao primeiro terço do século XX sofreu e provocou uma amálgama de hábitos, de gostos, de vulgaridades que se foram consolidando e se traduzem no lugar-comum referido no princípio. Durante esse largo período, com raros hiatos, as aplicações passaram ao lado dos arquitectos. No entanto, curiosamente, depois de um alheamento generalizado pelo azulejo durante grande parte do segundo terço deste século, foram os arquitectos quem invocou a tradição para o reabilitar. E fizeram-no por especulação intelectual, na procura de caminhos caracterizadores da sua arquitectura, valorizando os seus projectos de raíz e não apenas alindando a obra feita.

O primeiro a tentá-lo, nos fins da década de quarenta, seguindo o hábito do revestimento dos prédios do princípio do século (fot. 8), foi Porfírio Pardal Monteiro, em colaboração estreita com Almada Negreiros (Rua do Vale de Pereiro, em Lisboa). Estes dois pioneiros foram imediatamente seguidos por uma geração de arquitectos influenciados pela arquitectura brasileira, a primeira a reutilizar o azulejo no revestimento de fachadas dos tempos modernos. Na sequência das suas obras assistimos na actualidade à renovação do interesse dos arquitectos pelo azulejo ornamental, com a função de protecção a pretextar a finalidade decorativa.

Retoma-se e pretende-se reabilitar o que nos foi legado por tantas influências: desde as soluções importadas, os revestimentos em paramentos exteriores, até às soluções genuinamente portuguesas, os revestimentos executados em áreas interiores e resguardadas. Num ou noutro caso há muitas realizações actuais de artistas plásticos e de arquitectos, individuais ou colectivas, que indiciam pujança e visão originais e que esboçam um novo afastamento do panorama de países nos quais o azulejo é material de revestimento comum.

Mas aquela reabilitação, para ser consistente, terá de passar por uma aplicação cuidada. Esse será o tema do próximo artigo.



Fot. 7 - O costume importado do Brasil de revestimento exterior atingiu em Portugal as fachadas menos esperadas (Cemitério de Esmoriz)



Fot. 8 - A primeira tentativa de reutilização de azulejo em fachadas, na época moderna, deve-se a Pardal Monteiro (Edifício da Rua Val do Pereiro, em Lisboa)

marsmagno 2

A última geração de canetas técnicas

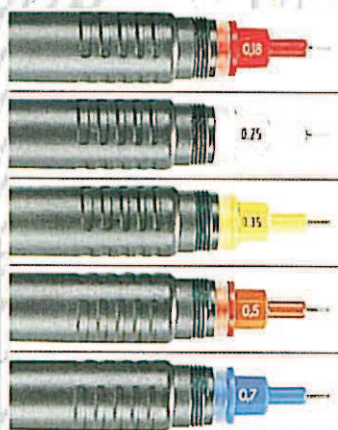


- Ponteira em aço cromo-níquel



- Duplo sistema de vedação

- Recarga Jumbo e fácil manuseamento



- Disponível em 6 espessuras de traço conforme normas ISO 0.18; 0.25; 0.35; 0.5; 0.7; 1.0

Em cada traço

STAEDTLER

Contacte-nos através: Telef. (01) 941 51 20 / 70 / 83 - Fax. (01) 941 51 06 ou Apartado 8079 - 1801 Lisboa Codex



A EVOLUÇÃO SEGURA DE UM GRUPO,
FIEL AOS SEUS PRINCIPIOS DE SEMPRE.
QUALIDADE, RIGOR, DESIGN, SERVIÇO,
OS VERDADEIROS CAMINHOS DO SUCESSO.



THE STEADY GROWTH OF A GROUP,
FAITHFULLY TO ITS PRINCIPLES OF EVER.
QUALITY, RIGOUR, DESIGN, SERVICE,
THE TRUE PATHS TO SUCESS.

APARTADO 42 • 3781 ANADIA CODEX PORTUGAL
TEL. (031) 515420 • FAX 504143 • TELEX 53071 FAPAR P

ESTRUTURAS ESPACIAIS



FAZEMOS DA ESTRUTURA UM ESTILO

Um projecto, uma estrutura,
um estilo. É isto que fazemos.
A Martifer está há 5 anos a
estruturar **grandes projectos**
por todo o Portugal.
Estruturas Espaciais, são as
grandes soluções para ideias
ainda maiores.

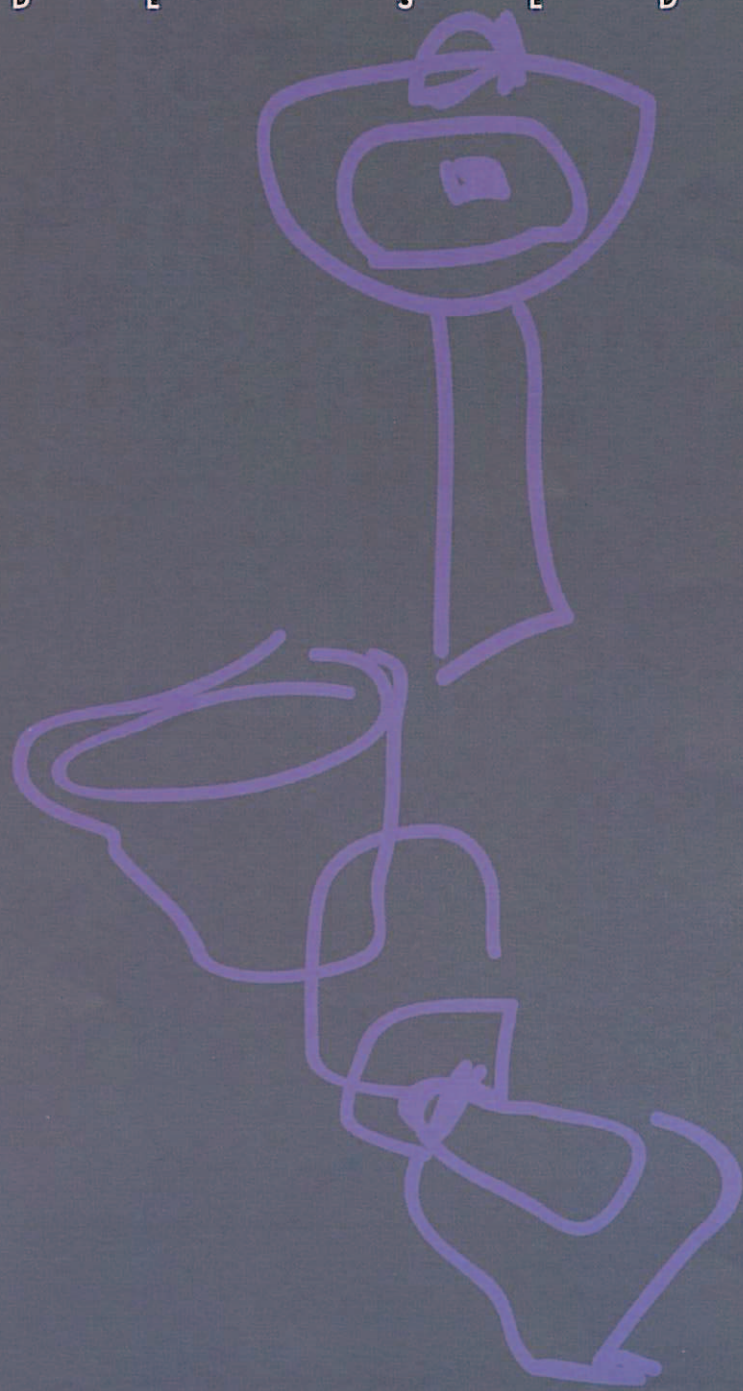


MARTIFER
construções metalomecânicas, lda.

Apartado 17
3680 OLIVEIRA DE FRADES
Tel. (032) 761701 - 761341
Fax 761762

U M I M E N S O
oceanus

D E S E D U C Ã O



são os

pequenos

prazeres

do dia a dia

que se revelam

indispensáveis...



Valadares

438 ESPUMAS 180

COPIAR SOFTWARE É CRIME

VOCÊ SABIA QUE A DUPLICAÇÃO ILEGAL DE PROGRAMAS INFORMÁTICOS PODE CUSTAR-LHE PESADAS MULTAS OU MESMO PENAS DE PRISÃO ATÉ 3 ANOS?

Usar programas originais significa contribuir para um melhor desenvolvimento tecnológico, maior investimento na adaptação de produtos às necessidades Portuguesas e a criação de novos postos de trabalho. Em Portugal, estima-se que, anualmente, se copiam cerca de 20 milhões de contos de software, implicando uma evasão fiscal, apenas em IVA, superior a 3 milhões de contos, e a negação de 400 novos postos de trabalho."

Usar programas originais significa dispôr de toda a assistência necessária e apoio por parte do fabricante: linha telefónica de informação, garantia de substituição de programas defeituosos, instruções para a sua boa utilização e os mais altos níveis de qualidade e eficácia.

Usar programas originais significa poder aceder a versões sucessivas de um programa, com todas as actualizações correspondentes, a um preço reduzido.

Usar programas originais significa reduzir o risco de contrair vírus informáticos que poderiam provocar danos irreparáveis na totalidade de informação no seu disco rígido.

Usar programas originais significa dispôr também de manuais de utilização originais e a documentação completa para um correcto uso do programa adquirido e significa também participar nos cursos de formação oferecidos por organizações/entidades autorizadas pelos fabricantes com formadores especificamente habilitados para ensinar o uso correcto do programa adquirido.

Usar programas originais significa reconhecer os direitos de autor dos criadores e programas. Na Europa e em outros países do mundo, os programas de computador, assim como a sua documentação preparatória, têm a mesma protecção que a estipulada para as obras literárias na Convenção de Berna, a de serem consideradas como uma criação intelectual própria do seu autor. Estes direitos estão tutelados pelas legislações de todos os países.

Usar programas originais significa ser um verdadeiro utilizador de software... e não cúmplice da pirataria.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Para informações adicionais

contactar a ASSOFT:

☎ 01-794 05 06

FAX: 01-794 05 07

CUMPRA A LEI - USE APENAS SOFTWARE ORIGINAL



Galileo Galilei
Inventor do Telescópio



Torricelli
Inventor do Barômetro



J. Watt
Inventor da Máquina a Vapor



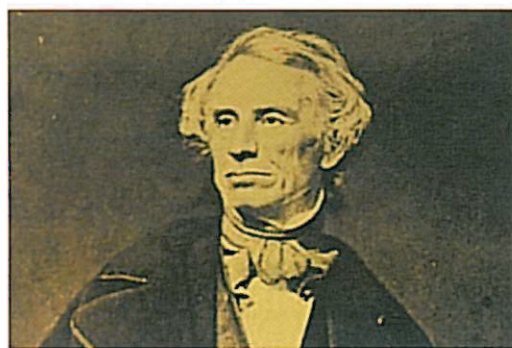
Graham Bell
Inventor do Telefone



N. Monturiol
Inventor do Submarino



Edison
Inventor da Luz Incandescente



Morse
Inventor do Telégrafo



Marconi
Inventor da Rádio



*Sistemas de Construção
de Interiores*

Afinal deram-lhes razão

Na sua época, as ideias de cada um destes grandes génios revolucionaram o mundo. Hoje, **KNAUF** revoluciona o mundo da construção e renovação de interiores com grandes ideias criadas para o desenho mais exigente. Numa ampla gama de produtos que oferecem uma extensa variedade de aplicações na área do isolamento térmico, anti-humidade e protecção contra o fogo, entre outras. Por isto, adiantando-se no seu tempo, eleja hoje o sistema **KNAUF** que melhor se adapte às suas necessidades. E não tardará em descobrir como o mundo, afinal, também acabará dando-lhe razão a você.



KNAUF
Tecnologia na Construção.

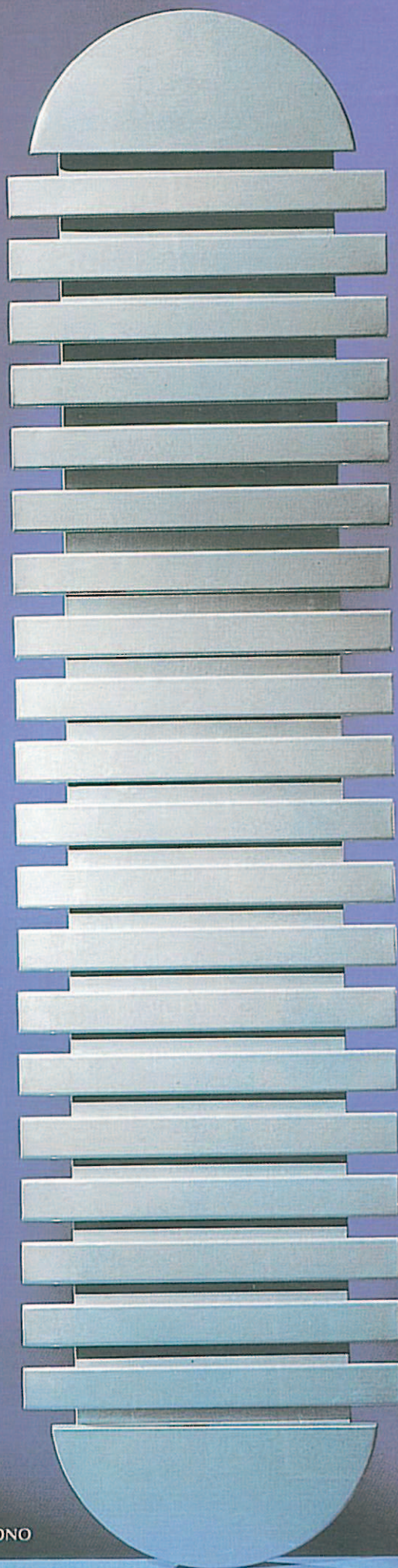
BRANDONI®

Suoni - Sinfonia de cores e de formas

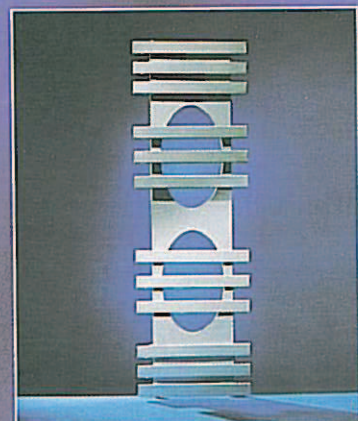
Nos modelos de radiadores "Tenore", "Semitono", "Tono", "Mezzo Soprano" e "Soprano", as cores das notas musicais tomam a sua forma entrando na arquitectura de interiores com a simplicidade e elegância de uma perfeita realização tecnológica.

Rica em sugestões musicais, que se encontram nos pormenores das soluções construtivas, esta série de emissores de calor é de fácil integração em ambientes decorativos de vanguarda.

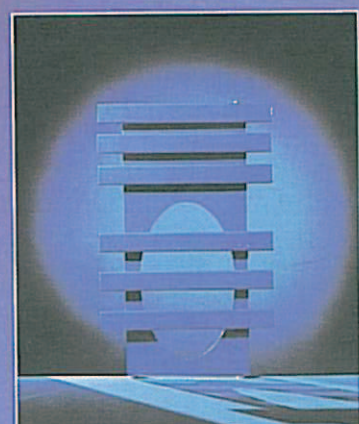
O seu design provém da experiência de um Arquitecto e de um Escultor, que, gradualmente, criam as notas e a cor de objectos contemporâneos que estão sempre presentes na nossa memória.



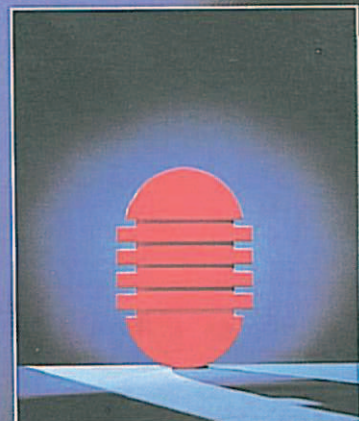
mod. TONO



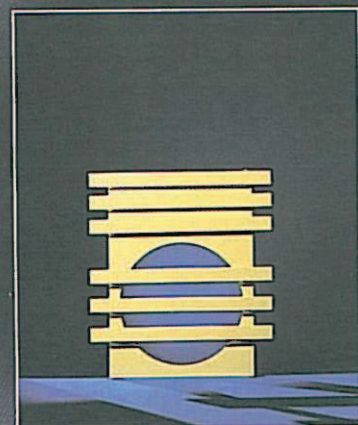
mod. SOPRANO



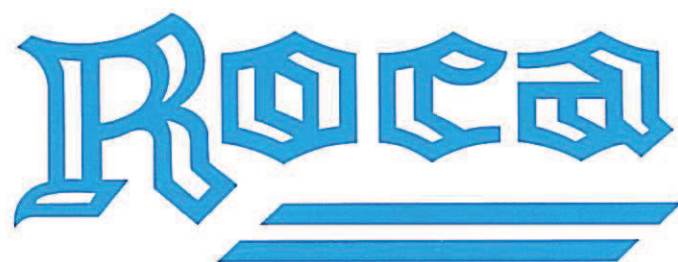
mod. MEZZO SOPRANO



mod. SEMITONO



mod. TENORE 70



O Escantilhão de Símbolos Gráficos Roca de Artigos Sanitários



Agora em Diskette

Instalação automática para
Autocad, Dos, Windows
e Macintosh

OFERTA GRATUITA

Pedidos:



Rua José Duarte Lexim, Lt. 6
2675 ODIVELAS
Telef. 01-937 76 67/937 55 39 Fax 937 54 05

O alumínio

NOVA GERAÇÃO

A Technal, uma vez mais inovou perante o mercado, apresentando uma paleta única e exclusiva de novos coloridos anodizados e lacados, consequência do fabrico, também ele exclusivo nas suas instalações industriais. A vontade de simplificar e regressar à matéria original vêm caracterizar esta nova geração do alumínio assegurando as mesmas garantias de qualidade e comportamento a que o nome Technal já vos habituou. Muitas variações em torno do cinzento, novas cores e novos aspectos de superfície; as tendências actuais estão nas suas mãos... Da subtil alusão da natureza que encontra no verde acinzentado, ao relevo e textura que se sente ao toque no cinzento granulado, poderá encontrar a harmonia perfeita entre os materiais contemporâneos, o betão e o vidro. Com os novos coloridos Technal, os grandes clássicos evoluem, o alumínio abandona o seu ar impessoal e assume relevo assegurando uma luminosidade perfeita.

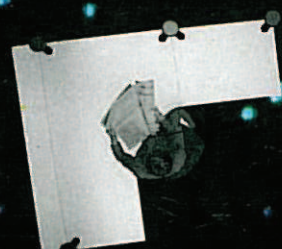


TECHNAL® 

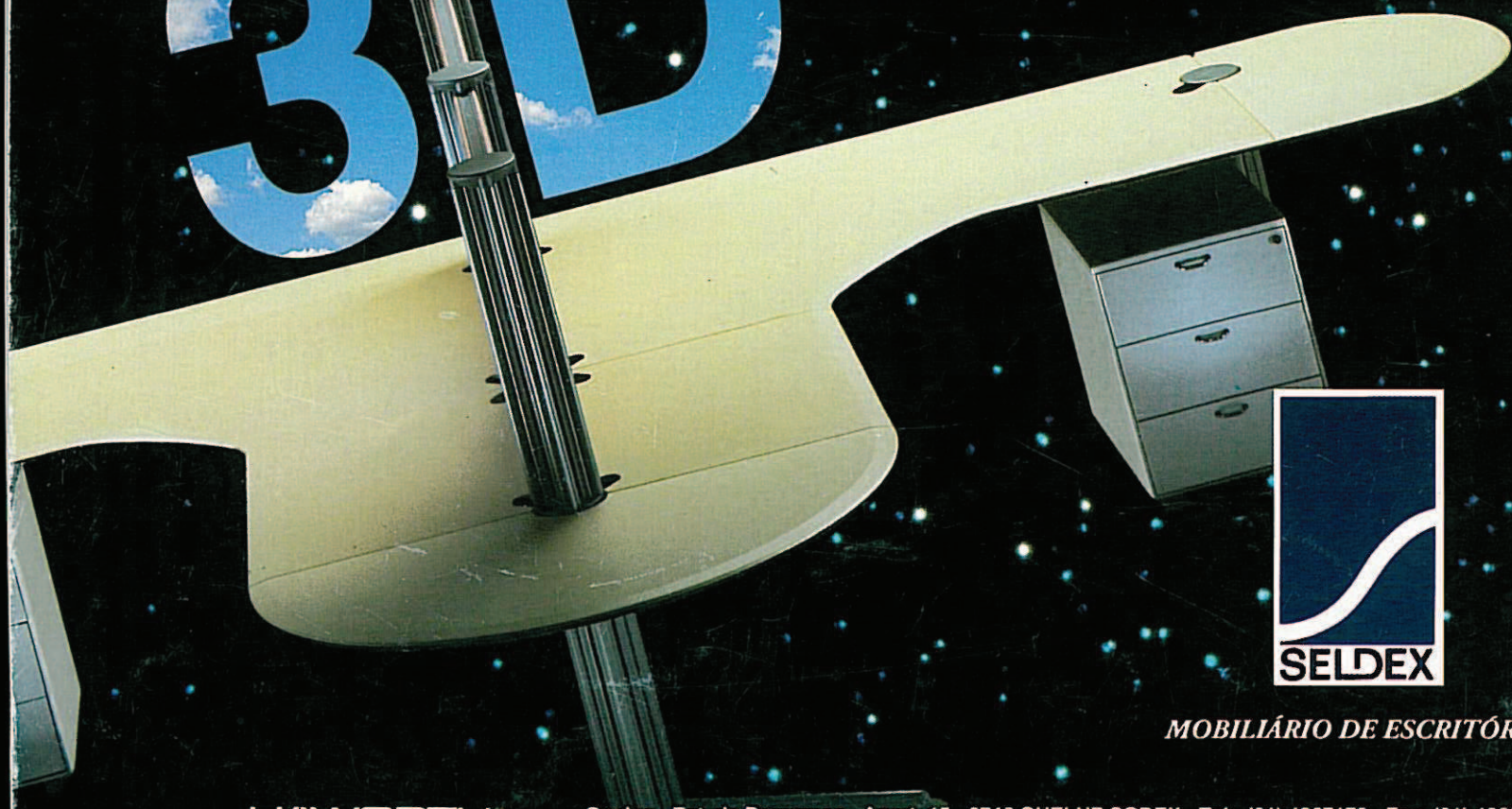
Nem todo o alumínio é igual!

ENTRE NUMA NOVA DIMENSÃO

3D é a solução mais inteligente para um posto de trabalho. Este sistema desenvolve a partir de uma coluna toda a flexibilidade e versatilidade que uma boa gestão de espaço exige. 3D é uma linha perfeita. Ela consegue otimizar um posto de trabalho em m², sem que este perca toda a sua eficiência e conforto. 3D devolve a privacidade aos open-space com toda a elegância do design italiano. Mas para apreciar todos os pormenores que a nossa linha oferece, venha vê-la ao vivo... e entre numa nova dimensão.



3D



MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO

HAWORTH
EUROPE

Queluz - Est. de Barcarena - Apart. 15 - 2746 QUELUZ CODEX - Tel.: (01) 4367172 - Fax: (01) 4362250
Porto - Rua Guedes de Azevedo, 204 - 4000 PORTO - Tel.: (02) 2001424/5 - Fax: (02) 2081315